

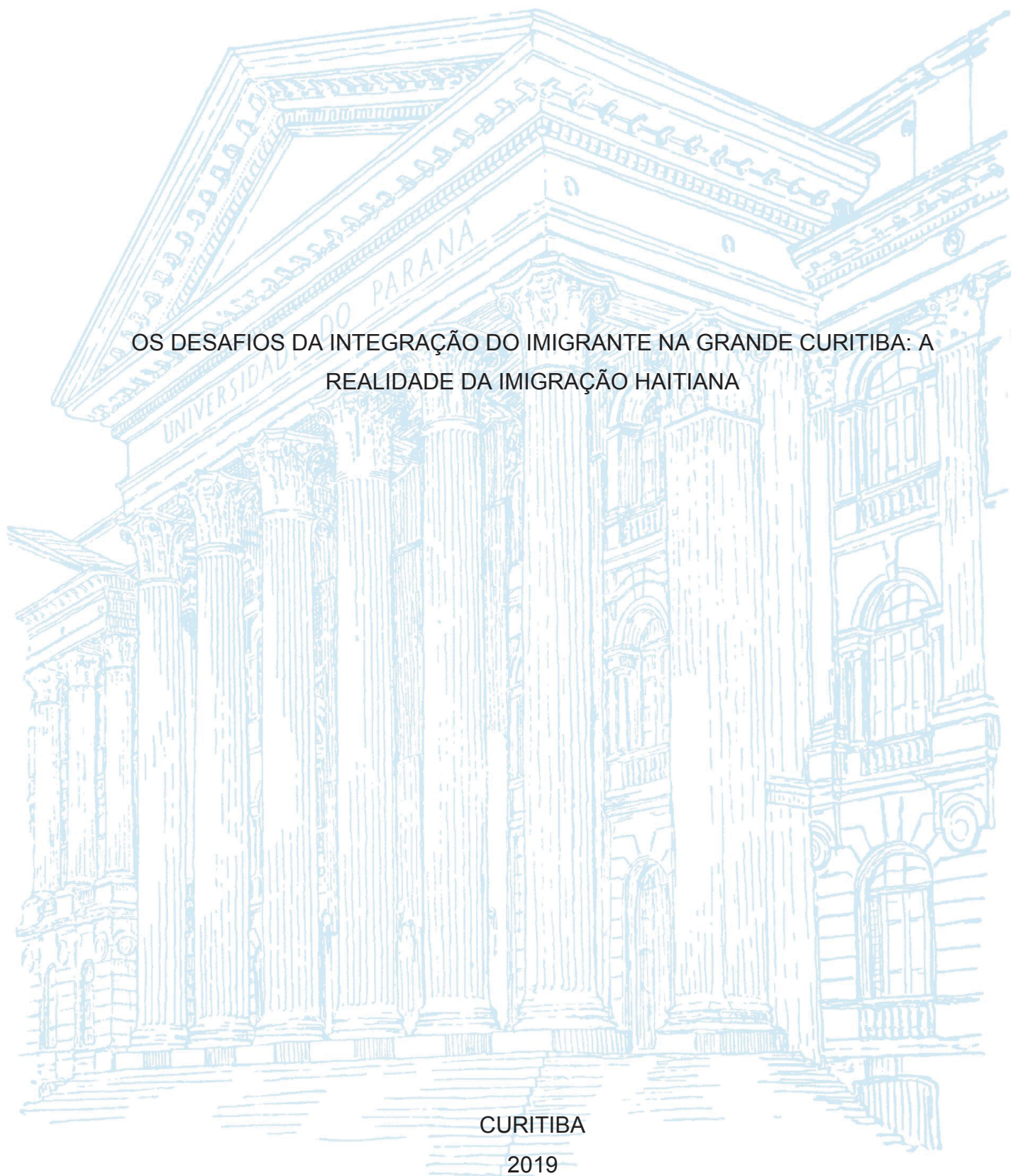
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DO IMIGRANTE NA GRANDE CURITIBA: A
REALIDADE DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

CURITIBA

2019



MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DO IMIGRANTE NA GRANDE CURITIBA: A
REALIDADE DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini.

CURITIBA

2019

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

- S729d Souza, Marcus Vinicius Lima de
Os desafios da integração do imigrante na grande Curitiba:
entraves e possibilidades na vivência do imigrante haitiano [recurso
eletrônico] / Marcus Vinicius Lima de Souza – Curitiba, 2019
- Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências
da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini
1. Migração. 2. Imigração. 3. Haitianos. I. Universidade Federal
do Paraná. II. Cigolini, Adilar Antônio. III. Título.

CDD: 325.1

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA**, intitulada: **OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DO IMIGRANTE NA GRANDE CURITIBA: A REALIDADE DA IMIGRAÇÃO HAITIANA.**, sob orientação do Prof. Dr. ADILAR ANTONIO CIGOLINI, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 23 de Outubro de 2019.


ADILAR ANTONIO CIGOLINI
Presidente da Banca Examinadora


TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


DANILO VOLOCHKO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

Os movimentos migratórios no contexto da mundialização e da economia global se intensificaram e dualizaram a condição do migrante, ora facilitada pelo avanço tecnológico dos modais e pelo fluxo intenso de informações capazes de consolidar extensas redes de migração, ora por alçar as barreiras que impedem o deslocamento para locais de forte atração, como os países de alto desenvolvimento socioeconômico. É nessa conflitante conjuntura que o Brasil assumiu um posto de destaque, principalmente pela atrativa condição econômica que vigorou na primeira década do século XXI. Nesse período recente, os imigrantes haitianos representaram e ainda representam um dos maiores fluxos populacionais para o território brasileiro, e a preocupação em compreender as consequências desse fenômeno parte da necessidade de averiguar quais são as possibilidades e garantias legais capazes de permitir o processo adequado de integração, e quais impossibilidades ainda contribuem para travá-lo. Para cumprir com as necessidades previstas, o estudo relacionou a problemática das migrações com o fluxo Haiti-Brasil, organizou uma ampla abordagem teórica sobre o tema com foco para a teoria das redes migratórias e apresentou a questão do lugar para analisar os meios de integração dos haitianos na realidade de Curitiba e região. O método encontrado para explorar de maneira mais significativa o problema foi a aplicação de questionários e entrevistas realizadas com imigrantes haitianos e indivíduos responsáveis por entidades de suporte aos imigrantes, permeando entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. A dificuldade em obter dados e em realizar o contato com os órgãos responsáveis revelou a ineficácia na organização e o levantamento de informações, fortalecendo a conclusão de que os caminhos para uma integração eficaz dependem diretamente de práticas geridas pelo próprio Estado de maneira ajustada, seja de forma direta, com políticas públicas, seja de forma indireta, com políticas de fiscalização e apoio.

Palavras-chave: Migração. Haitianos. Integração. Teoria das redes.

ABSTRACT

The migratory movements in the context of globalization and the global economy have intensified and created two conditions for the migrant, the migration facilitated by the technological advancement of the means of transport and the intense flow of information capable of consolidating extensive migration networks, and barriers that do not allow displacement to places of strong attraction, such as countries with high socioeconomic development. It is in this conflicting conjuncture that Brazil has assumed a prominent position, mainly due to its attractive economic condition in the first decade of the 21ST century. In this recent period, Haitian immigrants represented and still represent one of the largest population flows for the Brazilian territory, and the concern to understand the consequences of this phenomenon part of the need to check what are the possibilities and legal guarantees capable of enabling the proper integration process, and what impossibilities still contribute to the process's deadlock. To meet the expected needs, the study related the issue of international migration with the Haiti-Brazil migratory flow, organized a broad theoretical approach on the topic focusing on the theory of migratory networks, and presented the question of Place in the geography to analyze the means of integration of Haitians in the reality of Curitiba and region. The method found to explore more significantly the problem was the application of questionnaires and interviews conducted with Haitian immigrants and individuals responsible for support institutions to immigrants, through a research qualitative and quantitative. The difficulty in obtaining data and making contact with the responsible institutions revealed the impotence in organizing and gathering information, contributing to the conclusion that the solutions for proper integration depend directly on practices carried out by the State itself, either directly, with public or indirect policies, with supportive and enforcement policies.

Keywords: Migration. Haitians. Integration. Theory of migratory networks.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
---	----

LISTA DE SIGLAS

AC	– Acre
ACNUR	– Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AFP	– Agence France-Presse
AM	– Amazonas
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CASLA	– Casa Latino Americana
CEIM	– Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná
CIA	– Central Intelligence Agency
CNIg	– Conselho Nacional de Imigração
CRNM	– Carteira Nacional de Registro Migratório
DELEMIG	– Delegacia de Imigração da Polícia Federal
EUROSTAT	– European Statistics
HRW	– Human Rights Watch
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MINUSTAH	– Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIM	– Organização Internacional para as Migrações
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONGs	– Organizações Não Governamentais
ONU	– Organização das Nações Unidas
PBMIH	– Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária
PIDCP	– Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PFOL	– Grupo Português para Falante de Outras Línguas
RNE	– Registro Nacional de Estrangeiros
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	IMIGRAÇÃO, TEORIAS MIGRATÓRIAS E A REALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO ESPAÇO MUNDIAL	15
2.1	INTRODUÇÃO.....	15
2.2	A MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO GLOBAL	17
2.2.1	A influência dos processos migratórios na formulação das políticas internacionais e nacionais de migração	19
2.3	A PROBLEMÁTICA DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS RELACIONADA ÀS PRINCIPAIS TEORIAS MIGRATÓRIAS	21
2.4	TEORIA DAS REDES E IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL	30
2.4.1	Haiti em foco: uma análise da diáspora haitiana em escala global.....	31
3	MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA REALIDADE BRASILEIRA: A NOTABILIDADE DO FLUXO HAITI-BRASIL	35
3.1	INTRODUÇÃO.....	35
3.2	O HAITI É AQUI: A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL	37
3.3	O QUE SE SABE SOBRE OS HAITIANOS NO BRASIL? A VIVÊNCIA MULTITERRITORIAL, REDES MIGRATÓRIAS, PESQUISAS E ABORDAGENS	42
3.3.1	Deslocamento espacial e a questão do lugar: uma análise do fluxo Haiti-Brasil partindo do imigrante	46
3.3.2	Abordagens teóricas	49
4	DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS: OS IMIGRANTES HAITIANOS, ENTRE A LEI E A REALIDADE	55
4.1	INTRODUÇÃO.....	55
4.1.1	Metodologia das entrevistas e questionários	61
4.2	O BRASIL DAS NOVAS POSSIBILIDADES: A NECESSIDADE DE LEGISLAR A FAVOR DO IMIGRANTE	65

4.2.1	As ações dos órgãos gestores: entidades responsáveis e redes de atendimento	65
4.2.2	Os principais instrumentos que precederam a Lei 13.445/2017: (im)possibilidades na integração do imigrante	69
4.2.3	A Lei 13.445/2017: A atual lei de migração no Brasil	71
4.3	AVANÇOS, MELHORIAS E ENTRAVES NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS PARA O IMIGRANTE HAITIANO: AS GARANTIAS DA LEI 13.445/2017	75
4.4	INTEGRAÇÃO E PERSPECTIVAS NA REALIDADE BRASILEIRA: O IMIGRANTE HAITIANO EM PAUTA.....	83
5	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE 1 – ENTREVISTAS TRANSCRITAS	98
	ANEXO 1 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA	118
	ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO	119

1 INTRODUÇÃO

Um tema de estudo qualquer, capaz de envolver e inter-relacionar distintos agentes e fenômenos, tende a ser complexo em sua estrutura e entendimento. Quando se trata de estudar os movimentos migratórios, portanto, a complexidade se faz em sua completa análise, começando pelo termo “migração”, por exemplo. Não há definição legal e nem mesmo uma definição específica do que é migrar¹. Qualquer tema que englobe fenômenos de deslocamento espacial de indivíduos, especialmente quando estes cruzam fronteiras internacionais e transitam por distintas soberanias territoriais, torna-se um desafio conceitual. Tal condição apenas enaltece a importância dos movimentos migratórios para a compreensão de inúmeros feitos que se entrelaçam, como as condições econômicas, políticas e sociais que alimentam migrações ou que se apresentam como consequências destas.

Estima-se que 258 milhões de pessoas, ou 3,4% da população mundial, vivam fora de seu país de origem nos dias atuais (OIM, 2018). Apesar de a grandeza do tema já estar presente em seus números, a ideia de “o que é” e “por que” migrar depende de alguns fatores como o período de análise, a realidade estudada e o campo científico que realiza o estudo. Tais condições tornam a migração um fenômeno de múltiplas concepções.

Na literatura clássica, partindo do século XIX, a migração era um fenômeno ligado às ações do capital e às conjunturas econômicas da época, justificada pela centralidade urbana sobre o espaço rural. De acordo com Oliveira (2014), alguns autores, como Weber (1981) e Simmel (1903), não buscavam o entendimento direto do ato de migrar, mas a capacidade dos imigrantes em se adaptarem – ou como prefere Simmel (1903), em se assimilarem – à sociedade receptora. Já na ideia de Ravenstein (1889), o primeiro autor a tratar especificamente do tema das migrações e, conseqüentemente, o primeiro a perceber sua complexidade, a migração é um

¹ A Convenção de 1990 sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias define o termo “trabalhador migrante”. Esse mesmo termo se faz presente no Artigo 11 da Convenção da OIT de 1975 sobre Migrações em Condições Abusivas e Proteção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes (nº 143), na Convenção da OIT de 1979 sobre Trabalhadores Migrantes (nº 97), e no Artigo 1 da Convenção Europeia de 1977 relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante (ACNUR, 2016).

fenômeno cuja ocorrência é de impossível determinação, ou seja, não há maneira exata e precisa de descrever como as migrações ocorrem em sua origem, assumindo que a imprevisibilidade humana é complexa demais para a tentativa de estipular padrões.

Na perspectiva neoclássica, os movimentos migratórios eram explicados pelas disparidades econômicas regionais, que acabavam por motivar o deslocamento em busca de condições de vida mais adequadas. Outras teorias surgem com o final do século XIX e com o desenvolver do século XX, por meio de olhares sobre as migrações que envolvem/consideram/adotam? ou a ideia das migrações pautadas na relação de desenvolvimento e dependência entre países, ou as redes sociais criadas por parentes e amigos que iniciavam os processos migratórios ou o advento da globalização e do avanço nos sistemas de transportes e comunicação. No entanto, a máxima de Ravenstein (1889) se mantém, e a migração continua sendo um fenômeno amplo, complexo e carente de uma teoria geral que a explique, de fato.

Apesar de tal desafio, é possível analisar distintos fluxos migratórios de forma separada e, portanto, mais específica. Nesse sentido, a migração que será abordada neste trabalho engloba os haitianos que se inseriram na realidade brasileira e, mais precisamente, na realidade da Grande Curitiba por distintos motivos. Procura-se entender de que forma tais imigrantes se integraram ao novo espaço de vivência, se é que realmente se integraram. Suas dificuldades e processos facilitadores devem ser analisados e contrabalanceados para chegar a um entendimento de como a integração² ocorreu ou deveria ocorrer.

Uma análise inicial objetiva compreender os períodos migratórios que o Brasil viveu, buscando reconhecer a inserção dos haitianos nesse processo, que passam a figurar em terras brasileiras no chamado “Período recente da imigração brasileira”, entre as décadas de 1970 e 1980 até os dias atuais (MARTES, 2009). A diáspora haitiana para o mundo (por uma gama de motivos políticos, geográficos e, posteriormente, de construção de redes sociais, inclusive para o Brasil) intensifica-se a partir de janeiro de 2010, quando um forte abalo sísmico afetou o país caribenho e agravou a crise humanitária que já havia se estabelecido na região anos antes.

² O conceito de integração neste trabalho é baseado nas ideias de Berry (1997) e Sayad (1994), que serão apresentadas posteriormente, e de forma mais detalhada, no capítulo 4.

A incerteza na garantia de integração dos imigrantes haitianos é o centro do trabalho, pois compreender essa possível ineficácia é essencial para construir um caminho de aceitação e valorização do imigrante, não mais visto como força de trabalho temporária ou ameaça à sociedade de imigração, mas reconhecido como um ser humano dotado de direitos e dignidade (BRASIL, 2017). Portanto, a fim de um melhor entendimento sobre as facilidades ou os entraves vividos pelos haitianos em território nacional, é importante elucidar de que forma o Estado concebe legalmente os direitos destes e, em cima disto, esclarecer a relação de leis e políticas públicas com a possibilidade de integração do haitiano num país de base cultural tão distinta como o Brasil.

Ao final deste processo, com as ideias anteriores estabelecidas, foi realizada uma análise geral da realidade do imigrante haitiano na Grande Curitiba por meio de um recorte populacional e de um levantamento de dados após a aplicação de um questionário que fosse capaz de apresentar as vantagens e as possibilidades de integração do grupo ou do indivíduo no novo espaço de vivência, assim como as dificuldades e entraves que ainda impedem esse mesmo grupo ou indivíduo de se integrar. Cabe lembrar que os dados obtidos na análise do papel do Estado – conjunto de leis e políticas públicas – influenciaram diretamente a constituição do questionário.

Com relação aos objetivos deste trabalho, no campo do objetivo geral, a busca por uma compreensão do processo de integração dos haitianos (constatações, dificuldades, facilitadores e entraves) à realidade social da Grande Curitiba é o foco principal. Pensando no caminho que deverá ser traçado a fim de alcançar o objetivo geral, foram estipulados os objetivos específicos, que são: a) reconhecer as motivações ou as barreiras que levam à possibilidade ou à dificuldade de integração sociocultural dos haitianos na sociedade da Grande Curitiba; b) apresentar as distintas faces dos fenômenos que podem gerar possibilidades ou dificuldades de integração do imigrante haitiano; c) avaliar o papel e as práticas do Estado brasileiro capazes de criar interferência no processo de integração dos imigrantes haitianos.

A metodologia utilizada para a produção do trabalho, até então, consistiu na captação de notícias, dissertações, revistas, periódicos, acordos e demais instrumentos internacionais, livros, leis e regimentos, tanto impressos, quanto disponíveis na *internet*, relacionados às temáticas pesquisadas. Muitos dados

partiram de artigos que buscaram retratar a condição dos haitianos no Brasil e os desafios na integração dos imigrantes nas sociedades receptoras. O fluxo migratório Haiti-Brasil, que ganha corpo de forma considerável a partir do ano de 2010, fez com que os portais de notícias se transformassem em produtores de suporte e teoria, pois foram capazes de noticiar eventos recentes que influenciaram diretamente na produção textual e nos rumos apresentados até aqui. Cabe salientar que foi realizado um filtro detalhado que visou às informações mais relevantes dos portais mais conceituados da mídia jornalística brasileira e mundial. Além de todo material escrito e publicado já mencionado, os periódicos, artigos e demais fontes oriundas da rede mundial de computadores também foram de vital importância para a fundamentação teórica almejada.

Reunindo todas as informações anteriormente citadas de acordo com a estrutura planejada do trabalho, temos quatro capítulos, dos quais o primeiro é a presente introdução. No segundo capítulo, a ideia central foi apresentar, de modo sucinto, os principais conceitos e teorias sobre a migração clássica e contemporânea e a relação entre teoria das redes e o fluxo Haiti-Brasil. O intuito é de entender melhor como o processo da migração evoluiu espacialmente e conceitualmente e de que forma essa evolução pode sustentar ou até mesmo explicar os motivos que abastecem a migração de haitianos para o Brasil e, mais precisamente, para a Grande Curitiba. O capítulo também apresenta a relação entre a migração contemporânea e a necessidade de formulação de políticas no âmbito global e nacional – analisando especificamente o caso brasileiro – e um breve histórico sobre as diásporas haitianas, já que entende-se que a realidade vivida no país caribenho é base para a compreensão dos fluxos de emigração que se deram posteriormente.

O terceiro capítulo é focado nas imigrações brasileiras, partindo do período clássico até o período atual, buscando enquadrar a chegada dos primeiros haitianos em nossa realidade e sustentar explicações para o grande fluxo recente desse povo no Brasil. O foco está na relação de vivência multiterritorial criada pelo fluxo e na questão do lugar, capaz de interferir diretamente no processo de integração do imigrante haitiano.

Assumindo a chegada de um contingente considerável de haitianos no Brasil e na região da Grande Curitiba, o quarto capítulo busca analisar o papel do Estado brasileiro na promoção de políticas públicas e de garantias legais que objetivam lidar

com esses novos habitantes de forma adequada às garantias da lei, partindo de um breve histórico recente até uma análise mais planeada da Lei 13.445/2017. O propósito é analisar se os instrumentos legais de fato são capazes, ou não, de integrar imigrante haitiano na sociedade brasileira. O capítulo também avalia o nível de integração alcançado pelos imigrantes haitianos e detalha a metodologia aplicada na formulação e aplicação dos questionários e entrevistas.

O segundo capítulo, por ser mais teórico que os demais, focado em um levantamento histórico do conceito de migração, desempenha a base de entendimento do trabalho, dando rumo e, principalmente, suporte para o cumprimento dos objetivos específicos e do objetivo geral do trabalho. O terceiro capítulo busca suprir as propostas do objetivo específico “b” (apresentar as distintas faces dos fenômenos que podem gerar possibilidades ou dificuldades de integração do imigrante haitiano); o quarto capítulo apresenta duas vertentes de ? : a primeira é focada na análise das garantias do Estado, e trabalhou de acordo com as propostas do objetivo específico “c” (avaliar o papel e as práticas do Estado brasileiro capazes de criar interferência no processo de integração dos imigrantes haitianos); e a segunda é mais prática e de envolvimento direto com a realidade do imigrante haitiano, preenchendo as necessidades apresentadas pelo objetivo específico “a” (conhecer as motivações ou as barreiras que levam à possibilidade ou à dificuldade de integração sociocultural dos haitianos na sociedade da Grande Curitiba).

2 IMIGRAÇÃO, TEORIAS MIGRATÓRIAS E A REALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO ESPAÇO MUNDIAL

2.1 INTRODUÇÃO

A migração, conceito de sentido amplo e complexo, representa, na prática, um fenômeno de igual amplitude e complexidade, envolvendo os mais diversos setores de organização da sociedade, englobando aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, não necessariamente nesta ordem, porém, em interação constante entre estes. A Organização das Nações Unidas define migração como o deslocamento voluntário de uma zona definidora da migração para outra, ou um deslocamento de uma distância mínima especificada, que se tem feito durante um intervalo determinado e que implicou a mudança de residência (ONU, 2017).

Já a Organização Internacional para as Migrações define como o processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, de pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e de migrantes econômicos (OIM, 2009). É importante perceber que migrar, no mero significado da palavra, parece ser um ato incomplexo, um deslocamento entre distintos espaços, no entanto, os motivos que levam à migração se mostram mais amplos.

Migrar é, ao mesmo tempo, emigrar e imigrar, portanto, segundo Silva (2014, p. 26), “todo migrante é um emigrante e, simultaneamente, um imigrante”. A migração se refere ao movimento de entrada do indivíduo no país, mas também ao de saída de seu país de origem, com efeitos associados que justificam essa saída, colocando o tema sob uma perspectiva extremamente complexa. Neste caso, se emigrar ou externar representa a saída do migrante de um determinado espaço, então sua chegada representa a imigração; dados da OIM apontam cerca de 258 milhões de migrantes que se encontram fora de seu país de origem nos dias atuais, e cerca de 1,2 milhão destes residem legalmente em território brasileiro (OIM, 2018).

No campo acadêmico, o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1994; 1999) talvez tenha sido o autor que abordou de forma mais precisa o conceito de migrar. Não muito distante da ideia apresentada no parágrafo anterior, em sua obra *La*

Double Absence, Sayad evidencia uma relação dialética entre os atos de emigrar e imigrar, perceptível no seguinte trecho:

A imigração e a emigração são os dois rostos inseparáveis da mesma realidade e não podem se explicar sem o outro. Essas duas dimensões do mesmo fenômeno são separadas e capacitadas apenas de forma decisiva, sendo imposta pelo compartilhamento de habilidades e interesses políticos entre parceiros situados, por outro lado, em um relacionamento fundamentalmente assimétrico: a emigração, por um lado, como existem países, sociedades, economias de emigração e, como existe ou deve ser um poder (político), um estado e uma política (a do estado) da emigração e também, por que não, uma ciência da emigração; a imigração do outro lado, como também existem sociedades e economias de imigração, políticas de imigração e, a solidariedade de tudo isso, uma ciência da imigração. O fenômeno migratório não pode encontrar uma inteligência total, exceto entre os poderes políticos e não entre disciplinas e interesses sociais e políticos divergentes em cada um dos continentes separados pela fronteira entre emigração e imigração. (SAYAD, 1999, p. 103).

O migrante carrega consigo uma dupla condição que deriva para uma dupla existência e, ao mesmo tempo, ausência. Assim, o indivíduo não é mais um ator político dentro de sua localidade original, e a sociedade que o recebe também não o reconhece como tal, resultando no que o autor chama de “[...] estado duradouro com intenso sentimento de provisoriedade [...]”, sendo este aquele que caracteriza o migrante de fato (SAYAD, 1998, p. 18).

Independente da visão apresentada, existe, na literatura específica, certa conformidade na ideia de que o desafio em definir o conceito de migração passa principalmente pela maleabilidade deste fenômeno, capaz de envolver distintos critérios de acordo com distintos pontos de vista que variam de autor para autor, de ciência para ciência. Certamente, o desafio maior não passa pelas definições de “imigrante” ou “não imigrante”, ou de o que é “imigrar” ou “emigrar”, mas pela quantidade de situações diversas que podem se cruzar e gerar novos tipos de movimentos entre um espaço e outro, o que Peixoto (2004) chama de situações mistas. A interdisciplinaridade do tema – transitando entre sociologia, demografia, direito, geografia, entre outras áreas do saber – acaba por desenvolver diversas perspectivas teóricas que impedem o desenvolvimento de uma teoria geral das migrações, contudo, enriquecem o debate sobre o ato de migrar.

Com o intuito de justificar tal dificuldade na acepção do termo migração, faz-se necessário um levantamento de ideias apresentadas por distintos autores que já

trataram do conceito, verificando nuances e similaridades entre os trabalhos dos mesmos.

2.2 A MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO GLOBAL

De maneira geral, as migrações internacionais são norteadas pelas transformações socioeconômicas que se deram principalmente a partir da década de 1980, com o fortalecimento das grandes economias do mundo capitalista e com a falência gradual da URSS. Os países do Norte, desenvolvidos e com economias mais atraentes (Estados Unidos e Canadá na América do Norte, os países da Europa Ocidental, Japão e Austrália no oriente), absorveram a maior parte desses fluxos migratórios. As regiões que mais cederam população, em contrapartida, são aquelas do mundo subdesenvolvido, principalmente América Latina, África e sudeste Asiático.

Segundo Martine (2005), é mais que justo relacionar esses movimentos com o crescimento do processo de globalização, que leva ao desenraizamento quando acelera o progresso econômico que modifica comunidades e estimula as pessoas a não só abandonar trabalhos tradicionais, mas também buscar novos espaços. É inegável que as transformações socioeconômicas geradas pela globalização impactam diretamente nos fluxos migratórios mundiais, mesmo que de forma segmentada, e acabam por representar a essência do ato de migrar (MASSEY, 1993 apud GUIBERNAU; REX, 1997). Contudo, será possível perceber ainda neste item que os efeitos econômicos não representam uma causa exclusiva da migração internacional, já que migrações forçadas devido a guerras e conflitos de poder têm ocorrido principalmente e com grande intensidade na África Subsaariana e no mundo árabe, modificando o espaço de regiões vizinhas, como o continente europeu.

No caso africano, a emigração recente é motivada por distintos fatores, entre eles a pobreza alarmante e o aumento das desigualdades socioeconômicas, que atingem principalmente os países subsaarianos, a violência, que se intensificou com a eclosão de guerras e confrontos armados durante e após os eventos da Primavera Árabe, e a perseguição política em países de governos autoritários. As áreas receptoras têm sido as mais distintas, no entanto, o destaque vai para os grandes fluxos recentes de refugiados para o continente europeu. A chegada de marroquinos

na França, Itália e Países Baixos, de argelinos na França e de sul-africanos no Reino Unido representam os principais fluxos contabilizados oficialmente (OCDE, 2018).

No sudeste asiático, os chineses representam um grande fluxo de migrações da região, principalmente para o vizinho Japão e para a Austrália. No entanto, a migração de chineses para o Canadá é considerável, representando 20,2% dos imigrantes que lá estavam no ano de 2000. Os filipinos, paquistaneses e indianos seguem fluxos parecidos, sendo os últimos, o quarto maior grupo de imigrantes dentro do Reino Unido (OCDE, 2018).

A explicação para os fluxos iniciados nessa região do planeta não foge muito da realidade global: intervenções estatais com perseguições políticas no caso da China, Mianmar e Coreia do Norte, miséria e fome em quase todos os países, e esporadicamente, mas não com menos influencia, ação das catástrofes naturais como tsunamis (Indonésia e região, 2004), fortes terremotos e erupções vulcânicas (principalmente nos arquipélagos menores).

O crescimento nas ações do Estado Islâmico, grupo jihadista que atua em territórios de países do Oriente Médio como Síria e Iraque, representou, principalmente a partir do ano de 2010, uma ameaça direta aos povos que não se enquadravam na ideologia e nos interesses do grupo. O surgimento, o crescimento e os objetivos do Estado Islâmico não se encaixam na realidade deste trabalho, mas a expansão desse grupo e a adoção de suas políticas rigorosas interferem diretamente nos movimentos migratórios do mundo árabe, e quanto a isso, cabe uma análise mais profunda.

Os territórios da Síria e do Iraque são os mais afetados pelo crescimento do grupo, levando milhares de pessoas a migrar para os países vizinhos em busca de refúgio e, muitas vezes, estender a imigração até o continente europeu. Somente em 2017, 2,4 milhões de cidadãos de países terceiros imigraram para a União Europeia (EUROSTAT, 2019). Esse número é o grande representante da maior crise migratória da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Os Sírios, cerca de 120.000, representam a maior fatia de imigrantes que tiveram origem fora do continente europeu e buscaram asilo dentro da União Europeia, seguidos por afegãos, paquistaneses e iraquianos. Em novembro de 2018, 107.900 chegadas foram registradas por mar em comparação com 172.300 em 2017. Uma combinação de fatores, incluindo a problemática cooperação migratória da UE com a Líbia e a

restrição dos esforços de resgate não-governamentais no Mediterrâneo central levaram a uma queda acentuada nas chegadas à Itália, enquanto cruzamentos da Turquia para as ilhas gregas e do Marrocos para a Espanha aumentaram substancialmente (HRW, 2019).

Importante salientar que os movimentos migratórios até o continente europeu se dão por terra ou mar, sendo ambos os trechos perigosos, principalmente para crianças e idosos, geralmente mais fragilizados. O deslocamento por terra ainda envolve questões políticas e diplomáticas, uma vez que muitos sírios, por exemplo, para chegar até o território alemão (principal destino), têm que atravessar cerca de cinco fronteiras distintas, correndo um grande risco de extradições ou impasses burocráticos que atrasem a viagem, tornando-a muitas vezes insustentável.

A América Latina, que compreende as Américas do Sul e Central mais o México, passou por períodos políticos conturbados, principalmente com os governos militares instaurados a partir do pós-guerra, e, como qualquer região situada à margem da globalização econômica, convive com a violência, com a miséria e com a instabilidade econômica, entre outros fatores.

Imigrantes mexicanos, também por uma questão geográfica, buscam o território estadunidense como nova morada, representando, no ano de 2017, 27,3% dos mais de 40 milhões de imigrantes no país. No Brasil, os fluxos foram mais intensos para os EUA na década de 1980; na década seguinte, esse posto foi repassado para países da Europa ocidental, como Portugal, Espanha e Reino Unido, e para a Ásia, com o Japão como principal receptor (OCDE, 2018).

A imensidão de casos demonstra o crescimento da migração contemporânea, e o fluxo em condição inédita reverberou, criando a necessidade de políticas internacionais que fossem capazes de organizar os deslocamentos e, acima de tudo, de oficializar a condição daquele que se desloca.

2.2.1 A influência dos processos migratórios na formulação das políticas internacionais e nacionais de migração

A dinâmica migratória global, principalmente a partir da década de 1990, esteve intimamente ligada à possibilidade de migrar, que, em consonância com o

crescimento do processo de mundialização, se intensificou rapidamente devido aos processos macroestruturais de reestruturação produtiva da economia global. Somado a isso, o desenvolvimento tecnológico que permitiu o compartilhamento cada vez mais rápido e numeroso de informações, a evolução nos meios de transporte e as desigualdades acentuadas pela perversidade do processo de globalização inflaram o desejo de muitos povos em buscar novos espaços de moradia (BERNARTT et al, 2016).

Nesse sentido, a migração, então um fenômeno de grande peso e importância para os Estados Nacionais, com desdobramentos sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros, ganhou destaque e passou a demandar debates e providências em nível mundial.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que trouxe garantias diversas – direito de liberdade de locomoção, garantia à residência dentro das fronteiras de cada Estado, garantia ao regresso, entre outras – representou o primeiro passo no processo de construção da igualdade de direitos, principalmente para os migrantes (ONU, 1948).

Em 1951, foi ratificada a Convenção Relativa ao Status de Refugiado, que buscava adequar a situação das pessoas deslocadas pelos regimes totalitários da Europa nos anos de 1930 e pela Segunda Guerra Mundial. Em 1954, surgiu a Convenção Relativa aos Apátridas, referindo-se basicamente a situações do pós-guerra. Em 1961, foi assinada a Convenção de Prevenção da Formação de Apátridas, e, em 1967, o Protocolo de Refugiados, em Nova York, o qual estendeu o conceito de refugiados para diversas outras categorias (REIS, 2004).

Ao evoluir da década de 1960, muitas outras convenções foram organizadas pela OIT com temas que englobavam basicamente a igualdade de direitos entre os trabalhadores estrangeiros e nacionais e a facilitação na entrada de trabalhadores estrangeiros nos países de destino. Assim, em dezembro de 1966, foi aprovado, pela Assembleia Geral da ONU, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP). Esse acordo enfatiza, em seu artigo 12, o direito da pessoa humana de locomover-se livremente.

Após anos de negociações, a ONU, em sua Assembleia Geral realizada em dezembro de 1990, aprovou a Convenção sobre a proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e os Membros de Suas Famílias. Esse instrumento é, na realidade, uma incorporação de duas convenções da OIT (nº 97 e nº 143) e

completa o conjunto de direito dos imigrantes, incluindo aqueles que vivem ou trabalham ilegalmente fora de seus países de origem. Uma proposta importante presente nessa convenção é a da garantia de acesso, pelo imigrante trabalhador, ao Poder judiciário de seu Estado receptor e a todos os seus processos legais, ou seja, caso tenha algum direito violado, o imigrante teria a possibilidade de reivindicar esse direito perante a lei, independentemente de sua condição jurídica (ACNUR, 2016).

Apesar do status de identidade e território construídos pelos fluxos migratórios, o Brasil se manteve em sua quase totalidade histórica como um país de pouca participação e efetividade com relação às políticas internacionais e nacionais voltadas para o imigrante. Apresentando casos pontuais de políticas migratórias de dupla face³ e morosidade ou desinteresse em outros momentos. Um exemplo é a ratificação tardia da Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, que aconteceu apenas em 2009.

No entanto, a posição do Brasil, no início do século XXI, como país emergente de grande poder econômico, mudou o panorama de décadas anteriores e inseriu o país no quadro de países atrativos para os imigrantes. Fluxos de sul-americanos e centro-americanos criaram necessidades até então pouco notáveis, forçando o debate e a proposição de novas políticas que pudessem garantir a seguridade daquele que imigra e do território nacional. Entretanto, tal condição política e legal será tratada posteriormente neste trabalho.

2.3 A PROBLEMÁTICA DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS RELACIONADA ÀS PRINCIPAIS TEORIAS MIGRATÓRIAS

Entre todas as análises e teorias apresentadas, fica clara uma condição dúbia, em que nenhuma forma de compreensão dos movimentos migratórios se mostra completamente ausente da realidade atual, ao mesmo tempo que alguns olhares são mais próximos do entendimento das migrações do que outros. Com o intuito de comparar informações e facilitar a compreensão desses movimentos recentes, a Tabela 1 exibe um quadro resumo com dados referentes às ideias dos

³ Historicamente, o Brasil teve acordos importantes com Portugal, como o Tratado Bilateral de Igualdade de Direitos, firmado em 1972, e o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, em 2001. Recentemente, o foco desses acordos é principalmente a América do Sul (REIS, 2011).

principais autores que já trataram sobre o conceito de migrar se baseando em distintas teorias migratórias, assim como suas abordagens, explicações, hipóteses e estudos gerais sobre o que é migração, como se comportam os migrantes e como se organizam os movimentos migratórios.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA

(continua)

AUTOR	PERÍODO DE ESTUDO	ABORDAGEM TEÓRICA	BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA
Marx (1982 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2014)	Década de 1840	Clássica	Sugeriu uma interpretação em que as migrações decorrem da lógica de acumulação capitalista, ou seja, a concentração de capital estaria diretamente ligada à concentração humana por meio da análise do que o autor chama de <i>Lei Geral da Acumulação Capitalista</i> . Apresentou dados de emigração na Irlanda e do decréscimo da produção agrícola neste país, relacionando-os como aumento da população urbana na Inglaterra.
Engels (1960 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2014)	Década de 1840	Clássica	Por meio de uma análise descritiva do comportamento de trabalhadores irlandeses na sociedade inglesa, o autor concluiu que novos imigrantes contribuíam de forma especificamente cultural para rebaixar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora inglesa. Assim como Marx, analisava os movimentos migratórios apenas como consequência da concentração do capital nos espaços urbanos.
Durkheim (1960 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2014)	Década de 1890	Clássica	Considerou os movimentos migratórios como contribuintes diretos para o crescimento das cidades, para a divisão do trabalho e para a dissolução das comunidades tradicionais, transformando-as em sociedade orgânicas que viveram um colapso no sistema de valores comuns.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA

(continua)

Weber (1981)	Década de 1890	Clássica	Compreendeu a migração como um fator incidental que foi capaz de gerar novas classes sociais e grupos de status étnicos. Observou o espaço agrícola alemão e constatou a ausência de trabalhadores germânicos devido as tentadoras propostas da migração transatlântica e do êxodo rural para os crescentes centros urbanos europeus. Tal mão de obra, nas constatações do autor, foi gradualmente substituída por trabalhadores sazonais polacos, concluindo que a realidade que se apresentava decorria da penetração do capitalismo nas áreas rurais e da consequente proletarização dos trabalhadores alemães.
Simmel (1903)	Década de 1910	Clássica	Apesar de não ter trabalhado diretamente com os termos “imigrante” e “imigração”, o autor fez profundos debates sobre a concepção de espaço, dos deslocamentos populacionais e da assimilação. Reconheceu tais deslocamentos como essenciais para a construção da realidade social contemporânea e apontou distinções entre sociedades estáveis e sociedades migrantes, principalmente pela capacidade que os imigrantes teriam de agregar em um novo espaço novas interações sociais, organizações políticas, questões de gênero e de espaço.
Lee (1980 <i>apud</i> PEIXOTO, 2004)	Década de 1960	Neoclássica	O autor considera as migrações como qualquer movimento que implique uma mudança de residência permanente ou semipermanente, não levando em consideração a distância percorrida; desse modo, a migração se resume à simples mudança de habitação, num mesmo bairro, país ou continente.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA

(continua)

Sjaastad (1962 <i>apud</i> PEIXOTO, 2004)	Década de 1960	Neoclássica	Tratou a migração como um investimento capaz de aumentar a produtividade dos recursos humanos, que possui custos, mas que também envolve retornos. Esse viés econômico parte da ideia de investimento em capital humano como fator essencial para que os movimentos migratórios sejam benéficos e sustentáveis.
Becker (1983 PEIXOTO, 2004)	Década de 1980	Neoclássica	Parte, assim como Sjaastad, de uma análise econômica sobre as migrações. Seu principal argumento é que a migração deve ser medida e analisada com base em seus custos/benefícios em longo prazo.
Massey (1993)	Década de 1990	Redes sociais	Fez uma relação entre migrações e influência dos períodos coloniais, considerando que a forma como as migrações internacionais acontecerem está intimamente ligada com o passado colonial de uma dada região. Os movimentos são alimentados, principalmente, pelas reminiscências de afinidades culturais e linguísticas, bem como pelos transportes e comunicações, capazes de permitir a formação de específicos mercados transnacionais e sistemas culturais.
Tilly (1990)	Década de 1990	Redes sociais	Segundo o autor, a migração não é um evento individual, mas o deslocamento de um dado grupo, um fenômeno que se apresenta em redes de ligação. A ideia é de que essas redes exercem papel crucial na manutenção e no direcionamento de fluxos migratórios.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA

(continua)

Portes (1997)	Década de 1990	Neoclássica	Com base na sociologia econômica, o autor entende que os migrantes não se comportam apenas como indivíduos, mas como integrantes de estruturas sociais que influenciam diretamente nos múltiplos caminhos de sua mobilidade espacial e socioeconômica. Enclaves étnicos e influência centro-periferia norteiam a ideia do autor sobre o padrão dos movimentos migratórios.
Portes e Böröcz (1998 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2014)	Década de 1990	Neoclássica	Mantendo a ideia central de Portes, os autores afirmam que a diversidade de fluxos populacionais não se explica apenas pela concentração do capital em países desenvolvidos. Um grande contribuinte é posto pela incapacidade de poder migrar, por limitações econômicas, políticas ou geográficas.
Peixoto (2004)	Década de 2000	Sistemas migratórios	Apesar da profunda análise sobre o tema, o autor não apresentou uma definição clara sobre migração, mesmo que tenha buscado categorizar os movimentos migratórios por meio dos distintos limites territoriais; duração ou periodicidade do movimento; grau de voluntariedade da migração; motivações que estão na base da migração; condição perante o trabalho de migrante ou a consideração sobre a atividade ou inatividade; tipo de atividade econômica desempenhada; estatuto profissional, administrativo; nível de instrução do migrante; e lugar da migração no percurso individual.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA

(continua)

Santos (2007)	Década de 2000	Redes sociais	Assinala a migração como um elemento chave para entender as dinâmicas atuais da globalização. Os movimentos migratórios criam alterações na escala local, sejam econômicas ou culturais, que desenvolvem redes nas quais o migrante é a chave para a construção de um espaço transnacional globalizado.
Ravenstein (1889)	Entre 1885 e 1889	Clássica	Desenvolveu as chamadas “leis das migrações”, definindo-as como fenômenos que ocorrem basicamente por disparidades econômicas entre áreas, sendo que os grandes centros urbanos, industriais ou comerciais se comportam como espaços de atração. Também destacou a relação entre o movimento migratório e a distância percorrida, na medida em que, quanto maior for a distância, menor será o número de migrantes a efetuar um dado percurso. Traçou um perfil do migrante comum (adulto, proveniente do mundo rural e percorrendo pequenas distâncias).
Park (1928 <i>apud</i> VALADARES, 2010)	Décadas de 1910 e 1920	Clássica	Seu estudo não teve foco no entendimento das migrações, mas na capacidade de integração de grupos imigrantes, especialmente nos Estados Unidos. Deduziu que um determinado grupo, quando apresentava uma cultura muito diferente da cultura hospedeira, exibia dificuldade no processo de aculturação e assimilação. Trata também da concepção de termos como “estrangeiro”, “ecologia humana” e “preconceito étnico”.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA

(continua)

Thomas e Znaniecki (1996 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2014)	Entre 1918 e 1920	Clássica	São os autores do clássico <i>The Polish Peasant in Europe and America</i> . O livro buscou analisar e compreender a realidade de um grupo de migrantes poloneses através do depoimento de um deles em forma de cartas. O objetivo central era estudar o comportamento de imigrantes que viviam em lados opostos do pacífico, e se tornou um clássico por ser capaz de incorporar temas originais para a época, como preconceito racial, assimilação, valores morais, entre outros.
Wallerstein (1974 <i>apud</i> PEIXOTO, 2004)	Décadas de 1970 e 1980	Sistema-mundo	Considerando um mundo tripartido entre centro, semiperiferia e periferia, o autor entende que as migrações internacionais estão associadas às dinâmicas estruturais do sistema em sua totalidade, no qual as assimetrias, principalmente nos campos sociais e econômicos, geram relações de dependências que permeiam os principais fluxos migratórios. A lógica é que o excesso de mão de obra relativo às necessidades da periferia criou um exército de reserva que buscava atender às necessidades laborais dos países centrais.
Bailey (1993)	Décadas de 1980 e 1990	Neoclássica	Explica as migrações pela ação de seus indivíduos, ou seja, estes apenas migram quando os custos de deslocamento são inferiores aos benefícios esperados. Custos e benefícios são determinados, principalmente, sobre a situação de emprego e desemprego, variação de rendimentos, potencial de informação sobre novas oportunidades de trabalho e habitação, e redes sociais locais.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO: AUTORES, ABORDAGENS TEÓRICAS E BREVE APRESENTAÇÃO TEÓRICA

(conclusão)

Sayad (1998)	Décadas de 1990 e 2000	Sistemas migratórios	Os movimentos migratórios se estabelecem através da dupla ausência do migrante, que carrega consigo uma condição que deriva para uma dupla existência e, ao mesmo tempo, ausência. Quando sai de sua terra, o indivíduo não é mais um ator político local, porém a sociedade que o recebe também não o reconhece como tal. O autor nomeia tal condição como “estado duradouro com intenso sentimento de provisoriedade”.
--------------	------------------------	----------------------	--

Perpetrando uma síntese das ideias apresentadas, é possível observar um padrão na busca do entendimento dos movimentos migratórios. Nas descrições de Oliveira (2014) e Peixoto (2004), este arquétipo se organiza em uma tríade social-econômica-geográfica, ou seja, os principais motivos circulam entre um viés econômico, mais forte e presente nas obras de Marx (1982), Engels (1960), Sjaastad (1962), Becker (1983), Massey (1993), Portes (1997), Portes e Böröcz (1998), Bailey (1993), Peixoto (2004), Santos (2007), Ravenstein (1889) e Wallerstein (1974); um mais voltado para as condições sociais, presente em Durkheim (1960), Weber (1981), Simmel (1903), Massey (1993), Tilly (1990), Peixoto (2004), Santos (2007), Park (1928), Thomas e Znaniecki (1996) e Sayad (1998); e um focado nas facilidades ou limitações geográficas, encontrado nas obras de Lee (1980), Portes e Böröcz (1998), Peixoto (2004) e Ravenstein (1889).

Com relação às abordagens teóricas, a teoria das redes sociais se apresentou como a mais adequada e capaz de elucidar movimentos migratórios recentes e atuais, já que considera os efeitos do mundo globalizado e fortalece a ideia de que a construção de fluxos comuns, e consequentemente de redes de migração, dá-se, primordialmente, pela capacidade de comunicação entre indivíduos e facilidade de deslocamento que os avanços tecnológicos foram capazes de permitir. Cabe lembrar que essa migração de informações, que precede a migração de fato, pode beneficiar a construção de uma transnacionalidade onde os apreços culturais são cada vez mais comuns e identificáveis, mesmo entre sociedades tão distantes ou economicamente distintas (SANTOS, 2007).

2.4 TEORIA DAS REDES E IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL

Apesar de apresentar uma estrutura extremamente atual e conectada cada vez mais aos nuances do mundo globalizado, a teoria das redes sociais teve suas primeiras aparições na década de 1970 como uma forma de análise do processo de formação de redes de migração por meio do papel de parentes e amigos próximos. Conforme Massey (1993 apud GUIBERNAU; REX, 1997), as redes de migração representam um conjunto de redes sociais interligadas por comunidades de origem e pontos de destino inseridos no espaço das sociedades receptoras. Tilly (1990) complementa que as redes se sustentam por conjuntos de pessoas ligadas por laços afetivos, como familiares, amigos próximos e experiências de trabalho, com o

objetivo de facilitar a travessia e o alojamento do migrante. Contudo, não é constituída apenas de laços solidários, podendo gerar desigualdades entre membros de um mesmo grupo⁴.

Aliada à base de relações próximas que sustentam os fluxos migratórios, Santos (2007) complementa com o juízo de que as estratégias utilizadas entre os membros de uma rede qualquer possibilitam que pessoas circulem e habitem distintos lugares, “fundando um uso do território que não se conforma aos limites das fronteiras políticas nacionais” (SANTOS, 2007, p. 96). Desta maneira, o indivíduo não é analisado como um ser desconectado de um grupo que toma decisões racionais individuais, mas percebido como parte de uma rede na qual, muitas vezes, as questões sociais e as expectativas dos grupos se sobrepõem às questões econômicas, fortalecendo laços e comportamentos predeterminados (SASAKI; ASSIS, 2000). Tais condições foram evidenciadas nas redes analisadas que se constituíram em Curitiba, demonstrando seguir um padrão das redes que se alimentam em todo o território nacional.

Dessa forma, na tentativa de compreender a ligação entre a teoria das redes e os principais fluxos migratórios de haitianos para o Brasil, é necessária a compreensão estrutural da diáspora haitiana, sobretudo aquela que transcorreu a partir do século XX. Quais foram os motivadores principais? Além disso, por que a escolha do Brasil como nova morada?

2.4.1 Haiti em foco: uma análise da diáspora haitiana em escala global

Na América Latina, o Haiti foi a primeira ex-colônia europeia a concretizar sua independência, em janeiro de 1804. No entanto, a precocidade de tal evento não garantiu o desenvolvimento do país, que conviveu ao longo de sua história com frequentes crises internas alimentadas por inúmeras ondas de instabilidade política e disputas pelo poder. O reflexo nas condições da população haitiana foi imenso, e,

⁴ Segundo o autor, as redes perpetuam desigualdades a partir do momento que imigrantes, geralmente já bem, ou anteriormente, estabelecidos no local de destino, exploram os novos imigrantes. Esse processo cria uma rede hierárquica dentro da já existente rede migratória (TILLY, 1990).

durante o século XX, o número de emigrantes não parou de crescer, conforme enfatiza Silié (2002 *apud* ARRUDA, 2013):

Diante deste contexto, a consolidação do Estado nacional haitiano esteve fragilizada e, por razões de ordem política e econômica, os fluxos de pessoas para o exterior tornaram-se intensos a partir de meados do século XX. Na década de 1930, iniciou-se uma intensa migração rural para a República Dominicana com objetivo de atuação como mão de obra na lavoura açucareira. Até o final da década de 1990, a imigração haitiana também teve como destino os Estados Unidos e o Canadá, as Bahamas e também as áreas urbanas da República Dominicana. (SILIÉ, 2002 *apud* ARRUDA, 2013, p. 106).

Em 2009, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010) presentes na obra de Godoy (2011), mais da metade da população haitiana vivia com menos de US\$1,25 por dia, 58% não tinha acesso à água tratada e 40% das residências sofria com falta de alimentos. Cerca de meio milhão de crianças entre 6 e 12 anos não frequentavam a escola e 38% da população acima de 15 anos era analfabeta. Além disso, para intensificar os graves problemas já existentes, em 12 de janeiro de 2010, um forte abalo sísmico afetou o país, resultando em mais de 220 mil mortes, 300 mil feridos e 3,5 milhões de atingidos nos mais distintos níveis. “60% da infraestrutura governamental, administrativa e econômica foi destruída, 23% das escolas de todo o país e mais de 180.000 casas foram atingidas ou até mesmo completamente destruídas.” (ACNUR, 2010). Segundo Patriota (2010, p. 71), “o valor total da destruição causada pelo terremoto foi estimado em US\$ 7,9 bilhões, cifra equivalente a 120% do PIB haitiano em 2009”.

Os dados deixam claro que não se pode desprezar a lógica de que grandes catástrofes naturais devem ser entendidas dentro de contextos mais amplos de mudanças sociais, pois tendem a resultar em crises humanitárias de igual proporção, gerando significativos conflitos sociais e dificuldades econômicas que, por sua vez, podem conduzir a maciços fluxos migratórios (CASTLES, 2002 *apud* ARAÚJO; SILVA, 2014). Assim, a emigração de haitianos se intensificou, buscando, inicialmente, a República Dominicana⁵ e se estendendo para outros países próximos.

⁵ O fluxo inicial partiu para o país vizinho não só pela proximidade geográfica, mas principalmente pelas redes já constituídas neste país, já que o primeiro grande fluxo de migração para a República

Segundo dados do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior, desde o início da década de 1990, a diáspora movimentou milhões de pessoas, estimando, até o ano de 2013, entre 4 e 5 milhões de haitianos vivendo fora de seu país, o equivalente a metade da população do Haiti (HANDERSON, 2015). O autor também destaca o Haiti pós-terremoto, associando o evento com o início do quarto e último grande fluxo de emigração haitiana⁶, quando o efeito da tragédia provocou um duplo movimento, deslocando muitos para as áreas rurais e mais interioranas e cerca de 350 mil pessoas partindo para o exterior em busca do que não se encontra no Haiti, ou seja, estabilidade política e socioeconômica, serviços de saúde, infraestrutura, estudo, trabalho, dinheiro. “Nas palavras deles, na busca *d’um mieux être* (do bem-estar), uma qualidade de vida cotidiana melhor do que aquela do Haiti.” (HANDERSON, 2015, p. 74).

Apesar de atrair com certa intensidade o interesse dos emigrantes haitianos, o trato dos países desenvolvidos se limitou, basicamente, ao suporte financeiro, principalmente dos Estados Unidos e da França. O primeiro, principal provedor financeiro, não aceitou a imensa maioria das levas que se seguiram para o seu território alegando que estes não correspondiam à definição de refugiado presente na lei estadunidense⁷. Na França, apesar das generosas doações para fundos de reconstrução do país caribenho, a postura semelhante à norte-americana providenciou o fechamento das fronteiras da Guiana Francesa, seu território ultramarino, alegando a possibilidade de intensificação de rotas migratórias ilegais para o território europeu.

Thomaz (2013) destaca que os fluxos para os países do Norte Global se esvaziaram rapidamente devido aos obstáculos impostos por estes. No entanto,

Dominicana ocorreu entre o final do século XIX e meados da década de 1930 (CASTOR, 2008 apud BAENINGER; PERES, 2017).

⁶ Handerson (2015) credita o primeiro grande fluxo à ocupação das forças armadas dos EUA no Haiti (1915-1943), que gerou entre 30 mil e 40 mil emigrantes; o segundo grande fluxo migratório é alimentado pela fortificação da cultura estadunidense na realidade haitiana, seja pela religião ou pela obrigatoriedade do ensino de inglês nas escolas, e pelo início período ditatorial e das perseguições políticas. No auge do segundo grande fluxo, em meados da década de 1980, mais de 100 mil haitianos já haviam deixado o país; o terceiro grande fluxo ocorreu na metade de 1990, com o novo golpe de Estado e a deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, quando cerca de 46.000 haitianos foram apanhados em alto mar e transportados aos campos de detenção de *Guantanamo Bay*, em Cuba. Tal momento, segundo o autor, também rendeu um elevado número de imigrantes na casa dos 100 mil. O quarto grande fluxo, pós-terremoto de 2010, ainda se desenvolve.

⁷ Os Estados Unidos permitiram a entrada de um pequeno número de haitianos para tratamentos médicos emergenciais e tomaram a iniciativa de adiar a maioria das deportações agendadas de cidadãos haitianos que viviam ilegalmente em solo estadunidense. Com o intuito de conter uma possível “onda” migratória a seu litoral, o país norte-americano, em dezembro de 2012, chegou a impor um bloqueio naval (THOMAZ, 2013).

como a condição do Haiti era profundamente precária e, em muitos casos, insustentável – vide o grave surto de cólera que ocorreu dez meses após o forte terremoto⁸ – milhares de haitianos rumaram para a opção mais viável: os países da América do Sul. Entre eles, Venezuela, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil, com intenso fluxo até o ano de 2015 e posterior estabilização (CAVALCANTI *et al*, 2019).

Desta maneira, é possível associar o caso dos imigrantes haitianos e sua diáspora a um movimento clássico de alimentação por redes transnacionais, o que corrobora com a teoria das redes sociais, principalmente quando analisada através de um caráter familiar que a sustenta (HANDERSON, 2015). A migração se materializa como estratégia de grupo, ou seja, o apoio familiar envia remessas financeiras para o imigrante e o próprio imigrante estrutura um suporte informacional e material para os membros familiares e afetivos que desejam migrar.

A ideia é de que as redes sociais constituídas pelos haitianos têm ação dual, pois criam projetos de migração que as alimentam, “além de operar para a reatualização de vínculos sociocomunicacionais entre imigrantes haitianos em diferentes espaços transnacionais, incluindo o Brasil e o Haiti” (COGO, 2014, p. 28). Somado a isso, pode-se considerar a existência de redes criminosas que comercializam vistos e documentos falsos, criando um mercado ilegal fundamentado nessas fragilidades alimentadas pela falta de proteção estatal, como no caso de imigrantes que procuraram o CEIM com certidões consulares falsificadas na tentativa de “regularizar” o mais rápido possível sua condição no Brasil (BATISTA, 2019).

A partir disso, onde entra o Brasil? Por que um fluxo tão significativo de caribenhos se consolidou em um país sul-americano? Não se trata, certamente, de uma condição corriqueira. Contudo, o trabalho apresenta justificativas plausíveis que serão aprofundadas a seguir.

⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. 18 Ago. 2016. ONU admite culpa por surto de cólera no Haiti. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-admite-culpa-por-surto-de-colera-no-haiti,10000070427>>. Acesso em 03 jul. 2018.

3 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA REALIDADE BRASILEIRA: A NOTABILIDADE DO FLUXO HAITI-BRASIL

3.1 INTRODUÇÃO

A capacidade em atrair imigrantes fez parte de uma fatia considerável da história brasileira, principalmente se a avaliação é feita sobre a história geral de ocupação do território, e, nesse caso, seguindo a classificação de Martes (2009), dois grandes momentos são de importante apreço: 1. Período clássico (1870-1970); 2. Período recente (1970/1980-atualmente).

No Período clássico, que é em parte o período da imigração europeia (até 1950) o país foi um dos maiores receptores do mundo, contabilizando o ingresso de mais de 5,1 milhões de europeus e asiáticos até o pós-guerra. Políticas governamentais mescladas aos tempos difíceis vivenciados no continente europeu e no Oriente Médio, como a fome, a miséria, as guerras e o alastro de pragas, culminou na possibilidade de obtenção, em território brasileiro, de uma melhoria na qualidade de vida dos imigrantes (MARTES, 2009). Cabe ressaltar que tal período não demonstrou imigração significativa de haitianos para o território brasileiro, que passam a contribuir de forma mais expressiva a partir da quarta fase da diáspora haitiana que se deu a partir de 2010 (HANDERSON, 2015).

Com o fim dos grandes conflitos que assolaram toda a Europa e a estabilização político-econômica nos anos que se seguiram, surge um novo período, o Período recente, que apresenta o Brasil como um país repulsor; segundo Brzozowski (2012, p. 137), “o país sofreu uma perda líquida de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas por meio de fluxos migratórios internacionais entre 1980 e 1990”. É importante considerar que não se trata apenas de uma melhoria na condição de vida europeia, mas também de um momento de pressão e perseguição política, com as ações dos governos militares, e de um período de recessão econômica considerável entre os anos da década de 1980.

Ainda vivemos um período inconclusivo sobre a classificação do Brasil no âmbito das migrações contemporâneas. Muitos brasileiros continuam saindo do país em busca de novas e melhores realidades, porém um número cada vez maior de imigrantes estrangeiros ou de retorno (geralmente brasileiros que saíram para

buscar uma melhoria na condição de vida e, por motivos diversos, decidiram pelo retorno ao país de origem) adentra o Brasil. De 2010 a 2015, a população de migrantes vivendo no país cresceu 20%, chegando a 713 mil, e, no último ano, os sul-americanos representavam 29% do total de imigrantes (OIM, 2018). É importante salientar que nenhum desses fluxos tem contagem precisa devido à dificuldade em estabelecer controle nas fronteiras e nos postos de atendimento aos novos habitantes.

Ao passar das décadas de 1980 e 1990, os dados, principalmente estatísticos, comprovam que o Brasil, em grande proporção, tornou-se um país repulsor de sua população. A ascensão econômica, o aumento nos postos de trabalho, o crescimento da população economicamente ativa, as políticas de transferência de renda, a melhoria na qualidade de vida, entre outros fatores que se deram durante a primeira década do século XXI, contribuíram para uma nova realidade: o Brasil como país atrativo do ponto de vista do cenário internacional. Essa mudança de fluxo pode ser explicada, entre outros fatores:

[...] principalmente pelo desenvolvimento sustentável das atividades econômicas no Brasil e pelo agravamento da crise do capitalismo no mundo desenvolvido, que atingiu profundamente países com os quais o Brasil mantinha historicamente relações de trocas populacionais (Estados Unidos, Portugal, Espanha, Japão e Itália) (OLIVEIRA, 2013, p. 201).

Dessa maneira, a forte crise econômica que emergiu em 2008 não teve efeito redutor na imigração para o território brasileiro, apresentando inclusive o resultado inverso. O país vivia um momento de ascensão da classe consumidora e da mudança dos hábitos de consumo no geral, o que alavancou o produto interno bruto e alimentou a possibilidade de viver num Brasil melhor. Oportunidades surgiam, sejam elas para trabalhos qualificados, devido ao maior investimento em infraestrutura e tecnologia, sejam elas para trabalhos de menor remuneração, cada vez mais carentes num país em que a qualificação tem obtido cada vez mais importância. Segundo dados do ACNUR (2018), o Brasil recebeu mais de 80.000 solicitações em 2018 (7.000 de candidatos haitianos), tornando-se o sexto maior beneficiário de pedidos de asilo no mundo. Isso representou um aumento de 33.800 pedidos em 2017 e 10.300 pedidos em 2016.

Não menos importante é considerar o processo de transição demográfica pelo qual passa o país, uma vez que o número de filhos por mulher reduziu

drasticamente nas últimas décadas, impactando diretamente no número de jovens que entram para o mercado de trabalho e alterando a demanda do mercado por vagas que tradicionalmente são pleiteadas e ocupadas por essa parcela da população.

Por ser um processo recente, o novo fluxo de imigração para o Brasil ainda não deu brechas para uma definição mais precisa, e ao mesmo tempo ampla, do novo imigrante que vem para o país. Sabe-se que a migração de retorno é considerável e, entre os anos de 2008 e 2014, o número de brasileiros vivendo nos Estados Unidos reduziu em 12,8%, na Europa uma redução de 14,4% foi registrada, e no Japão um decréscimo de mais de 42%. Grande parte desses brasileiros retorna ao Brasil, fugindo muitas vezes dos efeitos da crise nos países do Norte, no entanto, não é só do retorno de brasileiros que as novas ondas de migração são formadas. Africanos, latinos sul-americanos, sírios e haitianos completam a onda de imigração como grupos majoritários, com destaque para o último (CAVALCANTI et al, 2019).

3.2 AS RAÍZES DA REDE: A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL

O Haiti é um país centro-americano com população aproximada de 11 milhões de habitantes⁹ e uma série de semelhanças socioeconômicas com alguns países africanos. Com 95% da população afrodescendente, grande população jovem – mais de 43% na faixa etária até 24 anos –, elevadas taxas de mortalidade infantil e expectativa de vida de 64,6 anos na média geral (CIA, 2019), o país, há décadas, assume o papel de país repulsor; em 2010, teve início uma nova fase de emigração em que a gama de problemas socioeconômicos somou-se a um fortíssimo abalo sísmico que devastou parte considerável da frágil infraestrutura do país, principalmente da capital Porto Príncipe, e ceifou dezenas de milhares de vidas. As consequências diretas levaram a uma verdadeira diáspora haitiana pós-terremoto na casa de 10% da população total, e o Brasil se tornou um grande alvo desse fluxo. Entre 2011 a 2018, foram registrados 492,7 mil imigrantes de longo termo, ou seja,

⁹ Dados mais precisos disponibilizados pelo Banco Mundial apontam 10,847,334 habitantes no ano de 2016. Apesar das elevadas taxas de emigração, a população segue com um crescimento demográfico positivo devido às taxas de natalidade que são ainda maiores (BIRD, 2017).

aqueles que permanecem no país em um período superior a um ano, com os haitianos (106,1 mil) representando 21,5% (CAVALCANTI et al, 2019).

Mas a pergunta que fica é: por que o Brasil se tornou um dos principais destinos para os haitianos que fugiam das condições precárias de seu país? Thomaz (2013) explica que os haitianos vieram, em um primeiro momento, atraídos pela posição do país como um mercado econômico emergente¹⁰ – o que fomentou expectativas de obtenção de emprego – e pelas parcerias que o governo, ONGs e empresas do Brasil firmaram em projetos de desenvolvimento no país caribenho, sobretudo desde 2004 (THOMAZ, 2013).

Fernandes et al. (2012 apud BERNARTT et al, 2016) acrescenta a influência da crise global, que afetou as principais economias do planeta, e os eventos do 11 de setembro de 2001, que contribuíram para a maior rigidez nas fronteiras mundiais como eventos que direcionaram os fluxos migratórios para os mercados emergentes, como aponta o trecho a seguir:

O acirramento da crise econômica nos últimos anos contribuiu sobremaneira para a alteração do panorama da migração transnacional. As dificuldades para se atingir o intento de se chegar a um país mais desenvolvido tornaram-se restritas após o atentado de 11 de setembro de 2001, agravadas pelo desemprego em escala mundial, provocado por “bolhas” financeiras e imobiliárias e financeiras que afetaram de maneira mais acentuada os imigrantes, principalmente aqueles em situação não regular” (FERNANDES et al, 2012 apud BERNARTT et al, 2016, p. 12).

O ano de 2004 é crucial para a relação Brasil-Haiti, principalmente pelo fato de o exército brasileiro ter assumido o controle das tropas da ONU envolvidas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)¹¹, mantendo-se em tal condição até outubro de 2017. A maior presença de brasileiros em território haitiano, desde então, mesmo que não seja o principal fator que alimente

¹⁰ No cenário que o Brasil viveu em 2010, a situação peculiar que se construiu possibilitou atingir uma taxa de crescimento econômico, tendo como base o PIB, da ordem de 7% em relação ao ano anterior. Esse crescimento gerou uma intensa necessidade de mão de obra, resultando em um baixíssimo índice de desemprego que se manteve no país pelos anos seguintes (FERNANDES et al, apud BERNARTT et al, 2016).

¹¹ A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio. O Brasil comandou o componente militar da Missão em todo o período de atuação desta, que ainda teve a participação de tropas de outros 15 países, além do efetivo brasileiro de capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

os fluxos de emigração no país, vem colaborando para o que o Brasil passe a integrar, de modo crescente, a consciência coletiva dos haitianos a partir do estreitamento de vínculos afetivos e simbólicos (COGO, 2014). Esses vínculos geram, entre a população haitiana, interações, imaginários e expectativas em torno do Brasil que o colocam como opção na lista de países de imigração. Tal condição se abastece através dos fluxos comunicacionais e midiáticos sobre o Brasil e os brasileiros que correm no interior das redes migratórias de haitianos.

Rodrigues e Marchese (2016) destacam a crise interna do país que crescia desde os levantes militares de 2004 – uma reação popular contra a eleição de Jean-Bertrand Aristide¹² – como um fator de emigração juntamente ao forte terremoto que atingiu as terras haitianas anos depois, em janeiro de 2010, e apresenta, com base em tais condições, alguns pontos que fortaleceram a migração haitiana para o Brasil.

Em que se pesem os fatores de atração haitiana, podem-se elencar o protagonismo político brasileiro adquirido nos últimos anos junto à América Latina, assim como o contato pré-existente com os nacionais que integram e integravam a MINUSTAH, além do crescimento econômico do país associado à necessidade e abertura de novos postos de trabalho, sejam eles qualificados ou não, como algumas das inúmeras e possíveis razões que levaram os imigrantes, muitas vezes conduzidos por coites, a ingressarem no país via fronteiras da Região Norte. (RODRIGUES; MARCHESE, 2016, p. 108).

Em suma, todos esses eventos potencializaram a vinda de imigrantes haitianos para o Brasil, e, apesar do deslocamento geográfico não ser curto e muito menos barato¹³, algumas rotas ganharam destaque, como o deslocamento aéreo da República Dominicana para o Peru, seguido por um percurso via terrestre ou fluvial até a fronteira com parte dos estados da região Norte. Os Estados do Acre e do Amazonas são, em quase toda sua extensão, o principal ponto de entrada, no território brasileiro, dos imigrantes haitianos que, após isso, apresentaram uma

¹² À época, houve uma forte suspeita de que a eleição tivesse sido fraudada. Somou-se a insatisfação popular com a necessidade de reformas políticas profundas, e o país se desestabilizou devido às consequentes disputas pelo poder entre opositores e o governo recém-eleito, desencadeando, no início de 2004, um levante militar que logo se espalhou por diversas cidades (RODRIGUES; MARCHESE, 2016).

¹³ Pelas pesquisas e entrevistas apontadas na bibliografia, é extremamente difícil impor um valor exato que um haitiano gasta para se deslocar até o território brasileiro, principalmente pelo motivo de que as rotas nem sempre seguem o mesmo caminho e não são realizadas pelos mesmos organizadores. Oliveira (2015), com base em entrevistas e análises diversas, chega a um preço médio de US\$ 2 mil viajante/trecho, já Cogo (2014) evidenciou custos na cada dos US\$ 5 mil entre alguns imigrantes. Rodrigues e Marchese (2016) apresentam valores entre US\$ 3,5 mil e US\$ 5 mil.

solicitação de refúgio, já que o Brasil é signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados e visa facilitar a entrada legalizada de haitianos, mesmo que nem sempre isso seja demonstrado na prática¹⁴. Recebendo o sinal verde, os imigrantes obtêm um visto de moradia e de trabalho, e passam a transitar pelo país em busca da melhoria de vida que tanto sonham (COGO, 2014).

Concluindo a lógica das rotas dadas pelas fronteiras brasileiras, é possível destacar que:

As escolhas das rotas de chegada de haitianos estão condicionadas, dentre outras, às facilidades de transporte, às possibilidades efetivas de entrar no Brasil, pesando, também, em muitos casos, os interesses e estratégias traçadas pelos chamados “coiotes” que impõem a exigência de pagamento para o ingresso no Brasil e se interpõem ao controle e às políticas migratórias brasileiras. (COGO, 2014, p. 25).

Essa interposição é destacada na fala de Lucien (2019), quando a ação de coiotes se integra às redes de informação no Brasil e fortalecem laços desses imigrantes com entidades de apoio como a Pastoral do Migrante:

Temos o lado negativo que é a atuação dos coiotes. Porque tem imigrantes que chegaram a me falar que desde os seus países de origem, principalmente no caso dos haitianos, já tinham coiotes que sabiam da presença e do trabalho da pastoral aqui em Curitiba ou em outras cidades. Como são coiotes, cobram um valor x da pessoa dizendo que ao chegar no país, vá até tal cidade, tal endereço que já vai ter tudo para você. Então, tem essa rede de máfia, de criminosos que fazem essa situação acontecer. Nesses casos só quando as pessoas chegarem no lugar é que vão se dar conta que tinham sido enganadas. (LUCIEN, 2019, p. 3).

Baeninger e Peres (2017) afirmam que, até o início de 2016, o Brasil já havia recebido 28.866 imigrantes haitianos com visto permanente. Quando se consideram os dados do Portal de Imigração Laboral do Governo Federal (excluindo turistas e tripulação), que englobam também os registros de solicitantes de refúgio, o volume de entradas para o mesmo período salta para 85.079 imigrantes, sendo que 44.361 imigrantes foram registrados em postos de controle de fronteiras terrestres, correspondendo a 52% da imigração haitiana no país, entre 2010 e 2015 (BRASIL, 2019). Nos anos seguintes, até 2018, os haitianos obtiveram menores números de

¹⁴ Segundo Fernandes (2017), a dificuldade em adquirir o visto no Haiti via embaixada brasileira em Porto Príncipe se estendeu até meados de 2015, alimentando os fluxos de ingresso pelas fronteiras brasileiras.

registros e perderam o primeiro posto para os ganeses. Todavia, o fluxo ainda é considerado muito ativo (CAVALCANTI *et al*, 2019).

Apesar do grande número de haitianos que ingressaram pelas fronteiras da região Norte, um pequeno número acaba por residir nesta região (3.225 imigrantes), e as maiores concentrações estão nas regiões Sudeste (10.844) e Sul (12.734). Segundo o SisMigra¹⁵ (2018, p. 13), 27% dos haitianos que adentraram o território brasileiro entre 2010 e 2017 residiam em São Paulo, seguido de Manaus (8%), Porto Velho (7%) e Curitiba (4,5%). A concentração em grandes áreas urbanas demonstra a busca por regiões com maior oferta de serviços e qualifica o emprego como um forte motivador para as migrações (CAVALCANTI *et al*, 2019).

A maior parte desses imigrantes são homens (cerca de 70%), no entanto, os anos mais recentes entre o período analisado mostram o aumento significativo no ingresso de mulheres e crianças haitianas, fortalecendo a ideia de reunião familiar e da existência de redes migratórias – que será posteriormente apresentada.

É importante destacar que o contingente de imigrantes haitianos que se deslocou até o Brasil não é proporcionalmente maior do que aquele evidenciado em nossos vizinhos latinos, como Peru, Colômbia e Chile. Contudo, a entrada por terras brasileiras se deu, majoritariamente, por regiões com pouca infraestrutura – municípios acreanos e amazonenses em sua maioria – o que acabou por agravar a condição dos ingressantes e dificultar o processo de levantamento de dados e suporte. Somado a tais condições, Arruda (2013) aponta que o pouco fluxo anterior de haitianos gerou uma série de dificuldades ao lidar com a situação, por barreiras sejam linguísticas, sejam culturais.

¹⁵ O SisMigra veio para substituir o antigo Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE). Assim como a base anterior, é formada por registros administrativos da Polícia Federal (PF), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem por objetivo cadastrar todos os imigrantes com vistos temporários. Desta forma, a partir da vigência da atual lei nº3445/2017, todas as pessoas com visto temporário devem comparecer, num período máximo de 90 dias, à Polícia Federal para obter o Registro Nacional Migratório. (CAVALCANTI *et al*, 2019, p. 11).

3.3 O QUE SE SABE SOBRE OS HAITIANOS NO BRASIL? A VIVÊNCIA MULTITERRITORIAL, REDES MIGRATÓRIAS, PESQUISAS E ABORDAGENS

Além das possibilidades econômicas, políticas e geográficas que podem alimentar um fluxo migratório de haitianos para o Brasil, devemos considerar o poder das redes que se formam e se fortalecem de acordo com o aumento no número de haitianos residindo em território brasileiro. Com base nas ideias de Tilly (1990), que afirma que não são os indivíduos que migram, mas suas redes, Guarnizo (2004) define a organização dessas redes em vivências multiterritoriais, cuja definição parte de:

Um amplo espectro de relações sociais, culturais, políticas e econômicas transfronteiriça que conectam os migrantes a suas sociedades de origem. Essas relações situam em primeiro plano a capacidade de agência dos migrantes e envolvem um ativo e dinâmico campo de intercâmbio social que afeta os atores (indivíduos, grupos, instituições) localizados em diferentes contextos nacionais e locais. (*apud* COGO, 2014, p. 28).

Assim, os laços culturais e as relações sociais entre aqueles que desejam migrar e os parentes ou amigos próximos que já se estabeleceram no Brasil tendem a se entrelaçar cada vez mais, fortificando um fluxo Haiti-Brasil, que é facilitado pelas condições políticas e diplomáticas favoráveis, como a já mencionada participação brasileira como país signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados de 1951¹⁶.

Segundo Cogo (2014), as redes migratórias haitianas evidenciam e, conjuntamente, revitalizam o caráter familiar que vem moldando o planejamento e a implementação de projetos migratórios de haitianos para o Brasil. A ideia de autoproteção e solidariedade entre os haitianos é fortalecida nas redes, que são fortalecidas pelos facilitados meios de comunicação, como a *internet*, que, ao mesmo tempo, pode enfraquecer a percepção do Brasil como território de imigração, já que nem todos os haitianos residentes no país se encontram em situações que os agradem, pelas condições socioeconômicas indesejáveis ou pelo preconceito étnico e racial, comum dentro da sociedade brasileira (SILVA, 2017).

¹⁶ O Brasil é signatário da Convenção Relativa dos Refugiados de 1951 e do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Além disto, foi escolhido pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) a participar do Comitê Consultivo da ACNUR em 1951.

No aspecto prático, as redes familiares imperaram e se mostraram presentes em praticamente todos os questionários aplicados e entrevistas realizadas. Apenas dois indivíduos apontaram amigos como o elo das redes. O entrevistado 1 afirma: “eu tenho o meu cunhado aqui, na hora de falar com ele, ele falou comigo de uma possibilidade para que eu possa estudar” (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 1), e o entrevistado 2 não só iniciou a rede através do contato com familiares como mora com parte deles, no caso, sua tia e sobrinha.

Pensando naqueles imigrantes que pretendem se estabelecer no país de destino, neste caso o Brasil, as redes de ajuda, ou seja, as remessas financeiras que parentes vivendo no Haiti enviam para os imigrantes, e as redes pré-existent, como caso da rede Haiti-Ecuador, em que o ingresso é facilitado pela não exigência de um visto, são essenciais para que os fluxos migratórios se mantenham, pois, financeiramente ou politicamente, esses movimentos não se manteriam apenas por força própria, cessando tal deslocamento e criando novas rotas que fossem viáveis (HANDERSON, 2015). É importante salientar que todos os entrevistados e questionados declararam vir para o Brasil legalmente devido às facilidades criadas pela presença do visto humanitário, por exemplo. Não houve menções sobre a necessidade em receber contribuições financeiras do Haiti.

Um fator de grande importância dentro das redes é o papel das instituições religiosas, como as Pastorais do imigrante. Em São Paulo, a casa do imigrante faz parte de um projeto nomeado como “Missão Paz”, atendendo a muitos haitianos, prestando acolhimento e mediando serviços de saúde, educação e assistência social, jurídica e psicológica (COUTINHO; MARCELINO, 2016). O abrigo se mantém até que o imigrante não só esteja com a documentação pronta, mas também tenha obtido um emprego. Tais condições favorecem o fortalecimento de redes, uma vez que muitas famílias são acolhidas pelas pastorais, cujo trabalho efetivo realizado tende a gerar novos fluxos e maior procura com o tempo. Os autores também salientam que não é só em São Paulo que esse tipo de rede se manifesta, já que outras regiões do país também trabalham de maneira semelhante, como podemos evidenciar no trecho a seguir:

Além da cidade de São Paulo, é possível identificar em outras partes do Brasil a atuação de diferentes grupos religiosos no auxílio a esses imigrantes. Na região do Acre, Amazonas e Rondônia, a igreja Assembleia de Deus se mobilizou para acolhê-los – e também em São Paulo se observa sua atuação. Em relação aos projetos da Igreja Adventista do Sétimo Dia

(IASD) junto aos imigrantes haitianos no Brasil, foi possível mapear e detectar pelo menos alguns deles; nesses grupos, formados por haitianos adventistas, a igreja desenvolve também um projeto social. Existe um projeto em Porto Velho (RO), onde a Igreja IASD inaugurou no ano de 2014 o primeiro templo adventista exclusivo para haitianos. A Igreja Adventista do Sétimo Dia também agrega membros haitianos em outros Estados, como Santa Catarina (estima-se ter em torno de 120 imigrantes), Mato Grosso – em Cuiabá a igreja inaugurou um templo para haitianos no final de 2015 (ALVES, 2015), e em São Paulo (MARCELINO, 2015).

De modo geral, as instituições evangélicas acolhem e auxiliam o imigrante haitiano com aulas de língua portuguesa e apoio social de cunhos diversos, e, apesar da tímida atuação de algumas delas, considera-se que a soma dessas ações na tentativa de recepcionar, acomodar e auxiliar o haitiano, de alguma forma, tem amenizado a delicada situação migratória no país. (COUTINHO; MARCELINO, 2016, p. 230).

Além disso, o papel acolhedor das instituições religiosas ganhava mais importância quando, nas principais cidades de entrada de haitianos da região Norte, como Tabatinga (AM) e Brasiléia (AC), o papel do Estado em acolher os recém-chegados falhava, seja no viés burocrático com o limite na emissão de vistos e na impossibilidade na liberação dos imigrantes, seja no viés estrutural, quando os imigrantes eram alojados em galpões com condições precárias e insuficientes (SILVA, 2017). O mesmo autor salienta que o problema vivido nas cidades fronteiriças era apenas parte do todo, e que a parcela majoritária das redes não era construída entre o Haiti e Tabatinga ou Brasiléia, mas entre o país caribenho e as grandes cidades do Brasil, pois as promessas de emprego, nessas localidades, eram maiores e mais atraentes do ponto de vista salarial.

Segundo dados do IBGE (2019), dentre as 3.876 cidades onde a presença de imigrantes foi registrada, apenas 58 apresentaram pelo menos um abrigo para o acolhimento, demonstrando novamente a ineficácia do Estado que acaba por transferir a responsabilidade social para instituições religiosas – no caso a Pastoral do Imigrante em São Paulo – quando remessas de imigrantes haitianos passaram a ser enviadas de ônibus do Acre para as terras paulistas. Em Curitiba, onde a condição não é distinta, o número de imigrantes que buscam a Pastoral acaba por saturar os serviços ofertados, como destaca Lucien (2019):

Quanto igreja, a igreja faz de tudo para facilitar esse trabalho, mas não depende só dela, depende também de governo, das políticas públicas. [...] aqui temos duas outras salas em que estudam português, que é um dos primeiros problemas que eles encontram ao chegar, principalmente aqueles que vem de países que não falam português, mas se você ver o número de migrantes que tem na cidade, duas ou três salinhas aí não dão conta, quase não representa nada, apenas um sinal. (LUCIEN, 2019, p. 1).

Na ausência de um plano emergencial e de uma pré-estrutura para receber todos os imigrantes que chegavam, a situação poderia descambar para uma crise social caso a igreja não tivesse tomado as rédeas da situação e reivindicado do governo municipal novos espaços de acolhida na cidade. Isto porque os existentes eram insuficientes e atendiam majoritariamente brasileiros em diferentes condições sociais, a saber: migrantes desempregados; população em situação de rua; dependentes químicos; entre outros (SILVA, 2017). Em Curitiba, segundo Lucien (2019), essa crise ainda pode emergir caso não se concretize um vínculo forte entre as diretrizes da igreja e do Estado. A ausência de planos conjuntos pode agravar problemas sociais severos como o número de imigrantes em situação de rua, por exemplo.

E por mais paradoxal que pareça, a saturação dos serviços fortalecem as redes de informação e intensificam a procura por entidades religiosas como as pastorais, centros de encaminhamento ou de acolhida¹⁷. E neste caso específico, São Paulo e Curitiba passam a ser vistas como excelentes opções, senão as melhores, de destino para os haitianos e outros imigrantes dentro do território brasileiro.

Em Curitiba, o CEIM acabou se tornando um suporte maior do que inicialmente estava posto. A demanda não é completamente suprida pelas entidades religiosas, e o serviço de encaminhamento prestado pelo centro avançou, mesmo que fortuitamente, para um trato mais refinado, conforme as palavras de Batista (2019):

Qualquer problema que eles têm, eles procuram, acham que aqui é o apoio e a gente procura atender da melhor forma possível. Não deixar eles irem embora de ser uma resposta, e a gente procura sempre ajudar. E isso vai nas redes sociais deles, e aí todo mundo vêm nos procurar, por qualquer razão. Deixou de ser um centro de informação para ser um centro de referência. (BATISTA, 2019, p. 1).

A quase exclusividade do serviço prestado, já que o CEIM, em suas atribuições originais, não se faz presente em outras cidades do país, alimentou uma rede de informações que alavancam o fluxo de imigrantes para Curitiba, contribuindo

¹⁷ Na realidade brasileira, apesar das garantias da Lei 13.445/17, apenas o município de São Paulo apresentava uma política para a população migrante que, efetivou, a inauguração de uma casa de acolhida específica para essa demanda. Trata-se da Lei 16.478/16, que instituiu a Política Municipal para a População Imigrante na cidade de São Paulo (DELFIM, 2016).

para o processo de saturação anteriormente descrito e influenciando diretamente no serviço prestado. Batista (2019) corrobora que:

Peguei o CEIM aqui, e que ele foi criado em 4 de outubro de 2016, e quando eu comecei em janeiro ele estava com 4.700 atendimentos em nove meses completados agora no mês de setembro já com 11.300 atendimentos. Então, nós, de janeiro até agora: 4.800 atendimentos. Que foi feito em dois anos e meio a gente já está fazendo em nove meses. [...] isso não é mérito, não é que a gente seja mais capaz do que a equipe anterior, eu acho que aumentou a procura do centro. Talvez a forma que nós ampliamos a forma de atendimento. Então, eles buscam no CEIM todas as suas necessidades, eles vêm aqui procurar essa ajuda. (BATISTA, 2019, p. 1).

E possível concluir que a importância das instituições no acolhimento dos haitianos, sejam elas religiosas ou subordinadas ao Estado, se deve mais à ausência de políticas públicas ou à ineficácia dessas políticas do que à sua especificidade (religiosa ou apenas de encaminhamento), já que grande parte deles não são cristãos católicos (SILVA, 2017), como o caso dos haitianos, e, na realidade desta pesquisa, muito menos demonstravam interesse inicial em residir na cidade de Curitiba. Neste caso, as redes se sustentam pela oferta de serviços diversos e apoio dado por essas instituições. Quanto melhor e mais eficaz for o suporte, mais intensa tende a ser a rede de migração.

Obviamente que essas relações não são a única verdade capaz de justificar a espacialidade do fluxo de haitianos para o Brasil, já que é impensável não considerar que redes se constroem, também, por meio de lugares, de espaços de vivência, muitas vezes construídos por familiares ou amigos que realizam o fluxo primeiramente.

3.3.1 Deslocamento espacial e a questão do lugar: uma análise do fluxo Haiti-Brasil partindo do migrante haitiano

Os haitianos que contribuíram para este trabalho demonstraram certo padrão quanto ao deslocamento espacial, não necessariamente das regiões de origem e destino, mas na forma como o deslocamento se realiza. A análise foi feita em duas escalas: a global (fluxo Haiti-Brasil) e a local (dentro da Grande Curitiba).

Na escala global, com a exceção de um indivíduo que partiu de San Felipe de Puerto Plata na República Dominicana, todos os demais realizaram viagens de

diferentes pontos do Haiti até o Brasil. O modal utilizado, em todos os casos, foi o aeroviário. As cidades haitianas de origem foram: *Les Cayes*, Porto Príncipe, *Ouanaminthe*, *Jacmel*, *Gonaives* e *Aquin*. Curitiba se mostrou como cidade de destino inicial para a maioria dos imigrantes, tendo apenas dois imigrantes com relatos de que ingressaram no Brasil pela fronteira com o Equador e Paraguai, respectivamente, e outro que morou pouco mais de seis meses em Santa Catarina antes de buscar Curitiba como nova morada. Todos se apresentaram como moradores de Curitiba presentes nos bairros Cajuru, Capão Raso, Cidade Industrial de Curitiba, Fazendinha, Centro e Vila Guará.

Na escala local, constatou-se que os haitianos não realizaram grandes deslocamentos e nem têm esse costume em suas rotinas diárias. A maioria mora muito perto do local de estudo e trabalho. Ninguém relatou pegar mais de um ônibus por trecho casa-trabalho, casa-faculdade, ou qualquer outro. Talvez não seja mera casualidade e, futuramente, no debate sobre as dificuldades de integração, o tema será melhor explorado.

Para cada novo deslocamento, para cada nova rotina, teremos um novo lugar constituído. O lugar é o meio de vivência do indivíduo que o constrói, ao mesmo tempo em que se modifica internamente quando se relaciona com o mundo e com a coletividade social pertencente a este lugar. É nesse ponto que entra a ideia de Tuan (1983) de que o espaço é a representação da movimentação e da liberdade, o que torna o conceito abstrato; já o lugar é segurança, dotado de valor concreto. Quanto mais tempo se passa, mais aquele lugar significa para o indivíduo, o que pode, em muitos casos, dificultar a constituição de outros novos lugares. Todos os entrevistados relataram se sentir mais à vontade em casas de parentes ou nas aulas de português – onde o grupo de haitianos era majoritário – do que lugares públicos que já haviam visitado, tais como parques ou *shoppings centers*. Dois entrevistados não apontaram nenhum outro lugar que fosse configurado como momento de lazer, ou seja, relataram como única rotina o deslocamento entre casa, estudo e trabalho.

Santos (2005) apresenta o lugar como uma condição do mundo globalizado. Cada lugar representa uma individualidade e uma relação com o todo. Pode ser fruto de uma relação capitalista, agindo como mercadoria, como um *shopping*, ou a mera expressão de uma individualidade.

No entanto, o olhar sobre o conceito de lugar tem outro peso quando se trata do sujeito imigrante. Milton Santos (2012) enfatiza tal condição quando expressa que:

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de *desterritorialização*. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização. (SANTOS, 2012, p. 222).

Dessa forma, o imigrante é aquele que desconhece o novo lugar, e esse lugar cria uma vigorosa alienação que precisa ser superada e transformada em conhecimento. Ao mesmo tempo, todas as memórias que o imigrante carrega perdem seu valor, pois foram criadas em outro meio, outros lugares. Contudo, a tendência é buscar os meios mais próximos capazes de reaver essas memórias, como evidenciado na resposta do entrevistado 2 ao ser perguntado sobre o lugar onde mais gosta de estar: “na casa do meu irmão, em Guaíra” (ENTREVISTADO 2, 2019, p. 1). Já o entrevistado 3 afirmou que, quando teve um dia de folga em sua rotina de trabalho, aproveitou para ir às aulas de português ministradas nas Faculdades Bagozzi (ENTREVISTADO 3, 2019). E o entrevistado 1, quando indagado sobre seus momentos de folga, apresentou a seguinte fala:

De modo geral, a gente não faz nada. Por que? Porque aqui mesmo, para se divertir, para nós, parece uma coisa impossível. Às vezes a gente tenta fazer uma coisa lá em casa e tipo na hora já batem na porta, portanto, lá na vizinha pode fazer barulho como se nada fosse. (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 4).

Tais depoimentos fortalecem a ideia presente em Tilly (1990) quando a relação entre migrar e se integrar é moldada pela identidade étnica e laços sociais que o emigrante carrega, e que, mesmo que de forma muito discreta e às vezes irrelevante para constituir um elo completo de integração, “se alteram no contexto de migração, nas relações com a sociedade de destino e com outros grupos de migrantes” (TILLY, 1990, p. 88).

Portanto, o padrão apresentado na pesquisa é justamente a presença de uma linha comportamental onde o imigrante haitiano busca primeiramente ocupar espaços que possam satisfazer suas principais necessidades – o ambiente de

trabalho ou estudo – e apenas em segundo plano aqueles espaços que se mostravam mais acolhedores, como suas próprias casas ou igrejas, por exemplo.

3.3.2 Abordagens prático-teóricas

A migração haitiana para o Brasil tem sido estudada por diversas áreas do conhecimento, principalmente nas ciências sociais e na geografia, e sua análise mais aprofundada se faz presente nas obras de Patriota (2010), Godoy (2011), Arruda (2013), Thomaz (2013), Araújo (2014), Araújo e Silva (2014), Cogo (2014), Handerson (2015; 2018), Fernandes e Faria (2015), Bernartt et al. (2016), Coutinho e Marcelino (2016), Baeninger e Peres (2017), Silva (2017), Fernandes e Faria (2017) e Oliveira (2018).

Araújo e Silva (2014) apresentam uma discussão sobre as relações internacionais entre Brasil e Haiti com o intuito de compreender a intensificação da emigração haitiana entre o período de 2004 até 2014. Os autores atribuem a importância da participação brasileira no MINUSTAH, a elevação do status brasileiro no cenário internacional e fortalecem a teoria das redes migratórias que ganharam força neste período. Um destaque no trabalho destes autores fica com a relação entre o forte terremoto que atingiu o país caribenho em janeiro de 2010 e a intensificação dos problemas sociais que alimentou uma intensa emigração de haitianos para países próximos, entre eles o Brasil. Cabe salientar que essa relação, considerada chave para entender a realidade atual da migração haitiana, está presente em praticamente todas as obras referentes ao tema e aqui mencionadas.

Arruda (2013) reforça a ideia presente em Araújo e Silva (2014), afirmando que a missão de paz chefiada pelo Brasil pode ter alimentado uma visão de crescimento e desenvolvimento de um país que tende a apresentar estabelecimento econômico e boas oportunidades no mercado de trabalho, resultando no crescimento no número de imigrantes haitianos. Assim, a MINUSTAH não apenas gerou um poder simbólico do potencial brasileiro, mas também foi capaz de alimentar o país com responsabilidades e imaginários de desenvolvimento econômico esperado pelos novos imigrantes que estariam por vir.

Bernartt *et al.* (2016) buscam entender o que eles chamam de “diáspora haitiana” através dos históricos fluxos de mobilidade que se desenharam durante a

história do Haiti. O último grande fluxo, representado pela emigração intensa após o intenso terremoto de 2010, une-se às tensas condições atuais, como o crescimento econômico das economias emergentes, cada vez mais atraentes, e entre elas temos o Brasil, e o fechamento das fronteiras nos países centrais. Handerson (2018) apresenta um cuidado especial com o termo “diáspora” e o trata como conceitualmente difuso e complexo, no entanto, capaz de representar deslocamentos que acabam por ressignificar a ideia de nacionalidade ou transnacionalismo, justamente por pensar em como tal condição se liga à realidade da emigração haitiana. O autor, antropólogo de formação, destaca os comportamentos, valores morais e a hierarquia social como fatores essenciais para alimentar a diáspora haitiana, uma vez que tais elementos ajudam a construir uma visão de que emigrar, para o estrangeiro, certamente é um plano melhor do que ficar.

Com um foco maior nas relações sociocomunicacionais que operam nas redes migratórias de haitianos para o Brasil, Cogo (2014) justifica a criação de redes como um evento não tão recente como se costuma acreditar, já que a história recente do Haiti é uma história de migração. Em tempos atuais, o fluxo de informações, principalmente via *internet*, consegue estabelecer um elo entre imigrantes, futuros imigrantes e locais de destino, encorajando ainda mais ou freando o objetivo de migrar. Esses elos não se consolidam sem a visão apresentada em Handerson (2018) e Arruda (2013), ou seja, eventos globais (Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol) aliados ao crescimento econômico pós-crise de 2008 contribuíram para a construção de uma ideia positiva sobre a realidade brasileira, despertando mais interesse haitiano do que o normal.

Oliveira (2018) organizou uma profunda pesquisa com o objetivo de compreender o comportamento do migrante haitiano no Paraná de acordo com a necessidade social de distinção e as dificuldades de integração. Concluiu que os processos migratórios e de integração se relacionam diretamente com os capitais e as disposições de classes desses imigrantes, e acredita que a recuperação econômica brasileira será determinante para a manutenção do fluxo migratório ou para a criação de uma nova migração (interna ou externa) dos haitianos que residem no Paraná. O autor também apresenta uma interessante relação entre as habilidades linguísticas dos imigrantes haitianos com a facilidade destes em se adaptar em novos espaços. Constatou que o francês é um idioma de distinção

social, com pequeno percentual de imigrantes fluentes, e o espanhol se tornou necessidade justamente pela geografia dos cursos migratórios que muitas vezes traçam países de língua espanhola (países caribenhos e sul-americanos).

Silva (2017) acredita que, além das forças econômicas, o papel das redes de acolhimento no processo migratório é fundamental para a manutenção dos haitianos, principalmente pelo fato de que o Estado brasileiro se mostrou incapaz na formulação e aplicação de políticas públicas que atendam adequadamente os imigrantes. Assim como Cogo (2014), atenua a importância das redes “virtuais” onde os migrantes estão cada vez mais interconectados, compartilhando informações, reclamando direitos e realimentando laços afetivos. Silva (2017) faz menção às redes preexistentes – redes de haitianos criadas em países de escala dentro do grande fluxo migratório. Um bom exemplo é a já mencionada rede Equador-Haiti e a não exigência de visto para os haitianos que chegam. A facilidade criada para o ingresso e acomodação costuma propiciar recursos para futuros deslocamentos, geralmente com destino ao Brasil, Argentina ou Chile.

Buscando entender as novas configurações do cenário social, político e religioso brasileiro frente ao crescimento da entrada de imigrantes em seu território, Coutinho e Marcelino (2016) apresentam três frentes de reflexão: o entendimento da realidade do imigrante haitiano em solo brasileiro, os processos políticos de absorção e as políticas públicas em desenvolvimento e, seguindo a linha de Silva (2017), a atuação de diferentes grupos religiosos na recepção e acomodação dos imigrantes. Nesta última, cabe salientar também o que Coutinho e Marcelino (2016) chamam de multiplicidade identitária, baseando-se nas experiências de fé dos imigrantes como suporte para as dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Concluem os autores que a fé do imigrante é fator determinante em sua interação cotidiana com a sociedade local, contribuindo para formar o futuro deste no contexto social de destino.

Silva (2017) relaciona a intensificação da migração Brasil-Haiti com a má qualidade de vida do país caribenho, as catástrofes naturais recentes e a política brasileira de emissão de vistos humanitários. Os autores destacam, assim como Bernartt *et al.* (2016) e Coutinho e Marcelino (2016), um tema frequentemente tratado: a necessidade do governo em criar políticas de acolhimento e inclusão destes imigrantes, que apresentam muitas dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e, conseqüentemente, construir uma vida digna em sua nova casa. A

ideia central é de que o fluxo migratório não se justifica caso não haja melhoria nas condições de vida; assim, a garantia da dignidade humana, direito constitucional brasileiro, seria um fator essencial para o sucesso da missão de receber imigrantes. No entanto, a facilidade que o haitiano teve para se inserir legalmente no Brasil nem sempre se manteve, e a opção do governo brasileiro em não reconhecer o status de refugiado para esses imigrantes em janeiro de 2012 levou à criação da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, inserindo a categoria de visto humanitário e limitando a emissão a 1.200 vistos por ano.

A justificativa do governo federal ao propor a concessão de vistos pelos consulados do Brasil em Porto Príncipe era de organizar o fluxo migratório e intensificar o combate à migração irregular promovida pelos “coiotes” (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 154). Entretanto, Thomaz (2013) ressalta que essa atitude apenas reforçou as contradições no posicionamento do país, pois o caso revelou que, ao passo em que o Brasil se colocou como parceiro comprometido com o desenvolvimento haitiano e como líder regional para questões de migração forçada, acabou, em consequência, adotando medidas que, mesmo que temporárias¹⁸, restringiram a entrada de muitos haitianos. O autor aponta essas políticas como meios de inflamar o aumento da imigração ilegal e de contribuir para a precarização na assistência dada aos recém-chegados.

Baeninger e Peres (2017) afirmam que a intensificação do fluxo de haitianos para o Brasil a partir de 2010 coloca o país na rota das grandes migrações do século XXI. Através de inúmeros dados estatísticos, os autores mapeiam as principais rotas e seguem caminhos que ligam municípios fronteiriços, principalmente das regiões Norte e Sul, com o estado de São Paulo, considerado o maior receptor de imigrantes haitianos entre os anos de 2010 e 2015. Tais fluxos não se justificam apenas por questões econômicas (mesmo São Paulo tendo o status de estado mais rico), já que, após a crise político-econômica que eclodiu no Brasil, o número de imigrantes haitianos ainda se mostrava crescente. E o que é capaz de justificar tal condição? Assim como em outras obras aqui presentes, o peso político e diplomático com a

¹⁸ Como o número de imigrantes haitianos que ingressavam no país, principalmente pelo Acre, extrapolou com facilidade o número estipulado de 1200 vistos, em abril de 2013, o Governo Federal, através do CNlg, alterou a Resolução Normativa 97/12, excluindo o teto estabelecido e ampliando os locais de expedição dos vistos.

facilidade na obtenção de vistos humanitários apresenta grande peso na escolha pelo Brasil.

Godoy (2011) apresenta uma obra complexa dividida em duas seções: uma sobre conceitos e instituições envolvidas no processo migratório e outra sobre desafios contemporâneos para superar as dificuldades criadas pela gestão ineficaz dos imigrantes que adentram o território brasileiro. Na segunda parte, além das críticas às políticas de acolhimento existentes no Brasil, o autor acrescenta a falta de diálogo entre os órgãos internacionais e o governo brasileiro, podendo gerar decisões destoantes, necessidade no incremento de recursos para sustentar os fluxos de imigrantes e refugiados e extrema necessidade na preparação de reassentamentos para acolhimento.

Independentemente do foco apresentado, a imensa maioria dos trabalhos sobre a imigração haitiana para o Brasil passam pela tentativa de explicar tais fluxos, analisando seja a realidade do país caribenho, sejam as condições favoráveis criadas em terras brasileiras e suas consequências socioeconômicas e culturais. Neste segundo ponto, as principais críticas estão relacionadas às insuficientes políticas públicas capazes de proporcionar melhor integração do imigrante e até mesmo a ênfase na urgente necessidade em gerir novas políticas que sequer existem. Outros entraves, como as diferenças culturais, principalmente com relação ao idioma, também ganham considerável destaque em parte dos estudos levantados.

A distância geográfica, apesar de considerável, não se apresentou como grandioso obstáculo dos fluxos migratórios justamente pelo fortalecimento das redes de migração e pelo desenvolvimento, mesmo que um tanto quanto limitado, dos meios de comunicação e transporte. Junto a tais condições, a aproximação político-diplomática entre Brasil e Haiti que ocorreu nos últimos anos se mostrou como uma grande incentivadora para a intensificação dos fluxos, tanto pela possibilidade de obtenção de vistos humanitários quanto pelo compromisso do Brasil perante a ONU em chefiar a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

É inegável o suporte das pesquisas alçadas para lapidar a compreensão sobre a construção das redes migratórias Haiti-Brasil, os gatilhos presentes na história dos dois países que foram capazes de alimentar os fluxos migratórios tal qual ocorreram, o papel das instituições no acolhimento dos imigrantes haitianos e os pormenores presentes nas legislações, desde o Estatuto do Estrangeiro até a lei

atual sobre migrações. Todavia, tais suportes não foram capazes de atender à real proposição deste trabalho: a compreensão nas tentativas de inserção e integração do imigrante haitiana na realidade curitibana, perpassando pela eficácia prática de políticas públicas e das demais garantias propostas na Lei 13.445/2017.

Como todo o suporte bibliográfico não foi capaz de alcançar a compreensão que essa complexa realidade exige, mesmo que abonado em diversos planos de informação, tal restringência acabou por justificar a realização deste trabalho, que visa a ingressar no universo das pesquisas sobre migração haitiana na categoria de pesquisa mista de cunho descritivo, dando voz aos elementos centrais – figuras diretamente ligadas à realidade da imigração haitiana em Curitiba e região – por meio de entrevistas e questionários. Tudo com o intuito de elucidar quais são as problemáticas que coíbem uma integração adequada dos imigrantes haitianos na conjuntura curitibana, além de tecer observações sobre brechas e lacunas presentes nas legislações e propor soluções com base nos registros dos indivíduos diretamente envolvidos. Cabe, mais uma vez, salientar que as pesquisas coletadas e utilizadas como referencial bibliográfico dão imensa estrutura para o entendimento de todo o processo de migração Haiti-Brasil, tendo, neste trabalho, o intuito de contribuir com ferramentas que possibilitem o aprofundamento da temática central, baseando-se na realidade do imigrante haitiano quanto à capacidade prática de integração e o usufruto de seus direitos no espaço da Grande Curitiba.

Dessarte, este trabalho se relevou como um suporte que objetiva aprofundar o entendimento de partes não compreendidas ou não pesquisadas sobre a migração haitiana, principalmente para a realidade do município de Curitiba e seu entorno. E para tal entendimento, é indispensável a análise das garantias legais dadas pelo Estado e supridas pela sociedade civil, conforme segue o próximo capítulo.

4 DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS: OS IMIGRANTES HAITIANOS, ENTRE A LEI E A REALIDADE

4.1 INTRODUÇÃO

Teriam os imigrantes haitianos a garantia de todos seus direitos assim que inseridos na realidade profundamente distinta da sociedade local da Grande Curitiba? E a sua inserção e integração? Seriam amistosas? Justas? Humanas? E por que, ao invés de certezas para essas perguntas, elas se mantêm com respostas incertas? Para a solução de tais dúvidas, uma das etapas essenciais é pensar naquilo que fomenta os questionamentos, isto é, entender a lógica da dinâmica espacial existente, apontando a origem geográfica, social e econômica que nutre o fluxo migratório Haiti-Brasil.

A primeira análise é puramente geográfica, e, ponderando apenas pela disposição dos espaços e seus territórios, conclui-se que os mais de 5.000 quilômetros¹⁹ que separam Porto Príncipe de Curitiba representam uma forte limitação para os fluxos populacionais, certo? Não necessariamente, pois a distância é compensada por alguns outros fatores determinantes considerados neste trabalho, principalmente as relações culturais, econômicas, diplomáticas, os acordos internacionais e as leis brasileiras. Indagado sobre como chegou ao Brasil, o entrevistado 1 respondeu: “de avião. Eu fiz uma viagem de três aviões. Um de Porto Príncipe até Curaçao, Curaçao até Manaus, Manaus até aqui” (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 2). Desse modo, a distância e as limitações nas formas de deslocamento – mesmo que sejam realizadas por via aérea – não podem ser apresentadas neste caso como entraves para o fluxo migratório. Muitos haitianos vieram para o Brasil atraídos pela posição que o país assumia outrora, de uma economia pulsante e emergente, o que consequentemente alimentou as possibilidades de obtenção de emprego. Soma-se a isso as parcerias que o governo, ONGs e empresas do país firmaram no Haiti em projetos de desenvolvimento, sobretudo desde 2004 (THOMAZ, 2013), conforme fala do entrevistado 3: “Eu escolhi o Brasil! Por isso, primeira coisa é que eu gosto, segundo, tem trabalho. Por isso que eu escolhi o

¹⁹ São mais de 5.400 km entre Porto Príncipe e Curitiba, contra os 1.138 km da capital haitiana até Miami, por exemplo.

Brasil” (ENTREVISTADO 3, 2019, p. 2). Sobre os motivos principais que o trouxeram ao Brasil, o entrevistado 1 relata: “eu não queria tipo [...] eu não tive um interesse muito grande, mas existem muitas leis, então eu decidi de fazer um pedido de visto que tem lá na embaixada do Haiti aqui no Brasil, que é um visto humanitário, eu acho” (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 1). Porém, cabe apartar que nem sempre as expectativas se cumprem. O entrevistado 2, residente em Curitiba e vivendo no Brasil por quatro meses, exclama que: “me sinto mal porque eu não estou trabalhando”. E indagado sobre o porquê desta condição: “não sei” (ENTREVISTADO 2, 2019, p. 2), em tom de desilusão, como se o Brasil que lhe fora apresentado fosse muito distinto daquele que anteriormente tinha ideia.

Dessa forma, do ponto de vista governamental, devemos considerar a motivação política pela imigração dos povos haitianos para o Brasil com a proposição pelo Conselho Nacional de Imigração da Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012, que deu início à emissão de vistos humanitários para haitianos que ingressavam em território brasileiro. Apesar de algumas mudanças e atualizações, e conforme o próprio relato do entrevistado 1, a possibilidade dos vistos se manteve, chegando até a Portaria Interministerial nº 10 de 6 abril de 2018. Esta passou a atribuir tratamento prioritário para fins humanitários a haitianos e apátridas residentes no Haiti, entrando em adequação com a atual Lei de migração brasileira, conforme menciona o Art. 2º:

Art. 2º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao cidadão haitiano e ao apátrida que sejam residentes no território da República do Haiti.

§ 1º O visto temporário para acolhida humanitária será concedido às pessoas mencionadas no caput com prazo de validade de noventa dias.

§ 2º O visto temporário para acolhida humanitária será concedido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

§ 3º A concessão do visto temporário para acolhida humanitária ocorrerá sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas na Lei nº 13.445, de 2017, e no Decreto nº 9.199, de 2017. (BRASIL, 2018).

A efetividade da resolução normativa nº 97 se fez prática quando o número de autorizações concedidas aos haitianos pelo CNlg subiu mais de 1680% no período de três anos após a validação, chegando a representar 76,8% de todas as autorizações por caráter humanitário no ano de 2015 (CAVALCANTI *et al*, 2019).

Quando o olhar se volta para as questões econômicas, é possível perceber que as motivações são distintas, já que a crise econômica global iniciada no ano de 2007, e com forte impacto no ano seguinte, afetou de forma significativa os Estados Unidos, Europa e Japão, introduzindo uma nova dinâmica nos eixos de deslocamentos das migrações mundiais, especialmente no Brasil. Além disso, o desenvolvimento econômico e social brasileiro e o seu reposicionamento geopolítico nos últimos anos tornaram a migração muito mais diversa – e nessa diversidade é que entram os haitianos (CAVALCANTI *et al*, 2019). A disponibilidade de vagas no mercado de trabalho foi crucial para a manutenção daqueles que imigram, e a crise econômica que afetou o Brasil a partir de 2013 reduziu essas vagas e desaqueceu o mercado, criando, conseqüentemente, um micromovimento de saída de haitianos para países como Chile e Estados Unidos. É no mesmo rumo que Lucien (2019) expõe que a migração de haitianos não é um ciclo completo, mas ainda dinâmico, que apresenta continuidade.

Como a situação não está fácil, não só no Brasil, mas principalmente no Brasil nos últimos anos, eu ouvi alguns relatos de, principalmente, haitianos que vieram para cá e hoje já não estão mais aqui, foram buscar um outro lugar. [...] Tem gente daqui para o Chile, do Chile para cá, daqui para os Estados Unidos, então ainda tem muitas pessoas procurando uma estabilidade. (LUCIEN, 2019, p. 3).

Contudo, apesar do êxodo criado pelas condições econômicas adversas, os haitianos ainda figuram entre os primeiros lugares das movimentações dos imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, e o volume de carteiras de trabalho emitidas superou os números das demais nacionalidades. Foram 90.607 emissões ao final de 2018, ou seja, mais de um terço de todas as carteiras emitidas (CAVALCANTI *et al*, 2019). Em Curitiba, o reflexo dessa realidade é intenso. Foram 1.753 atendimentos a imigrantes haitianos entre outubro de 2016 e agosto de 2019 somente no CEIM²⁰.

Com relação aos territórios de acesso, a fronteira do Peru com os Estados do Acre e Amazonas é, em quase toda sua extensão, o principal ponto de entrada, no território brasileiro, dos imigrantes haitianos, que, depois, apresentam uma

²⁰ Em agosto de 2019 os 92 atendimentos a haitianos só não foram superiores aos 235 atendimentos prestados aos venezuelanos. No período total, os haitianos aparecem em primeiro lugar em número de atendimentos, com 1.753, seguido pelos venezuelanos, com 1.046 (BATISTA, 2019, p. 2).

solicitação de refúgio, já que o Brasil é signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados e visa a facilitar a entrada legalizada de haitianos. Recebendo o sinal verde, os imigrantes obtêm um visto de moradia e trabalho, e passam a transitar pelo país em busca da melhoria de vida que tanto sonham (SILVA, 2017).

Fernandes e Faria (2015) afirma que, até o início de 2014, o Brasil já havia recebido aproximadamente 32.000 imigrantes haitianos. O CNIg concedeu 8.366 autorizações de residência àqueles que entraram via terrestre e mais 11.666 vistos emitidos pelos consulados brasileiros. Além disso, até o final de 2018, 13.359 haitianos aguardavam a concessão de autorização de residência (BRASIL, 2019).

A chegada dos imigrantes a um novo país suscita a formulação de políticas para o melhor acolhimento destes. Contudo, o surgimento dessas políticas cresceu paralelamente, e não necessariamente no mesmo ritmo, a uma pressão social, especialmente nas economias centrais, mas que não excluiu a realidade dos haitianos no Brasil. A ideia difundida parte da lógica de que os imigrantes põem em risco a segurança e a integridade do Estado, e que são, portanto, um problema de segurança nacional (REIS, 2004). Essa ideia, que pressiona governos para o fechamento das fronteiras, inflama e se espalha com velocidade, principalmente em momentos de dificuldades como crises econômicas, ações terroristas, aumento do narcotráfico e da violência.

E por que essa ideia ganha força em momentos de fragilidade? Por quais motivos o preconceito étnico e social emerge e afeta o lado mais fraco, o imigrante? A ausência de uma eficaz integração intercultural dificulta a inserção do imigrante no novo espaço, uma vez que, mesmo onde existem normas e ações que respondam aos desafios da mobilidade humana, registram-se muitas situações de desconhecimento das leis e dos direitos já garantidos aos imigrantes por parte de instituições, governo, sociedade civil e até mesmo os próprios imigrantes.

Antes de aprofundar as ideias anteriormente apresentadas, é importante entender o que o termo “integrar” carrega de significado, pois, quando o debate parte das facilidades e entraves que promovem ou dificultam a integração do imigrante haitiano à sociedade brasileira receptora, estar integrado ou não pode partir de uma concepção ampla, que certamente não é o objetivo deste trabalho.

Berry (1997), quando apresenta o seu modelo de aculturação, aliás, um dos modelos mais citados na literatura da psicologia social e da psicologia cultural,

considera que os imigrantes, quando se inserem em um novo ambiente cultural, podem, em seus atos e escolhas, optar pela manutenção ou pelo abandono da sua cultura de origem, mantendo muito, pouco ou quase nenhum contato com os membros da sociedade que os recebe. A combinação destas possibilidades resulta em distintas estratégias de aculturação, entre elas a integração, que, em comparação com as demais estratégias, é apontada pelo autor como a mais benéfica para o imigrante, pois facilita a sua incorporação na nova sociedade de vivência, já que lhes permite conservar as normas e valores de sua cultura original mantendo o contato desejado com os membros da nova comunidade (SOUSA; GONÇALVES, 2015). Ou seja, integrar-se parte da ideia de que o indivíduo, ou um grupo específico, não deve necessariamente abdicar de seus costumes originais (idioma e religião, por exemplo) para estar presente por inteiro na rotina da sociedade receptora, mesmo que esses costumes representem entraves. Aprender português não significa, necessariamente, que um imigrante haitiano não deva mais falar o idioma *créole*, e assim por diante.

Outro autor que demonstra inquietude com o conceito de integração é Abdelmalek Sayad, que, segundo as palavras de Spreafico (2009), considera que:

A integração é um processo contínuo, que dura toda a vida e que diz respeito à identidade. A identidade individual daquele que se supõe que se esteja a integrar e a identidade coletiva que é linguisticamente afirmada como existente e como hipoteticamente caracterizadora do coletivo no qual se daria a integração.

De um lado, podemos ter um Estado que, uma vez tendo entrado em contato com fluxos de imigração consideráveis, é obrigado a refletir sobre a ficção – tornada inconsciente social – da coincidência entre povo, nação, soberania, cidadania, sobre a qual se tinha constituído no tempo e na qual frequentemente inseriu a retórica de uma identidade nacional que seria formada por elementos específicos caracterizadores partilhados e conhecidos efetivamente por todos como tais e como algo que nos distingue de outros que não “possuiriam” tais elementos; do outro lado, temos o indivíduo que chega ao Estado e que vive a integração como um processo frequentemente inconsciente, quase invisível, de socialização com uma construção ideal que se impôs, e que tem simultaneamente manifestações concretas, à qual se adapta variavelmente ao longo de todo o curso da sua existência. (SPREAFICO, 2009, p. 129).

Sayad (1994) não aponta a integração como um processo simplesmente voluntário e direto, mas que apresenta suas resistências e conflitos internos, ou seja, a integração não se sustenta apenas como uma consequência da vontade e das ações do Estado, mas se apresenta, pelo menos parcialmente, como o resultado de

políticas públicas produzidas e postas em prática por uma série de atores públicos e privados, que podem se opor, inclusive, à ação estatal.

Assim, o fluxo recente de imigrantes, principalmente haitianos, mesmo que em proporção pequena em relação à população brasileira, representa um grupo de pessoas que não consegue se inserir em estratos seguros da estrutura social brasileira, já que as dificuldades de integração que são criadas por qualquer vulnerabilidade social, econômica ou cultural, alimentam um desafio imenso para o governo: a criação de políticas públicas e garantias legais que atendam a esse grupo e que lutem por uma inserção social adequada (IBGE, 2019).

Desse modo, um breve conjunto de informações socioeconômicas²¹ dos imigrantes que participaram deste trabalho foi levantado, dentre eles cinco homens e três mulheres, todos haitianos com idades entre vinte e trinta e nove anos. Suas ocupações ou profissões no Brasil são: auxiliar de cozinha, repositor, estudante, atendente em loja comercial e encanador. Três se enquadraram na opção estudante e todos relataram estar em busca de emprego; no entanto, afirmaram que as últimas empresas em que realizaram contato não os deram retorno. Apenas um indivíduo optou por não relatar a profissão que exerce. Todos apresentam o ensino secundário completo e um destes realizou um curso técnico em eletricitista aqui no Brasil. Dois estão cursando o ensino superior em universidades brasileiras.

Todos os entrevistados apresentaram bom nível em português, conseguindo realizar, no mínimo, uma comunicação satisfatória ou escrita adequada. Todos fluentes em *creóle* e cinco fluentes em francês. Não houve registro de fluência em nenhum outro idioma.

Com relação aos itens domiciliares, apenas um soube relatar a presença de rede de esgoto e dois afirmaram ter um computador. Quatro têm acesso à *internet* em casa, cinco têm pelo menos uma televisão e máquina de lavar roupa, quatro apresentam um micro-ondas e todos relataram ter acesso a água encanada, luz elétrica e geladeira.

²¹ É de suma importância salientar que o levantamento das características socioeconômicas dos imigrantes haitianos não teve como objetivo averiguar ou estabelecer um critério de classificação econômica. O intuito foi o de criar um panorama breve em relação às estruturas das quais os participantes usufruíam em suas rotinas diárias e, assim, tentar encaixar as perguntas mais adequadas para esse trecho da pesquisa.

4.1.1 Metodologia das entrevistas e questionários

A contribuição dos depoimentos dados pelos agentes envolvidos com a migração haitiana – imigrantes ou as figuras de suporte à imigração – fortalecem a asseveração de que, na realidade brasileira, não é desmedido concluir que se faz pouco pelo imigrante pois se ouve pouco o imigrante. Desta maneira, tentando rumar para um caminho que se faça mais eficaz, este capítulo objetiva apresentar as informações coletadas com os oito imigrantes haitianos residentes na região da Grande Curitiba até a realização das entrevistas. Além da apresentação das informações coletadas, o levantamento das respostas e dos dados buscou proporcionar melhor entendimento dos fluxos realizados por esses imigrantes tanto na realidade Haiti-Brasil quanto na escala regional de deslocamentos diários dentro da Grande Curitiba. Outro fator importante é baseado nos relatos sobre as dificuldades enfrentadas por esses imigrantes nas tentativas de integração à sociedade brasileira, compondo uma relação entre inserção social e suporte das entidades governamentais responsáveis.

O entendimento dessa dinâmica pode esclarecer como esses imigrantes e tantos outros que vivem realidades parelhas se comportam dentro de um espaço que abriga grandiosas distinções culturais, sociais e econômicas do seu país, além de buscar pontos limitantes ou promotores dos fluxos e das relações interpessoais que esses imigrantes realizam ou deixam de realizar.

Com o intuito de cumprir de forma adequada com os objetivos gerais e específicos propostos para este trabalho, a aplicação de um questionário padronizado e entrevistas individuais foram necessárias. A aplicação dos questionários foi realizada com oito imigrantes haitianos, e as entrevistas qualitativas, com cinco indivíduos ligados diretamente à realidade da imigração haitiana em Curitiba e região – três imigrantes haitianos, o coordenador da Pastoral do Imigrante e a coordenadora geral do Centro de Informação para Imigrantes, refugiados e Apátridas do Paraná. Para evitar qualquer exposição indesejada que venha a ser prejudicial para qualquer imigrante haitiano que participou dos questionários e entrevistas, ficou decidido que os nomes destes participantes seriam preservados.

Os critérios gerais para a participação foram: imigrantes haitianos ou indivíduos responsáveis pela garantia de direitos destes imigrantes, todos com mais

de dezoito anos que residiam ou conviviam no espaço da Grande Curitiba no ato da aplicação do questionário ou entrevista. A justificativa pelo número de indivíduos escolhidos para as entrevistas e questionários segue a ideia de que o estudo de uma pequena parte pode fornecer um bom referencial do todo, ou seja, uma adequada representatividade quando as escolhas são realizadas de forma adequada (BAUER; GASKELL, 2002).

Foi necessária a criação de um referencial de amostragem – uma pré-condição para se poder aplicar uma estratégia de amostragem – que buscou nos oito indivíduos que participaram dos questionários as mais distintas vivências (universitários, aqueles que desejam a universidade, aqueles que não desejam e buscam apenas um emprego, pessoas mais jovens, outras com mais idade, homens e mulheres).

Os resultados gerais de todas as aplicações (incluindo questionários e entrevistas) foram levantados, transcritos e apresentados neste trabalho²². O espaço amostral só foi definido após algumas convicções prévias, como o espaço geográfico de atuação do pesquisador, o tempo disponível para a aplicação dos questionários, o acesso aos entrevistados, a seleção destes e as possíveis readequações na pesquisa²³.

A justificativa para a escolha dos questionários foi pautada na possibilidade de colher um maior número de dados e informações em um espaço amostral maior. Dessa forma, a gama de possibilidades de análise das informações também foi maior. As entrevistas qualitativas partiram da necessidade de coletar informações ouvindo os indivíduos relacionados, tentando captar e compreender suas reações unindo uma riqueza de informação e detalhes com o objetivo de entender a realidade e a função exercida por estes indivíduos dentro do espaço da Grande Curitiba, principalmente, referindo-se ao imigrante haitiano exclusivamente, quanto às possibilidades de integração, conforme justifica Spreafico (2009):

²² Nem todo material coletado foi utilizado, já que o *corpus* da pesquisa precisa ser lapidado para que informações desnecessárias frente aos objetivos gerais do trabalho não criem desatenções ao leitor (BAUER; GASKELL, 2002, p. 65).

²³ Deduz-se que, na construção, na aplicação e na evolução do trabalho, as primeiras entrevistas sejam capazes de nortear o entrevistador para pontos significativos e mais objetivos da pesquisa – perguntas mais ou menos efetivas que, de acordo com o rumo traçado, podem ser cortadas, editadas ou inseridas, por exemplo. De fato, como já mencionado anteriormente, nem todo material coletado foi utilizado no trabalho (BAUER; GASKELL, 2002, p. 66).

Cada pessoa tem uma autopercepção diferente da própria situação de integração, que, em parte, pode não estar ligada ao grau de integração que se pode extrair dos numerosos indicadores formais de integração econômica, social, política, dos quais se dispõe, enquanto ligada a dimensões que estes não apreendem, e que mudam no tempo. (SPREAFICO, 2009, p. 130).

Obter uma descrição detalhada de um meio social específico e de construir uma base para testar expectativas e hipóteses externas a uma perspectiva teórica já apresentada representam o caminho esperado com a ação desses instrumentos de pesquisa. É com base nesse viés que tais métodos tendem a ser capazes de:

[...] desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos. Por exemplo, intuições provindas da entrevista qualitativa podem melhorar a qualidade do delineamento de um levantamento e de sua interpretação. A fim de construir questões adequadas, é necessário avaliar tanto os interesses quanto a linguagem do grupo em foco. Do mesmo modo, a pesquisa de levantamento muitas vezes apresenta resultados e surpresas que necessitam de ulterior investigação. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 65).

Assim, a finalidade da pesquisa, principalmente da entrevista qualitativa, não é contabilizar distintas opiniões ou simplesmente um número exato de pessoas, mas explorar as distintas opiniões e as diferentes representações sobre o assunto em questão. Justamente por tal objetivo, complexo e desafiador, que o questionário e a entrevista foram planejados com detalhes cuidadosos, e tal planejamento proposto em distintas etapas, que são:

- Análise do referencial teórico já produzido como base de orientação para a definição dos conceitos centrais que deverão ser avaliados nos questionários e nas entrevistas;
- Definição das perguntas (o que perguntar) e seleção dos entrevistados (a quem perguntar);
- Definição do método de captação das informações, questionário de aplicação escrita e entrevistas orais com registro de áudio. Todos os entrevistados estiveram de acordo com o termo de autorização para realização de entrevista²⁴.
- Definição de um tópico guia, ou seja, de um lembrete para o pesquisador de que questões sobre temas sociais científicos devem ser apresentadas em uma

²⁴ O termo de autorização para realização de entrevista e a estrutura dos questionários encontram-se nos anexos.

linguagem simples, empregando termos familiares adaptados ao entrevistado (BAUER; GASKELL, 2002);

- Definição do número de entrevistas. Cabe lembrar que tal condição não foi definida previamente, já que a resposta para esse tópico apenas se mostrou evidente durante o desenvolver das primeiras entrevistas. Elementos cada vez mais comuns e respostas fluindo cada vez mais para um mesmo ponto deram o sinal de que a compreensão do fenômeno esperado foi alcançada, levando ao encerramento das aplicações dos questionários e entrevistas;

- Definição na estrutura metodológica da entrevista, ou seja, a opção por entrevistas individuais orais e a aplicação de um questionário individual que exigiu respostas escritas. Cabe lembrar que a definição por tais escolhas é complexa e partiu muito mais de hipóteses, pois não há um consenso sobre a efetividade de qualquer método de entrevistas e questionamentos, mesmo que tenha sido possível realizar o levantamento de alguns pontos norteadores antes da aplicação (MORGAN, 1996 *apud* BAUER; GASKELL, 2002).

O acesso aos imigrantes entrevistados se deu por uma complexa busca por intermediadores. O objetivo foi contatar organizações e entidades que fossem capazes de mediar os encontros com os haitianos. Destaque para o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná com o apoio do professor Dr. Adilar Antonio Cigolini e da Pastoral Universitária Bagozziana com o apoio da professora Márcia Mattos da Silva. O contato se mostrou difícil e avançou de forma lenta, sempre pela ação dos intermediadores, e alguns imigrantes se mostraram inicialmente reticentes de participar de uma pesquisa, ou para muitos, mais uma das muitas pesquisas. Fazer parte de trabalhos complexos em que o indivíduo é o objeto de estudo nem sempre surte efeito direto para o participante e, em alguns casos, acarreta em malefícios, seja por alguma declaração publicada que possa gerar desconforto para o entrevistado e para sua interação social ou a desilusão de que tais estudos se tratam apenas de coletores de dados, mas sem um poder de transformar a realidade dos envolvidos. É dentro de parte destas expectativas que um dos inicialmente envolvidos desistiu de participar como entrevistado e assumiu um papel de intermediador. Os demais indivíduos entrevistados, que não se enquadraram na categoria de imigrante haitiano, demonstraram grande predisposição para contribuir, e suas falas enriqueceram de forma ímpar o trabalho realizado.

4.2 O BRASIL DAS NOVAS POSSIBILIDADES: A NECESSIDADE DE LEGISLAR A FAVOR DO IMIGRANTE

A política migratória no Brasil não é gerida por apenas um personagem, mas por vários órgãos, cada um com uma competência específica; todavia, muitos desses órgãos se inter-relacionam com o intuito de fortalecer as ideias e práticas para a promoção da justiça social. A seguir, serão apresentados esses órgãos, assim como suas respectivas incumbências e competências, e como as principais leis que resultaram em novas propostas ou mudanças significativas na política migratória brasileira.

4.2.1 As ações dos órgãos gestores: entidades responsáveis e redes de atendimento

Mais importante que a ciência das políticas criadas e postas em uma folha de papel está a efetividade destas práticas medidas pela eficácia dos atendimentos prestados aos imigrantes haitianos pelas instituições que assumem tal responsabilidade.

O papel dessas instituições no cumprimento da lei é crucial para que o suporte ao imigrante seja capacitado e ofertado de maneira correta, e é justamente à luz deste raciocínio que a apresentação dos órgãos competentes, assim como suas atribuições, faz-se necessária para a compreensão de lacunas deixadas pelo sistema que conecta as leis aos responsáveis por mantê-las, do mesmo modo como o reconhecimento de brechas preenchidas pela eficácia desse mesmo instrumento.

No Brasil, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ligado ao Poder Executivo nacional, visa a promover o controle da situação do migrante enquanto estiver em território nacional, ou seja, conceder, prorrogar ou cancelar o visto, gerando desde a concessão de asilo, até a deportação do indivíduo. Junto ao Ministério da Justiça atua a Polícia Federal, que é responsável pelo controle migratório nas fronteiras e nos aeroportos. Fica sob sua responsabilidade a emissão e a fiscalização de documentos importantes como os passaportes e as Cédulas de Identidade do Estrangeiro.

O Ministério das Relações Exteriores se responsabiliza pelo cumprimento de acordos que envolvam outros países. Realiza um papel diplomático, atuando, inclusive, na defesa de brasileiros que residem no exterior. Outros ministérios,

mesmo que de forma indireta, atuam em projetos de formação para estrangeiros (bolsas de estudos e intercâmbio) como o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação.

O Ministério do Trabalho e Emprego age como facilitador na inserção de imigrantes no mercado de trabalho formal e, devido à atual condição econômica dos imigrantes que adentram nosso território, representa um dos órgãos mais atuantes e importantes no papel da inclusão social dos estrangeiros no Brasil.

Já a Defensoria Pública da União atua na assistência jurídica e na promoção de direitos aos imigrantes.

Faz-se um adendo para destacar o papel do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), um órgão tripartite, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e composto por representantes de ministérios, confederações patronais, centrais sindicais de trabalhadores, da comunidade acadêmica, além de contar com a participação de observadores. Tem como atribuição maior a gestão da política migratória brasileira, por meio da edição de resoluções normativas. Também assume o papel de coordenar e orientar as atividades de imigração, incentivar estudos relativos ao tema e, ainda, estabelecer e atuar por meio de resoluções administrativas e resoluções recomendadas, inclusive, deliberando sobre processos que as leis não contemplam.

Nos domínios estadual e municipal, temos:

O Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM), que tem por objetivo oferecer informações a migrantes, refugiados e apátridas quanto ao acesso a serviços públicos estaduais e municipais. Faz encaminhamentos e dá suporte para as áreas jurídica, social, do trabalho e educação.

O Centro de Línguas e Interculturalidade, vinculado à Universidade Federal do Paraná, que oferta cursos de idioma – incluindo o português para estrangeiros – com o objetivo de promover ensino, aprendizagem e pesquisa de línguas e culturas diversas.

E o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, vinculado à Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná, que elenca as seguintes instituições prestadoras de serviços aos imigrantes:

- O Centro de Referência em Direitos Humanos Dom Hélder Câmara - Cáritas Paraná. Contudo, desde 2016, a instituição fragmentou o público-alvo e foca

na condição dos refugiados. Como a imensa maioria dos haitianos que ingressam no Paraná, segundo a própria Cáritas, não se enquadram em tal condição, a responsabilidade pelo acolhimento fica para a Pastoral do Imigrante.

- A Pastoral do Imigrante é responsável por promover a defesa de imigrantes e refugiados e realizar encaminhamentos para serviços de saúde, de assistência social, de educação e regularização de documentação. Nas palavras de Lucien (2019), coordenador do Centro de Acolhida dos Imigrantes, a entidade:

Têm várias coisas, várias funções. Parte da Pastoral é feita aqui mesmo, por exemplo: cadastro de migrantes recém-chegados, orientação para documentação, certidão consular de solteiro, passaporte, orientação para traduções de documentos, tradução juramentada, agendamento na Polícia Federal, impressão de guias de recolhimento de taxas para Polícia Federal, mediação com embaixadas que existem aqui no Brasil, serviço de busca de emprego, assistência gratuita na área de direito, assessoria jurídica e serviço de comunicação, apoio para saúde, saúde física, espiritual e mental, aulas de português, um pouco, não muito e quando for possível, ajudar com certas taxas, a pessoa que não tem como pagar na polícia tem aquela carta de hipossuficiência que é feita aqui, visitas às famílias, a parte religiosa nos interessa também quanto pastoral. Não significa chamar as pessoas para serem católicas, não. Mas é celebrar a vida, celebrar a fé com elas, aquelas que são católicas a gente reza aqui, temos uma missa mensal na língua deles, mas também aqueles que não são estamos próximos, procuramos suas igrejas, enfim. Todo nosso trabalho vai nessa direção. (LUCIEN, 2019, p. 3).

- O Programa Política Migratória e Universidade Brasileira da Universidade Federal do Estado do Paraná busca apoiar e realizar atividades de defesa e promoção dos direitos dos migrantes e refugiados.

- A Igreja Batista Pompéia promove encaminhamento para regularização de documentos e permanência no país, além de oferecer aulas de português e de ensino bíblico.

- A Casa Latino Americana (CASLA), a Comissão de Direitos dos Refugiados e Migrantes da OAB/PR e a Defensoria Pública do Estado do Paraná em Curitiba são as instituições responsáveis por toda a assessoria jurídica. O objetivo é fornecer ao imigrante o conhecimento sobre seus direitos e deveres e a assistência em questões que envolvam pedidos de naturalização e de nacionalização, de vistos, de serviços da previdência, de acesso à educação e à saúde, entre outras.

- As Faculdades Bagozzi, o Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMH), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná por meio do Grupo Português para Falante de Outras Línguas (PFOL), o Núcleo de Direitos

Humanos da Pontifícia Universidade Católica, a casa de acolhimento Recanto Franciscano e a Igreja Batista Pompéia são as principais instituições responsáveis pela oferta de cursos de língua portuguesa.

- O Recanto Franciscano, que também fornece espaços de acolhimento para imigrantes homens e realiza o encaminhamento para outras casas de função similar. Contudo, é importante salientar que o recanto não tem vínculo algum com o governo estadual; além disso, acolhe apenas pessoas do gênero masculino e por um período de até trinta dias.

- As Unidades Municipais de Saúde e o Centro de Psicologia Aplicada da UFPR ofertam serviços de saúde em geral.

- O Ministério do Trabalho em sua Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e a Agência do Trabalhador fornecem encaminhamentos para vagas de emprego e a garantia dos direitos trabalhistas dos imigrantes.

- O Núcleo de Registro de Estrangeiros da Delegacia de Polícia de Imigração/DELEMIG da Superintendência Regional do Paraná tem como objetivo a regularização e o suporte na emissão de documentos para os imigrantes, como a Carteira de Registro Nacional Migratório, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e o Cadastro de Pessoa Física.

Apesar do trabalho conjunto que é proposto entre esses órgãos, também é comum a percepção de estruturas legais fragmentadas que geram a desinformação entre diferentes níveis. Outro fato importante a se considerar é a elevada burocratização que dificulta o avanço em todas as etapas de aceitação do imigrante no país. Entretanto, o entrave mais significativo esteve na busca pelos dados.

Foi realizado um levantamento dos principais órgãos atuantes na causa migratória nos três níveis de governança – federal, estadual e municipal, e em alguns casos o contato ou a coleta de dados foi insatisfatória ou inexistente, principalmente por motivos de recusa, ausência de resposta, inconsistência ou inexistência das informações solicitadas. A dificuldade em obter os dados e realizar um contato inicial diferiu da acessibilidade em encontrar as entidades responsáveis, principalmente por informações obtidas em *websites* de busca pelo serviço de *internet* ou por redes de informação.

4.2.2 Os principais instrumentos que precederam a Lei 13.445/2017:

(im)possibilidades na integração do imigrante

Entre os principais instrumentos legais que, por serem historicamente recentes, influenciaram diretamente a realidade da imigração para o território brasileiro, temos a antiga Lei de migração – a Lei n. 6.815/1980, comumente chamada de Estatuto do Estrangeiro – e a posterior proposta de um novo estatuto – a Lei nº 5.655/2009.

Concebido no início da década de 1980, o Estatuto do Estrangeiro, ou Lei n. 6.815/1980, teve forte influência do período socioeconômico vivido pelo país à época. No governo de João Figueiredo, que já mostrava sinais da forte crise que se estendeu pela década, a realidade do país era de uma forte repulsão populacional. Entretanto, o aumento da imigração clandestina incentivada pela instabilidade nos países sul-americanos vizinhos foi a grande motivação para a formulação do estatuto (SILVA, 2014).

Em suas primeiras disposições, é claramente visível o intuito do estatuto em preservar a segurança e os demais interesses nacionais, como podemos perceber no artigo segundo e terceiro:

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais. (BRASIL, 1980, p. 12).

A presença e a permanência do estrangeiro no Brasil são dificultadas e se mostram, em muitos trechos, como possível ameaça à organização e a manutenção da ordem econômica e social no país.

Um dos pontos estipulados no estatuto original é a concessão de vistos, que podem ser de: I – de trânsito, II – de turista, III – temporário, IV – permanente, V – de cortesia, VI – oficial e VII – diplomático. No entanto, corroborando com o objetivo de desviar os fluxos migratórios, no artigo 7º, algumas observações e restrições dificultam a obtenção de um visto, como a impossibilidade de visto para menores sem o acompanhamento de responsáveis legais ou em condições de saúde que não satisfaçam às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

As inúmeras restrições, consideradas exageradamente autoritárias, com o passar do tempo, foram debatidas e muitas foram revogadas. Existia à época da promulgação do estatuto uma política restritiva intencional e apenas poucos imigrantes entraram com estado de exceção, ou seja, ingressaram com a ajuda de empresas, com a comprovação de qualificação profissional e de ausência de indícios de ameaça às atividades do trabalhador nacional.

O Estatuto do Estrangeiro representou um período em que o olhar que pairava sobre o imigrante era de desconfiança, uma possível ameaça, e a lei surgia na necessidade de salvaguardar a segurança nacional através de garantias legais. Como foi criada antes da Constituição de 1988, suas atribuições se mostraram completamente defasadas, e sua reestruturação era encarada como objetivo crucial para a garantia dos direitos daqueles que ingressavam em território nacional (FERNANDES; FARIA, 2017).

Em 2009, a proposta de um novo estatuto ganhou força com a intenção de fortalecer as relações dos fluxos populacionais para o Brasil assim como os fluxos do Brasil para o exterior. Surgia o Projeto de Lei nº 5.655/2009.

Todavia, o projeto dividiu opiniões, já que, mesmo defendendo uma visão positiva para a migração e o desenvolvimento econômico, mantinha, em sua essência, o paradigma de segurança nacional e se contrapunha à Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante²⁵, aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração em meados de 2010 (SILVA, 2014).

O artigo 3º mencionava a necessidade em proteger os direitos humanos do imigrante, e a promoção das garantias fundamentais consagradas pela Constituição Federal estava presente no artigo 5º. Em contrapartida, outros artigos ainda mantiveram a ideia original de proteção e seguridade nacional, como o artigo 4º e 6º.

É importante destacar que esse projeto de lei se configurava como uma proposta do então Ministério da Justiça, e nem sempre as propostas estão de

²⁵ A Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante, aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração em 12/05/2010, tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes, estratégias e ações em relação aos fluxos migratórios internacionais, com vistas a orientar as entidades e órgãos brasileiros na atuação vinculada ao fenômeno migratório, a contribuir para a promoção e proteção dos Direitos Humanos dos migrantes e a incrementar os vínculos das migrações com o Desenvolvimento.

Para os fins desta política, consideram-se Direitos Humanos o conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, dentre outros, e de liberdades fundamentais, que são universais, indivisíveis e invioláveis, correspondentes às necessidades essenciais de todas as pessoas, que são iguais para todos e que devem ser atendidos para que as pessoas possam viver com dignidade.

acordo com a posição do Conselho Nacional de Imigração, ligado à época ao Ministério do Trabalho e Emprego. Essa divergência contribuiu para entraves na aprovação e aplicação de novas leis que beneficiassem a figura do imigrante no Brasil.

4.2.3 A Lei 13.445/2017: A atual lei de migração no Brasil

Por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi criada uma comissão de profissionais especialistas que contaram com a ajuda de representantes de órgãos do governo federal, instituições internacionais, entidades sociais, entre outros. O objetivo era propor uma reformulação ampla nas leis que geravam os direitos dos imigrantes dentro do território brasileiro e, acima de qualquer disposição, transformar o imigrante em um ser reconhecidamente social, provido de direitos humanos, afastando a ideia que associa o imigrante a uma ameaça à segurança do país.

A possibilidade do novo estatuto se deu pela portaria nº 2.162/2013, tendo o início dos trabalhos em 25 de julho de 2013 e o reconhecimento de sua primeira versão no mês de abril de 2014. De cunho mais humanitário que seu antecessor, o projeto, também conhecido como Lei do Imigrante, foi sancionado pela Presidência da República em 24 de maio de 2017, tornando-se o novo representante legal dos direitos e deveres do estrangeiro que se encontrar em território brasileiro. Parte de seus elaboradores, a comissão de especialistas, definiu as cinco principais características do projeto, que são:

1. A compatibilidade com a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os demais tratados de direitos humanos vigentes no Brasil, desatando assim todos os laços com o estatuto anterior, idealizado no período militar.

2. Como já mencionado, a legislação migratória brasileira sai do campo da segurança nacional e passa para a responsabilidade dos direitos humanos.

3. O enfrentamento das políticas e leis dicotômicas e a busca de um órgão específico e especializado para o atendimento dos imigrantes.

4. É desenvolvido, também, pela sociedade civil. Sua versão inicial não foi finalizada antes de uma longa escuta e participação da população, algo inovador se

comparado ao estatuto anterior implantado num período em que a sociedade tinha pouca influência perante as decisões governamentais.

5. A busca por uma ordem sistêmica, ou seja, uma legislação que englobe todas as realidades pelo qual os imigrantes passam em território nacional, impedindo uma burocratização desnecessária.

O projeto é dividido em dez capítulos, sendo o primeiro referente às disposições preliminares. O migrante é definido e dividido em seis categorias: I – Migrante, II – Imigrante, III – Emigrante, IV – Residente fronteiriço, V – Visitante e VI – Apátrida. Cabe lembrar que o estatuto de 1980 era pautado unicamente sobre o estrangeiro, sobre o qual todas as disposições se enquadravam, independentemente de sua origem e motivação.

A segunda seção do primeiro capítulo é referente aos princípios e direitos dos imigrantes, com destaque para o artigo 4º, que prevê ao imigrante estado de igualdade com os nacionais no direito à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança.

O segundo capítulo, em sua segunda subseção, descreve a situação documental e especifica os critérios para o direito a cada um dos seis tipos de visto, sendo eles: I – de trânsito, II – de visita, III – temporário, IV – diplomático, V – oficial e VI – de cortesia. O interessante é que constam capítulos próprios sobre a proteção do apátrida e a reunião familiar, buscando mecanismos para facilitar a entrada da família daquele que imigra. Na realidade curitibana, a Pastoral do Migrante e o CEIM representam os principais meios de suporte para orientação de como solicitar vistos e a reunião familiar. Lembrando que apenas o segundo órgão é subordinado ao governo do Estado.

O quarto capítulo disserta sobre a fiscalização de fronteira e das condições que impedem o ingresso dos migrantes, enquanto o capítulo V trata das condições de repatriação, deportação, expulsão e impedimento do ingresso ou vedação. Evidenciam-se disposições também presentes no Estatuto de 1980, no entanto, com visível mudança no tom, muito mais humanitário, como exemplo, nos artigos 49, 50 e 51 sobre a repatriação e a deportação de imigrantes.

Art. 49. A repatriação consiste em medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade.

§ 1º Será feita imediata comunicação do ato fundamentado de repatriação à empresa transportadora e à autoridade consular do país de procedência ou de nacionalidade do migrante ou do visitante, ou a quem o representa.

§ 2º A Defensoria Pública da União será notificada, preferencialmente por via eletrônica, no caso do § 4º deste artigo ou quando a repatriação imediata não seja possível.

§ 3º Condições específicas de repatriação podem ser definidas por regulamento ou tratado, observados os princípios e as garantias previstos nesta Lei.

§ 4º Não será aplicada medida de repatriação à pessoa em situação de refúgio ou de apatridia, de fato ou de direito, ao menor de 18 (dezoito) anos desacompanhado ou separado de sua família, exceto nos casos em que se demonstrar favorável para a garantia de seus direitos ou para a reintegração a sua família de origem, ou a quem necessite de acolhimento humanitário, nem, em qualquer caso, medida de devolução para país ou região que possa apresentar risco à vida, à integridade pessoal ou à liberdade da pessoa.

Art. 50. A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional.

§ 1º A deportação será precedida de notificação pessoal ao deportando, da qual constem, expressamente, as irregularidades verificadas e prazo para a regularização não inferior a 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, por igual período, por despacho fundamentado e mediante compromisso de a pessoa manter atualizadas suas informações domiciliares.

§ 2º A notificação prevista no § 1º não impede a livre circulação em território nacional, devendo o deportando informar seu domicílio e suas atividades.

§ 3º Vencido o prazo do § 1º sem que se regularize a situação migratória, a deportação poderá ser executada.

§ 4º A deportação não exclui eventuais direitos adquiridos em relações contratuais ou decorrentes da lei brasileira.

§ 5º A saída voluntária de pessoa notificada para deixar o País equivale ao cumprimento da notificação de deportação para todos os fins.

§ 6º O prazo previsto no § 1º poderá ser reduzido nos casos que se enquadrem no inciso IX do art. 45.

Art. 51. Os procedimentos conducentes à deportação devem respeitar o contraditório e a ampla defesa e a garantia de recurso com efeito suspensivo.

§ 1º A Defensoria Pública da União deverá ser notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para prestação de assistência ao deportando em todos os procedimentos administrativos de deportação.

§ 2º A ausência de manifestação da Defensoria Pública da União, desde que prévia e devidamente notificada, não impedirá a efetivação da medida de deportação.

Art. 52. Em se tratando de apátrida, o procedimento de deportação dependerá de prévia autorização da autoridade competente.

Art. 53. Não se procederá à deportação se a medida configurar extradição não admitida pela legislação brasileira. (BRASIL, 2017, p. 29).

O capítulo VI, não menos inovador, trata exclusivamente da opção de naturalização e da obtenção de nacionalidade brasileira pelo imigrante. Algo impensável e privado de discussões na década de 1980 se apresenta com total naturalidade no anteprojeto. No entanto, o processo ainda é complexo, e, para muitos imigrantes, como os haitianos em Curitiba, as possibilidades e dificuldades

postas diariamente, como o acesso à moradia e emprego, restringem os planos de quem vive no país.

O capítulo VII se refere ao emigrante brasileiro e às diretrizes para a aplicação de políticas públicas voltadas para os mesmos. Já o oitavo capítulo discorre sobre medidas de cooperação intergovernamentais como extradição, transferência de execução de pena e transferência de pessoa condenada.

O nono capítulo traz pormenores sobre infrações e penalidades administrativas que devem ser aplicadas aos dissonantes da lei, já o décimo e último capítulo apresenta as disposições finais e transitórias, entre elas a emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório²⁶ e a definição do crime de promoção da migração ilegal, que poderá servir como importante elemento para a repressão de crimes cometidos por bandos ou agenciadores, nacionais ou internacionais, que promovem, por exemplo, tráfico de seres humanos com as mais distintas finalidades (CARVALHO, 2017). É neste capítulo que, no artigo 120, é proposto o traçado base para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, buscando ordenar um conjunto de ações de escala federal até municipal que seja capaz de facilitar a integração do imigrante no território e sociedade brasileira²⁷.

Assim, é justo afirmar: antes tarde do que nunca. Talvez seja essa a descrição mais adequada para o surgimento da nova lei, que, apesar de não apresentar algumas garantias importantes que serão analisadas em breve, se mostra inovadora, contemporânea e também necessária, já que o Brasil vive um momento de significativa mudança socioeconômica e as novas oportunidades aliadas às condições precárias vividas em países vizinhos ou países diplomaticamente ligados moldam uma realidade cada vez mais complexa, e ao contrário do Estatuto de 1980, limitar o imigrante a um mero estrangeiro – antes de tudo representante da ameaça à segurança nacional – já não é algo que caiba, se um dia foi.

Todavia, é justo afirmar que a lei garante os direitos do migrante em território nacional? Como se constrói a condição dos haitianos perante a nova legislação?

²⁶ A Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) é um documento de acordo com a atual Lei de migração e que substitui o antigo Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

²⁷ Seguramente, a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá um peso crucial em qualquer debate sobre a possibilidade de integração do imigrante em território brasileiro, contudo, até o fechamento deste trabalho, discussões mais aprofundadas e garantias legais sobre tal instrumento eram inexistentes.

4.3 AVANÇOS, MELHORIAS E ENTRAVES NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS PARA O IMIGRANTE HAITIANO: AS GARANTIAS DA LEI 13.445/2017

O debate que levou à renovação da Lei de migração no país partiu, e muito, do mesmo debate sobre a migração haitiana que se intensificou a partir do ano de 2010. A ausência de políticas públicas para o acolhimento, a burocracia que dificultava a obtenção de documentos, a discriminação e o preconceito que dificultavam a integração culminaram em diversos eventos que, gradualmente, levaram ao projeto base para a Lei 13.445 de maio de 2017. No entanto, é justo afirmar que essas garantias legais presentes na nova lei são capazes de superar todos os problemas mencionados anteriormente? É possível afirmar que esse instrumento é eficaz? O que os imigrantes questionados e entrevistados sabem sobre ele? Como seus artigos e capítulos contribuem de fato para a vida dessas pessoas? Para solver tais questionamentos, é importante considerar que:

[...] se por um lado, no nível federal, o País vinha contornando os entraves colocados pelo antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815, de 19.08.1980) e possibilitando a entrada de migrantes, como no caso dos haitianos, até culminar com a edição da nova Lei de Migração (Lei n. 13.445, de 24.05.2017), sinalizando que a acolhida aos imigrantes passaria a fazer parte da política migratória brasileira, por outro lado, a dimensão associada à integração dessas pessoas recai, principalmente, sobre os estados e municípios. (IBGE, 2019, p. 96).

Dessa maneira, é inegável reconhecer que os benefícios presentes na Lei 13.445 são capazes de possibilitar uma série de novas garantias para o imigrante, se tornando o principal instrumento governamental para suprir as principais necessidades vividas por todos que ingressam em território brasileiro sem ter a nacionalidade brasileira. Contudo, a dificuldade consiste em repassar as garantias da lei à realidade vivida nos municípios que abrigam esses imigrantes, dado que o personagem central da história não é a lei e suas possibilidades, mas o teoricamente possibilitado, ou seja, o próprio imigrante. E o que ele tem para dizer sobre tal instrumento? O que ele diz sobre a legislação que visa suportá-lo?

Em alguns pontos, pouco ou quase nada. Por exemplo: foi unânime o discurso entre todos os participantes dos questionários que a igualdade de direitos é indiscutível em qualquer sociedade. No entanto, nenhum deles soube cravar se essa garantia realmente fazia parte da nova Lei de Migração. Em duas ocasiões, citações

de que “se eu fosse brasileiro” e “é porque eu sou haitiano” apareceram com um tom de que as desigualdades se manifestaram pelo fato de eles serem imigrantes. E quando é apresentado o primeiro capítulo da lei, mais precisamente no artigo 4º, o que se verifica é indignação ou espanto, pois a garantia de igualdade existe, mas depende de uma sociedade mais justa e consciente, seguindo as palavras de um dos entrevistados. Em outro trecho, temos: “não creio que algo vá mudar”, fazendo uma clara referência ao poder da lei subordinado às ações da sociedade em que tal imposição vigora.

A possibilidade de naturalização, presente no sexto capítulo, foi debatida e apresentada como um objetivo para a maioria dos participantes. Quando perguntados se desejam se tornar cidadãos brasileiros, de oito questionados, apenas três demonstraram interesse, mas sem saber dizer ao certo como isso pode ocorrer, e sem deixar rastro algum de que isso é uma prioridade em suas vidas.

As condições para se naturalizar são inúmeras – facilitadas quando na presença de um filho ou cônjuge brasileiro e mais complexas quando não há essa condição familiar – e todos apresentaram um breve conhecimento sobre as possibilidades permitidas pela lei. Contudo, ficou clara a ideia de que objetivos que atuam como pré-requisitos para a obtenção da nacionalidade brasileira, como a fluência em português ou a qualificação profissional, pesam mais para esses imigrantes e se tornam prioridades em uma escala de eventos que devem ocorrer para que a cidadania brasileira se consolide. Além disso, entre os interessados, dois afirmaram ter emprego formal e apenas um marcou a opção de informalidade em sua ocupação, ou seja, indicam um cumprimento de etapas, um passo a passo, até chegar ao ponto em que viver em definitivo no Brasil passe a se tornar factível, e não só um sonho ou desejo futuro.

A gama de possibilidades na emissão de vistos, presente na segunda subseção do segundo capítulo, trouxe facilidades para a migração legalizada, abastecendo ainda mais as redes de haitianos que se consolidaram no Brasil. A elevada demanda exigiu mudanças, e em 09 de abril de 2018, quase um ano após a validação da Lei 13.445, o governo brasileiro, através de uma portaria interministerial, decidiu conceder tratamento prioritário a haitianos e apátridas residentes no Haiti que tinham o desejo de morar no Brasil através da concessão de visto temporário e da autorização de concessão de residência para fins de acolhida humanitária. Inicialmente, foi determinada que sua emissão fosse feita

exclusivamente pela embaixada brasileira em Porto Príncipe, capital do Haiti, e permitiria a concessão de residência temporária de dois anos no Brasil, passível de transformação em residência por prazo indeterminado ao final desse período.

Solicitar o visto ainda no Haiti surgiu como um instrumento facilitador, contudo, em pouco tempo, a elevada demanda e a burocracia representada na extensa gama de documentos exigidos ao solicitante do visto contribuíram para formar filas enormes que tomaram conta das localidades próximas à embaixada e, conseqüentemente, retardando o processo de emissão (AFP, 2018).

Ao ingressar no país, a próxima etapa é, em até noventa dias, realizar o pedido para emitir a Carteira de Registro Nacional Migratório, apresentando mais uma série de documentos e, dependendo da condição, efetuando o pagamento de distintas taxas, como mostra a Portaria Interministerial nº 10 de 9 de abril de 2018:

Taxas aplicadas à imigração:

- para processamento e avaliação de pedidos de autorização de residência, no valor de R\$ 168,13;
- para a emissão de um cartão de registro migratório-CRNM, no valor de R\$ 204,77;
- para a emissão da fronteira CRNM, no valor de R\$ 63,85 e;
- para a transformação de vistos de visita, diplomáticos, oficiais e de cortesia em títulos de residência, R\$ 168,13. (BRASIL, 2019).

Destaque para o benefício aplicado ao requerente que possa declarar legalmente a insuficiência de recursos financeiros para o pagamento das taxas anteriores de acordo com a 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (BRASIL, 2019). Em Curitiba, a maior parte das instituições realizam apenas o encaminhamento destes imigrantes, o que pode impossibilitar a obtenção dos documentos por vias financeiras. Contudo, a Pastoral do Imigrante tenta ampliar o suporte com contribuições, que partem de doações, para regularizar documentações, emitir vistos frente à embaixada e redigir cartas de hipossuficiência para aqueles que declaram não ter condições financeiras adequadas. Outro fator de extrema importância é a autorização que a instituição recebe da embaixada do Haiti em Brasília para receber os documentos dos imigrantes e enviá-los para a capital. Nenhuma outra entidade em Curitiba, nem mesmo governamental, tem tal habilitação (LUCIEN, 2019).

As facilidades impostas tanto pela lei quanto pelas instituições levaram a um resultado satisfatório. Todos os imigrantes participantes das pesquisas alegaram

ingressar no país de forma legal e sem dificuldades do ponto de vista documental e jurídico, necessitando o cadastro junto à Polícia Federal e a obtenção da Carteira de Registro Nacional Migratório, embora nem todos ainda desfrutassem de tal benefício até o momento das aplicações dos questionários e realização das entrevistas. De forma mais detalhada, quatro alegaram não ter o documento, incluindo dois que desconheciam sua importância e a função. Perpetuando o resultado de casos analisados anteriormente, ficou evidente que nem tudo corre em vias adequadas no processo de imigração legal, e o desconhecimento das garantias legais se fez novamente presente em uma parcela dos imigrantes.

Um dos pontos mais delicados da imigração haitiana envolve a questão do emprego. A Lei 13.445 não apresenta nenhum artigo próprio que vise a facilitar a inserção do imigrante no mercado de trabalho, e o tema pesa de maneira significativa quando a pergunta é feita com base nos principais motivos que atraíram o imigrante ao Brasil, já que apenas um participante alegou que, no momento da pesquisa, não estava à procura de emprego e dois não possuíam uma carteira de trabalho. Todos os demais já estavam empregados ou em busca de emprego. Contudo, somente quatro alegaram que tinham um emprego formal ou que já tiveram pelo menos um emprego formal.

O que fica evidente, pelo depoimento dos participantes, é que a obtenção da carteira de trabalho está longe de ser o processo mais burocrático e árduo. O problema está na disposição do empregador e na ausência de uma política de emprego voltada para o imigrante. Um dos depoentes, por exemplo, alega que o empregador não confia no imigrante ao ponto de estabelecer um vínculo legal, preferindo pagar por serviço diário sem atribuições e garantias legais. Desta forma, o que se reforça é o andamento da lei, que apresenta regras e disposições para a possibilidade do trabalho, entretanto, não garante tal condição para quem veio de outro país.

As principais entidades de suporte em Curitiba, como a Pastoral do Migrante e o CEIM, apresentaram relatos e dados que seguem o mesmo rumo, e a busca por emprego seria uma das principais demandas dos imigrantes haitianos. A realidade econômica do país tem sido capaz de gerar interferência direta, como relata Lucien (2019):

Muitas empresas hoje nos conhecem, a verdade é que procuram pouco comparando com o início quando sete ou oito anos atrás, quando eu estava aqui a primeira vez, não parava de tocar o telefone daqui porque empresas e empresários estavam procurando mão de obra. Então, a cada hora, duas horas, aqui tinha uma empresários fazendo entrevista com os migrantes. Isso diminuiu muito, mas de vez em quando alguns vêm por aqui para procurar um ou outro. (LUCIEN, 2019, p. 3).

A realidade econômica do imigrante também pode criar interferências em planos distintos, como o estudo. Quando questionado sobre a função que gostaria de exercer se estivesse trabalhando, o entrevistado 2 afirma: “qualquer coisa, mas eu preciso de tempo para a universidade no próximo ano”, e completa: “eu preciso fazer um curso técnico para pagar minha universidade e só depois eu vou para universidade” (ENTREVISTADO 2, 2019, p. 2). O emprego não soa simplesmente como prioridade, mas como necessidade. O entrevistado 1, que afirmou ter o suporte de familiares em sua estadia, relata o objetivo de sua vinda ao Brasil:

O motivo é mais para estudar. Eu acredito que o estudo, mesmo, pode melhorar muitas coisas, e também lá, quando você faz um estudo fora, lá de volta são outras coisas [...] A ideia é voltar. Mas sei lá, ainda não sei o que poderia acontecer (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 1).

Apesar de o foco ser o estudo e sua qualificação, o entrevistado não descartou a possibilidade de que a oferta de um bom emprego possa mudar seus planos, o que reforça a ideia de que as oportunidades e limitações levam o imigrante a planejar um passo por vez, vencer as batalhas de momento para, posteriormente, traçar novas metas.

Cabe ressaltar que a atual Lei de migração não se sobrepõe aos direitos e obrigações de outros tratados vigentes no Brasil. Assim, seguindo a lógica da política de emprego, o imigrante não tem um conjunto próprio de regras sociais, e deve seguir uma série de procedimentos legais como qualquer ser nacional, mesmo não sendo um ser nacional e apresentando distintas necessidades.

Para que essa condição tenha validade, é imprescindível que as autoridades brasileiras estejam preparadas para atender esses ingressantes que, muitas vezes, não possuem o conhecimento adequado do idioma, das leis e da cultura do país. Aliás, cabe salientar que tal serviço é garantia dada no capítulo X, artigo 112. Mas aí é que reside uma das maiores inconsistências, pois todos os participantes alegaram dificuldades na comunicação com pelo menos um órgão ou repartição pública

competente, desde a triagem para ingresso no país até o suporte para a obtenção do Registro Nacional Migratório, documento obrigatório a todos aqueles que ingressaram no Brasil com qualquer visto ou autorização de permanência provisória.

Vislumbrar as travas que impossibilitam um atendimento mais eficaz é uma tarefa árdua e que exige vivência do problema, além de um olhar cuidadoso; este seria o caso de Ana Bela Batista, coordenadora do Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná. Ela afirma que o problema não está no atendimento em si, mas na forma como o Estado lida com a divulgação dos serviços que oferta aos imigrantes:

Muitos chegam e falam: meu primo, meu amigo, me indicou. Eles já vêm com essa indicação, porque a gente não tem essa divulgação. Não temos nada para divulgar o material, e é por indicação. Inclusive, essa semana eu atendi um que está vindo de Manaus, já estava há um ano em Manaus e estava só com a solicitação de refúgio, e eu perguntei por que é que ele veio para cá. Ele falou: em primeiro lugar, Manaus não tem nada, os estados do Norte não têm nenhum local que atenda, que nos ajude, nos dê uma orientação. Ele não sabe onde se pode fazer um documento, não sabe para onde se dirigir, é zero informação. Ele falou: a gente não consegue tirar documentos, não consegue pedir uma autorização de residência porque não tem aonde. Nós não sabemos por onde começar. Nem que relação de documentos a gente precisa. E eu disse: não tenho informação. Então, ele está vindo pra cá porque nós sabemos que aqui tinha. Eles lá em Manaus que aqui tem esse Centro Estadual de Informação que ajuda em tudo o que eles precisarem. E eles estão vindo. Já vem para cá procurando aqui, o Centro. (BATISTA, 2019, p. 1).

Esse suporte ineficaz cria um círculo de mazelas que pode afetar áreas vitais como o acesso à moradia, emprego, saúde e educação. Esse problema não se limita ao *link* entre o imigrante e a instituição de suporte e encaminhamento, mas se estende para a burocracia e para o compromisso da sociedade civil. Um exemplo claro é apresentado no depoimento a seguir:

Nós temos um imigrante [...] ele é de Gana. E ele ficou em situação irregular desde janeiro e passou um mês, dois, três e não conseguia e aí com três meses ele tinha uma condição bem vulnerável, sujo porque está na rua, e estando na rua não consegue renovar a documentação porque tem que ter um endereço, não renovando ele fica irregular e irregular não consegue trabalho e uma coisa vai gerando outra [...] E ele já veio aqui um dia bem alterado, dá para perceber que ele está usando droga, pelo jeito dele a gente percebeu que ele estava, ele está em uma situação bem difícil. (BATISTA, 2019, p. 1).

A situação de rua registrada por Batista (2019) também aparece com grande preocupação em Lucien (2019). Ambos foram enfáticos em mencionar, talvez, a maior lacuna deixada pela Lei 13.445: a ausência de um artigo ou parágrafo que disponha sobre a necessidade de uma casa de acolhida específica para os imigrantes. Ao contrário de São Paulo e Brasília, por exemplo, Curitiba não apresenta um espaço com essas características, mesmo com uma demanda gigantesca e um fluxo migratório de igual representatividade. O mais próximo desta condição é a Unidade Migrante e Itinerante, conhecida como Casa da Acolhida e do Regresso. Entretanto, a entidade se limita ao serviço de concessão de benefício de passagens terrestres para imigrantes em condições financeiras insuficientes e que se pretendem se deslocar pelo território nacional:

Curitiba é uma das cidades que não tem uma casa de passagem, de acolhida voltada para esse público. Se alguém chegar aqui e dizer que não tem onde ficar é duro você dizer para a pessoa que você não tem, e você não tem, mas, sabendo que ela vai ficar na rua ou vai ter que procurar outras saídas, são desafios, são dificuldades. Uma vez que para os migrantes são problemas acaba sendo uma dificuldade para você. (LUCIEN, 2019, p. 1).

As limitações impostas pelo Estado e a ineficácia ou inexistência de políticas públicas mais direcionadas invalidam, pelo menos na versão prática, toda e qualquer política migratória ou decisão diplomática que facilite ao olhar da lei a entrada de imigrantes no Brasil. Batista (2019) faz uma analogia oportuna quando relaciona a possibilidade de imigrar sem a estrutura adequada para receber, completando a ideia de que a demanda migratória na realidade brasileira e curitibana se justifica pelos serviços prestados, que mesmo em condição imprópria perante o ideal, mostram-se suficientes para um grande número de interessados, conforme o trecho:

[...] você convida alguém para ir à sua casa, aí você abre a porta e pessoa fica em pé, e você não convida para sentar, não oferece uma água, entendeu? É mais ou menos isso. Apesar, que o que eles comentam em relação a outros países, é que a gente ainda tem uma acolhida muito mais humanitária. Porque eles têm a dificuldade, um mês, dois meses, a maioria, mas esse é o período máximo e já vão se colocando, tendo trabalho, não é cem por cento, mas a maioria já chega e já se coloca, e já tem a assistência à saúde, já tem todos os direitos garantidos como nós brasileiros com exceção de votar. Mas eles acham isso maravilhoso, porque eles chegam e tem acesso à saúde, a tudo, é Bolsa Família, é uma série de benefícios que eles recebem. (BATISTA, 2019, p. 4).

Apesar da valorização dada, a dificuldade em acolher e em aceitar alguém em condição fragilizada, vulnerável; e a limitação que a lei gera ainda são pesos que não podem ser tratados apenas por palavras em papel, desmensurados, mas por atitudes que partam das instituições e da sociedade que recebem os imigrantes. Por isso a qualidade de vida do imigrante não pode ser medida apenas pela garantia do emprego, pela boa condição financeira, mas também pelo desenvolvimento deste indivíduo como ser social, como parte de uma sociedade multiversa, que é a sociedade brasileira e curitibana. Lucien (2019) corrobora isso, afirmando que:

Às vezes a sociedade enxerga de maneira negativa. O migrante não vem só para trabalhar, porque como se trata de uma pessoa que está a caminho, certeza que carrega consigo muitos valores, coisas boas, e sendo ela bem acolhida, pode se tornar protagonista do desenvolvimento do próprio país de destino. E o Brasil tem esse privilégio que é para poucos, de ter essa diversidade cultural, cada estado, cada região é o retrato disso. (LUCIEN, 2019, p. 4).

Essa diversidade, esse privilégio, não se mostra suficiente para a criação de uma aceitação do imigrante partindo da própria sociedade. É extremamente complexo mensurar o preconceito, a xenofobia, mas é claramente visível aos olhos de todos que vivem essa realidade que ela paira sobre nossa organização social. O que melhor explicaria a parcial exclusão dos imigrantes entrevistados? Apenas o simples fato de não falarem o português fluente? De apresentarem uma cultura incompatível? Na realidade do CEIM e da Pastoral do Migrante as principais demandas envolvem as questões documentais, busca por vagas de trabalho e moradia. Não se trata de idioma ou incompatibilidade cultural, mas de exclusão social.

E como sanar as brechas apresentadas? A Lei 13.445 em seu artigo 120, parágrafo terceiro, dispõe que, com vistas à formulação de políticas públicas, deverá ser produzida informação quantitativa e qualitativa, de forma sistemática, sobre os migrantes, com a criação de banco de dados (BRASIL, 2017). Esse banco seria excepcional, pois contemplaria dados diversos de atendimentos e acompanhamentos realizados, nacionalidades, grupos de idade, principais demandas, tudo para facilitar a integração destes imigrantes. Contudo, esse banco não existe! Assim, a busca por dados e informações se revelou um grandioso desafio.

Muitos órgãos não apresentaram respostas aos pedidos realizados, e outra parte simplesmente não detinha os dados solicitados, ou seja, não registrava o número de imigrantes que buscavam seus serviços e muito menos daqueles que obtiveram êxito com o serviço prestado. Aliás, o acompanhamento pós-atendimento raramente é feito, comprometendo a prestação que já foi alcançada e impossibilitando uma avaliação fidedigna. Essa brecha impossibilita qualquer formulação justa e eficaz de políticas públicas que lapidem a condição do imigrante em solo brasileiro, o que inclui o haitiano que busca viver em território brasileiro.

4.4 INTEGRAÇÃO E PERSPECTIVAS NA REALIDADE BRASILEIRA: O IMIGRANTE HAITIANO EM PAUTA

A análise da integração deve partir de cada indivíduo, e cada integração não pode ser vista como um processo de início, meio e fim, mas como um ato constante de relação entre a linguagem daquele que busca se integrar e a linguagem da sociedade que o recebe (SAYAD, 1994). Desta forma, ninguém melhor que o próprio imigrante para avaliar este processo.

Entre os entrevistados, o tempo médio de estadia no Brasil foi de dois anos e três meses, variando entre quatro meses e cinco anos completos. Todavia, como o tempo de permanência tende a ser uma informação relativa, não há necessidade de maior exploração dos dados. Os relatos mediram as experiências vividas e, apesar de o tempo contribuir para a maior possibilidade de vivências, cada entrevistado é capaz de trazer fatos únicos, pois sua percepção de integração é própria (SPREAFICO, 2009).

Seis respostas foram positivas para a pergunta “você tem amigos brasileiros?”. Contudo, quando a pergunta mudava para “esses amigos são pessoas em quem você pode confiar totalmente?”, três responderam que não. Trabalhar com o conceito de amizade não foi extremamente eficaz devido à dificuldade de estipular características claras e padronizadas para o adjetivo, porém ficou evidente que a maior parte dos envolvidos não tem facilidade em se aproximar e criar fortes relações, inclusive de confiança, com a população local. O entrevistado 3, quando questionado sobre a presença de amigos brasileiros em sua vida, indagou: “sobre qual amigo você está falando?”, e após a réplica de que amigo poderia ser

classificado como uma pessoa mais próxima, de confiança, ele completou: “eu não tenho um amigo que eu fale com ele todos os dias” (ENTREVISTADO 3, 2019, p. 2). Já o entrevistado 2, sempre de poucas palavras, provavelmente pelo fato de ter um domínio menor da língua portuguesa, foi direto em dizer que não tem amigos no Brasil, no entanto, se mostrou incapaz de dar uma resposta segura a tal condição, já que está há apenas quatro meses no país (ENTREVISTADO 2, 2019, p. 1). E as experiências vividas pelo entrevistado 1 levaram ao seguinte depoimento: “Não. Amigos não. Eu falo com alguns, mas amigo? Acho que não. Porque a palavra amigo é forte. Precisa ter campo, interação. Não tenho” (ENTREVISTADO 3, 2019, p. 4).

Sobre o desejo de permanecer no Brasil e, futuramente, até mesmo de se tornar um cidadão brasileiro, cinco entrevistados responderam favoravelmente. Dois desejam o Brasil como moradia temporária, sendo que um busca uma oportunidade futura nos Estados Unidos e outro pretende retornar ao Haiti quando sua condição financeira permitir tal condição. Apenas um relatou não ter como objetivo se manter no Brasil sem apresentar alguma justificativa direta. Sobre os casos de haitianos que buscaram novos fluxos de migração, o entrevistado 1 relata que:

É, isso aconteceu muito [...] conheço bastante haitianos que estavam morando aí, mas foram embora, por causa disso, por não conseguir trabalho, não conseguir ter amizades, tudo isso. Os haitianos que ficaram aqui, ficaram mais pelo motivo de estudar. Porque eu acho que aqui em Curitiba o estudo é um pouquinho mais fácil do que em outras cidades. (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 2).

É perfeitamente compreensível quando se olha para a cidade como o espaço que permite mais mobilidade e, conseqüentemente, mais encontros. Isso se justifica ainda mais nos países subdesenvolvidos, onde as desigualdades socioeconômicas somadas à ineficácia na operação dos instrumentos urbanos levam à necessidade de se deslocar (SANTOS, 2012). Contudo, os haitianos entrevistados mostraram uma realidade distinta, de pouco fluxo, poucas necessidades aparentes. O motivo não é tão desalumiado quanto possa parecer. Estamos tratando de falta de integração social e, conseqüentemente, espacial. Os entrevistados constituíram poucos lugares em sua rotina pois a dificuldade de criar novas opções está diretamente atrelada à dificuldade de se socializar com a maioria, ou seja, a sociedade local.

No resgate à ideia de lugar, é importante considerar a relação entre as características do meio de vivência antigo e do meio de vivência atual, principalmente quando relacionamos integrantes oriundos de uma sociedade muito distinta da sociedade que a recebe. O desafio se faz evidente, pois:

Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Obrigados a esquecer, seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina. Cabe-lhes o privilégio de não utilizar de maneira pragmática e passiva o prático-inerte (vindo de outros lugares) de que são portadores. (LOWENTHAL, 1975 apud SANTOS, 2012, p. 223).

Integração em meios culturais profundamente distintos remete a uma missão tão árdua quanto o próprio desafio de integrar. Do que serviria modos e comportamentos próprios em uma sociedade que não os reconhece? A dificuldade da integração parte da distância, não geográfica, mas dos saberes, dos costumes. O entrevistado 1 traz um olhar que é capaz de dar suporte à ideia de Lowenthal (1975 apud SANTOS, 2012):

Pessoalmente, eu sou um cara bem complicado mesmo. Porque eu sempre ando questionando as coisas. Isso faz com que eu sempre tenha dúvida, e por isso, também, eu tomo muito cuidado porque eu não quero ter problemas com ninguém
Eu já sei como funcionam as coisas aqui. Às vezes eu fico longe das pessoas, mas não é meu objetivo. (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 4).

Casos em que a comunicação foi exercida de maneira não satisfatória por uma divergência cultural qualquer, daquelas que dificilmente aconteceriam entre seus pares, sejam brasileiros curitibanos, sejam haitianos, apareceu no relato de todos os entrevistados. Falhas na comunicação geradas por distinções culturais (idioma e hábitos, por exemplo) são capazes de criar barreiras para a integração, conforme relato do entrevistado 2: “enquanto eu estava em um mercado na fila para pagar e assisti de longe. Ele estava me dizendo coisas que eu não entendo, pois eu estava há apenas dois meses aqui” (ENTREVISTADO 2, 2019 p. 2). Ele interpretou como um caso de preconceito, mas, ao mesmo tempo, não soube dizer o que realmente aconteceu, ou seja, a barreira da comunicação contribuiu para a barreira

da integração, e em muitos casos contribui para que o indivíduo se feche e evite o contato social novo meio de vivência.

Todos os entrevistados e questionados se autodeclararam negros – ou como o IBGE trata as características étnico-raciais no Brasil, pretos²⁸. Assim, por serem pretos, foram discriminados por sua cor? Quatro afirmações positivas para atos de racismo foram registradas, e todos que se dispuseram a detalhar pelo menos um caso tinham total certeza de que sofreram com tal problema. Um entrevistado afirma não ter passado por nenhum caso de racismo, mas também não negou ser maltratado por pessoas de cor de pele distinta. Entra aí, então, o segundo conjunto de questionamentos: o preconceito não é pela cor? É só pela cor? Ou também é pelo fato de ser imigrante? A xenofobia foi reconhecida por quatro indivíduos²⁹, quase sempre em casos envolvendo o ambiente de trabalho. Dois reconheceram preconceito devido à sua condição social. O entrevistado 3, por exemplo, alegou ter sofrido um ato de preconceito aqui no Brasil, mas não quis mencionar nada sobre o caso, e o entrevistado 1 relatou:

[...] um dia eu estava andando na rua e a pessoa estava bem tranquila, e na hora que ela deu uma olhada para trás, ela viu que eu sou um negro e já começava a arrumar as coisas, a bolsa, telefone. Como se eu fosse um ladrão. (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 4).

Completo, ainda, afirmando: “você é estrangeiro, haitiano, negro, e com qualquer coisa você pode sofrer bastante. Sem precisar, tipo prova. Então, tem que cuidar.” (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 4). Demonstrando que a cor de sua pele se soma a outros fatores que, em conjunto, podem ser extremamente danosos ao imigrante, principalmente quanto à sua própria segurança.

As conversas e o preenchimento dos questionários se estenderam além da normalidade quando o pedido aos participantes foi para manifestar algum desejo de melhoria em suas vidas no Brasil³⁰. Cinco pediram mais ofertas e oportunidades de emprego; dois pediram um acesso mais justo à universidade, mas apenas um

²⁸ Não cabe a este trabalho debater o racismo, mas apenas repassar a percepção dos haitianos que contribuíram para a pesquisa.

²⁹ Assim como o racismo, o foco deste trabalho não é debater a xenofobia. Todos os participantes reconheceram a existência de um preconceito ao estrangeiro, mesmo que alguns não tenham percebido tal ato contra si em sua estadia no Brasil.

³⁰ Lembrando que questões mais profundas relacionadas à fragilidade socioeconômica dos entrevistados não foram abordadas devido à dificuldade em mensurar tais características.

especificou pedindo maior disponibilidade de bolsas para imigrantes em instituições particulares; três destacaram a necessidade de um bom lugar para viver e apenas dois salientaram a necessidade um lugar sem atos de racismo, igualdade social ou maior integração social. O entrevistado 1 salientou que:

A sociedade precisa entender que a gente é gente também, gente que tem cultura, que tem conhecimento, que tem uma língua, que tem um pacote de coisas, coisas ruins também, que pode acrescentar à diversidade daqui. A gente pode fazer coisas maravilhosas, como a gente faz lá no Canadá, Estados Unidos, França. A gente tem uma comunidade lá bem forte, a gente tem uma participação grande nas coisas. Aqui é uma luta muito difícil, que vai levar tempo porque a cabeça das pessoas tem uma formatação. Para conseguir arrumar o mundo precisa de tempo. (ENTREVISTADO 1, 2019, p. 5).

Enquanto a necessidade de ser aceito e de se sentir integrado permeou mais pela conversa com o primeiro entrevistado, a ideia de Lucien (2019) tendeu mais às necessidades básicas para que o imigrante tenha condições de viver com dignidade e obter a real garantia de seus direitos:

[...] o objetivo do migrante é alcançar um nível de vida melhor do que ele tinha antes, e essa melhoria de vida passa obviamente por um bom emprego, que a pessoa tenha condição de ter um bom trabalho que daria para a pessoa uma condição de tranquilamente pagar suas contas, comer, economizar alguma coisa, ter sua própria casa, tudo isso. Então se eu tivesse poder, se dependesse de mim para resolver certas coisas, as primeiras coisas que eu tentaria resolver seriam essas, o que é urgente para as pessoas. (LUCIEN, 2019, p. 4).

É perceptível que, em mais uma ocasião, o discurso seguiu para a garantia do emprego, e a partir desta condição, outras garantias seriam possivelmente capazes de alcançar estes imigrantes. O acesso ao mercado de trabalho é o que dá vida e esperança ao indivíduo que migra, e o trabalho representa toda a inteligência desses fluxos, pois, assim como a realidade haitiana, outros grupos de migrantes desenvolvem um olhar para a migração que não é apenas de um fenômeno político, mas de uma complexidade tamanha que avança sobre os campos sociais, culturais e econômicos (SAYAD, 1998, p. 21).

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos migratórios, em todos os níveis, são profundamente complexos, necessitam de distintos olhares, distintas avaliações, distintas conclusões. Amparam-se em condições socioeconômicas, culturais, naturais, entre tantas outras. Envolvem distintos elementos: o Estado, as garantias legais, os indivíduos que migram e suas necessidades, os possíveis entraves criados pela sociedade de imigração, entre tantos outros fatores que são diretamente capazes de interferir no processo-chave que este trabalho buscou compreender, ou seja, a (in)possibilidade de integração do imigrante haitiano na Grande Curitiba.

A mundialização dos povos produz muito mais barreiras do que portas para a imigração de indivíduos dos países do Sul global, como é o caso dos haitianos. Apesar de distintas garantias legais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os acordos da Convenção de Genebra ou a Convenção sobre a proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e os Membros de Suas Famílias – todas ratificadas por entidades globais e reconhecidas legalmente por Estados Nacionais diversos – não foram capazes de cumprir integralmente com seus objetivos, e a soberania dos países, principalmente os mais ricos, desenvolvidos e atrativos, sobrepôs-se aos direitos do migrante em muitos casos. A condição fortalece o fluxo Sul-Sul, e o Brasil assume um posto significativo nessa dinâmica tão expressiva quanto.

Todavia, a chance brasileira de assumir uma posição de destaque em uma agenda global que visava a cuidados mais próximos com os imigrantes se transformou em mais um caso de relutância e imposição do velho argumento de garantia da seguridade do território. Assim, mais uma vitória para a soberania nacional. A afirmação pode suscitar o seguinte questionamento: mas e a Lei 13.445/2017? E a resposta direta é: chegou tarde e ainda fez pouco pelo imigrante, mesmo que notáveis avanços já tenham sido registrados.

Mesmo que os instrumentos legais válidos em território brasileiro não fossem capazes de garantir na prática a tão esperada integração, e muito menos assumissem um caso exemplar de política de atração, o fluxo de imigrantes para o Brasil aumentou consideravelmente após o início do século XXI devido à posição do país à época como economia emergente de grande potencial e se mantendo

relativamente elevado após a instituição da Lei de Migração, mesmo que o momento econômico do país já não fosse mais o mesmo. E entre os principais grupos de imigrantes, lá estavam os haitianos.

Independentemente de proposições que facilitassem a vinda de haitianos para o Brasil, vide a Resolução Normativa nº 97 e a criação do visto humanitário, a tarefa de chegar ao território brasileiro e receber a acolhida adequada nunca foi fácil, e nos instrumentos deste trabalho nem sequer se mostrou possível. E não se trata do início do fluxo, enfrentando dificuldades estruturais e caindo muitas vezes nas mãos de coites, mas no destino final, que deveria fazer da esperança a vivência, das oportunidades a realidade. A falta de infraestrutura, de profissionais qualificados, da atuação direta dos órgãos responsáveis e do amparo da sociedade obsteve o processo de integração. O Estado não ampara como deve, a Lei não se cumpre como deve, e apresenta brechas severas, apenas notadas pelo olhar de quem mais precisa: o imigrante. Onde está a acolhida adequada para os povos que chegam com demandas e necessidades específicas? Pouco se notou. Onde está o trato humanitário que imigrantes, sejam eles de qualquer cor, raça ou religião, deveriam receber? Muito pouco se notou. Esse é o problema central. Pouco se faz pelo imigrante, e não são leis ou acordos internacionais que realmente garantem integração, dignidade e sonhos realizados, mas as práticas, as possibilidades efetivadas pelos indivíduos diretamente responsáveis por essa causa. Somos nós como cidadãos, o Estado como representação legal, o próprio imigrante, ou seja, o trabalho conjunto que vence a intolerância, o descaso, o preconceito, o desumano.

O referencial utilizado neste trabalho enriqueceu e construiu a base da pesquisa, isso é inegável. Porém, os autores mais significativos foram os indivíduos diretamente ligados à causa, sejam eles os imigrantes haitianos ou os responsáveis pelas entidades de apoio. Foi na fala desses protagonistas, com o suporte de todos os outros autores teóricos, que a causa do problema central se elucidou.

Cabem às leis regular os fluxos migratórios e estipular a base para a garantia de direitos dos imigrantes? Perfeitamente. Entretanto, nada se concretizará sem o apoio das entidades regionais, sejam elas municipais ou estaduais, dos funcionários ligados às entidades, da população e dos imigrantes que devem exigir o pleno funcionamento do sistema garantido pelos instrumentos legais. A lei é teoria, apenas palavras impressas em um pedaço de papel. As instituições e os indivíduos representam a prática, o elo de ligação entre direitos e garantias.

A conclusão é que não se tratam apenas de inconsistências na Lei 13.445/2017, mas de uma ampla tribulação que impede a construção do elo e a garantia dos direitos propostos. Dois grandes exemplos robustecem tal ideia, e o primeiro é a questão das casas de acolhida para os imigrantes, inclusive em Curitiba. A lei não é clara sobre sua inclusão, o estado pouco faz para agregá-la como garantia legal, o imigrante e os demais envolvidos requerem sua condição, mas o número de imigrantes em condição de rua continua alarmante. O segundo é a dificuldade dos imigrantes em se integrar na sociedade brasileira, e aí vai o destaque para os imigrantes haitianos em Curitiba e região. A lei propõe a inclusão social e visa combater a discriminação, parte das instituições promovem a inclusão com políticas de encaminhamento para entrevistas de emprego, vagas nas universidades ou cursos de língua portuguesa, contudo, as diferenças culturais não são diluídas nas relações. Os imigrantes não se integram, não se sentem integrados. Em ambas situações o elo é quebrado pelo tortuoso caminho entre teoria e prática, mesmo que a prática seja parcialmente posta, como no caso do papel das entidades de apoio, o ciclo não se fecha, geralmente pelo preconceito da sociedade de imigração ou pela intolerância cultural.

Por fim, fica o destaque para os avanços que a Lei 13.445/2017 pode trazer para a condição do imigrante, garantindo uma acolhida humanitária e consonante com os acordos internacionais, e a necessidade do Estado em garantir meios práticos para consolidar a lei como instrumento de valor notório e real. A construção de casas de acolhida para os imigrantes, a desburocratização para a emissão de vistos que possam garantir legalidade, a criação de um banco de dados unificado para levantamento das estatísticas em nível nacional e políticas de combate ao preconceito étnico, racial e à xenofobia, ainda incipientes na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGENCE FRANCE-PRESSE. **Haitianos e venezuelanos, principal força de trabalho migrante no Brasil**. Disponível em: < <https://istoe.com.br/haitianos-e-venezuelanos-principal-forca-de-trabalho-migrante-no-brasil/> >. Acesso em 10 jul. 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Global Trends: Forced Displacement in 2018**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **“Refugiados” e “Migrantes”**: Perguntas Frequentes. Brasília, mar. 2016. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Haiti: Eight Months After the Earthquake**. Genebra, out. 2016. Disponível em: <<https://reliefweb.int/disaster/eq-2010-000009-hti>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ARAÚJO, Wemblley; SILVA, Thalita. Das tropas brasileiras no Haiti aos migrantes haitianos no brasil: uma discussão por dentro das relações internacionais brasil - Haiti no período 2004 - 2014. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 5, p. 73-85, 2014.

ARRUDA, Aline Maria Thomé. Migração e refúgio: uma breve problematização sobre os direcionamentos governamentais para recepção a haitianos no Brasil e na República Dominicana. In: **Universitas: relações internacionais**, v. 11, n. 1, p. 105-111, jun. 2013.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. **Migração de crise**: a migração haitiana para o Brasil. Rev. bras. Est. Pop., Belho Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, abr. 2017.

BAILEY, Adrian. Migration history, migration, behavior and selectivity. **The Annals of Regional Science**, Vol. 27, n. 4, p. 315-326, mai. 1993.

BAILEY, Adrian. **Worlds in Motion**: Understanding International Migration at the end of the Millennium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **The World Bank Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em 03 jun. 2018.

BATISTA, Ana Bela. **Entrevista concedida a Marcus de Souza**. Curitiba, 25 set. 2019.

BERNARTT, Maria de Lourdes, *et al.* Diáspora Haitiana: primeiros estudos sobre o impacto para o desenvolvimento urbano e regional nas regiões sul e norte do Brasil. **Cadernos Ceru**, v.26, n. 1, jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria Interministerial nº 10, 6 abr. 2018**. Diário Oficial da União, Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/cedula-de-identidade-de-estrangeiro/documentos-necessarios-para-registro/acolhida-humanitaria/portaria-interministerial-no-10-de-6-de-abril-de-2018>>. Acesso em jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, 2019. Portal de Imigração Laboral. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>>. Acesso em 11 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Haitianos recebem concessão de residência no Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1548076621.42>>. Acesso em ago. 2019.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estud. av. São Paulo**, v. 26, n. 75, p. 137-156, ago. 2012.

CARVALHO, João Alberto Magno de. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido. In: **Seminário de Migrações Internacionais e a Previdência Social**. Brasília, 2006.

CARVALHO, Paulo Roberto de Lima. **Nova Lei de Imigração: inovações, inconsistências e muitos desafios**. Brasília, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/pr/noticia/26209/Nova-Lei-de-Imigracao--inovacoes--inconsistencias-e-muitos-desafios/>>. Acesso em jul. 2019.

CAVALCANTI, Leonardo, *et al.* **Imigração e refúgio no Brasil: A inserção de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho**. Relatório anual 2019. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração, 2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em 08 set. 2019.

CENTRO DE INFORMAÇÃO PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS DO PARANÁ. **Relatório CEIM**. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, ago. 2019, p. 22.

COGO, Denise. Haitianos no Brasil – comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 25, p. 23-32, mar. 2014.

COUTINHO, Suzana Ramos; MARCELINO, Bernadete Alves de Medeiros. Migração, religião e políticas públicas: o caso dos haitianos. **Reflexão**, Campinas, n. 41, p. 225-233, dez. 2016.

DELFIM, Rodrigo Borges. **Decreto que regulamenta a Política Municipal para a População Imigrante é assinado em São Paulo**. Migra Mundo, 2016. Disponível em: <<https://migramundo.com/decreto-que-regulamenta-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante-e-assinado-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, Lisboa: Editorial Presença, 2 vols. 1977.

ENTREVISTADO 1. **Entrevista concedida a Marcus de Souza**. Curitiba, 03 jul. 2019.

ENTREVISTADO 2. **Entrevista concedida a Marcus de Souza**. Curitiba, 02 jul. 2019.

ENTREVISTADO 3. **Entrevista concedida a Marcus de Souza**. Curitiba, 02 jul. 2019.

EUROSTAT. **Estatísticas da migração e da população migrante**. Maio de 2019. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics/pt>. Acesso em: 01 out. 2019.

FERNANDES, Duval, *et al.* Fluxo da mão de obra da Europa para o Brasil, in BERNARTT, Maria de Lourdes, *et al.* Diáspora Haitiana: primeiros estudos sobre o impacto para o desenvolvimento urbano e regional nas regiões sul e norte do Brasil. **Cadernos Ceru**, v.26, n. 1, jun. 2016.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata. (Orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Rev. bras. estud. popul**, vol. 34, n. 1, p. 145-161, 2017.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de (Orgs). **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós, 2016, 424 p.

GODOY, Gabriel Gualano de. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: CL-A Cultural, 2011.

HANDERSON, Joseph. Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jun. 2015.

HANDERSON, Joseph. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 7-26, jan. 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2019**. Nova Iorque, p. 219-220, jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiro 2018**. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019, 131 p.

LUCIEN, Gustavo. **Entrevista concedida a Marcus de Souza**. Curitiba, 19 set. 2019.

MARTES, Ana. **Velho tema, novos desafios – gestão pública da imigração**. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 9-28, 2009.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

MASSEY, Douglas, et al. Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration. In: GUIBERNAU, Montserrat; REX, John. **The Ethnicity reader – nationalism, multiculturalism and migration**. Reino Unido, Polity Press, p. 257-269, 1997.

NOLASCO, Carlos. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. Coimbra: **Oficina do CES**. Centro de Estudos Sociais, n. 434, p. 1-29, 2016.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. In: REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum**, Brasília, v. 21, n. 40, p. 195-210, Junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852013000100012>. Acesso em 05 jan. 2016.

OLIVEIRA, Márcio Sergio Batista Silveira de. Haitianos no Paraná. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 27-46, jan. 2018.

OLIVEIRA, Márcio Sergio Batista Silveira de. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 73-100, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 abr. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Indicators of Immigrant Integration 2018**. Bruxelas. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9789264307216-en>>. Acesso em: 27 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e os membros de suas famílias**. 18 dez. 1990. Disponível em: <<https://goo.gl/rP9Td2>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões, revela ONU**. 14 jan. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Qual a diferença entre ‘refugiados’ e ‘migrantes’?**. 24 nov. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>>. Acesso em: 26 Abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migração**. Genebra, p. 40-43, Mar. 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **World migration report 2018**. Disponível em: <<https://www.iom.int/wmr/chapter-2>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **ONU admite culpa por surto de cólera no Haiti**. São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-admite-culpa-por-surto-de-colera-no-haiti,10000070427>>. Acesso em 03 jul. 2018.

PARK, Robert. Human Migration and the Marginal Man. **American Journal of Sociology**, v. 23 n. 6, p. 881-893, Mai. 1928.

PATRIOTA, Antonio. Haiti: desafios e oportunidades no pós-terremoto. **Boletim de economia e política internacional**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 69-75, 2010.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, **SOCIUS working papers**, nov. 2004, 36 p.

PETRAS, Elizabeth McLean. The global labor market in the modern world-economy, in M.M. Kritz *et al.* **Global Trends in Migration – Theory and Research on**

International Population Movements. Nova Iorque, Center for Migration Studies, p. 44-63, 1981.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014.** Disponível em: <www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em 13 fev. 2016.

PORTES, Alejandro. Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. **International Migration Review**, Vol. 31, n. 4, p. 799-825, 1997.

RAILTON, Ben. **DACA, o Ato de Imigração de 1924 e a Exclusão Americana.** Huffington Post. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.com/entry/daca-the-1924-immigration-act-and-american-exclusion_us_59b1650ee4b0bef3378cde32>. Acesso em 11 abr. 2018.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. The laws of migration. Journal of the Royal Statistical Society. **Series A (Statistics in Society)**, Londres, v. 52, n. 2, p. 241-305, Jun. 1889.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.149-163, 2004.

REIS, Rossana Rocha. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 33, n. 1, p. 47-69, 2011.

RODRIGUES, Viviane Moine; MARCHESE, Vinicius Francisco. Migração haitiana para o Brasil: problemática e perspectivas. **Acesso Livre**, n. 5, p. 106-124, jun. 2016.

SANTOS, Gislene. **Estado, redes sociais e fronteira: a migração do sul catarinense para os Estados Unidos.** Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, 260 p.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 176 p.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais.** XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, out. 2000, 19 p.

SAYAD, Abdelmalek. Qu'est-ce que l'intégration?. **Hommes & Migrations**, n. 1182, dez, p. 8-14, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p.

SAYAD, Abdelmalek. **La double absence, Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré.** Paris: Le Seuil, Coll Liber, 1999. 264 p.

SILVA, Nadia Teresinha Demoliner Lacerda da. **Migração internacional a trabalho: contribuições para a igualdade e ética nas políticas de migração a trabalho no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 99-117, abr. 2017.

SIMMEL, Georg. Digressions sur l'étranger. In: GRAFMEYER, Yves et JOSEPH, Isaac (Orgs.). L'Ecole de Chicago. **Naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Champ Urbain, p. 53-59, 1979.

SIMMEL, Georg. **Philosophie de l'argent**, Paris: PUF, 1999. 2ª ed.

SISMIGRA. **Relatório de atividades 2018**. Portal da Migração Laboral. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

SOUSA, Cátia; GONÇALVES, Gabriela. Imigrantes e sociedade de acolhimento: percepções e realidades: no caso de Portugal. **Psicologia & Sociedade**, vol. 27, n. 3, p. 548-557, 2015.

SPREAFICO, Andrea. O que quer dizer "integração" nas sociedades de imigração?. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 127-138, jun. 2009.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 131-143, 2013.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS-McLaughlin, Virginia (ed.). **Immigration Reconsidered**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **A criação da CLT**. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/70-anos-clt/historia>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983, 250 p.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, abr. 2010.

WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 188 p.

APÊNDICE 1 – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

Entrevista realizada pelo pesquisador em 19 de setembro de 2019

Identificação do entrevistado: JULIEN, Gustov.

P: Você poderia falar um pouco da sua trajetória aqui na Pastoral? Há quanto tempo você está aqui? Qual é sua função?

L: Na verdade aqui em Curitiba é a segunda vez que eu vim trabalhar aqui. Eu tinha trabalhado aqui de 2008 a 2014, depois saí para outros lugares e regressei há um ano aqui. A minha caminhada aqui sempre tem sido na área da imigração. Primeiramente eu fui nomeado pela minha própria congregação como coordenador ou diretor, como quiser, do Centro de Acolhida aos Imigrantes, o CAMI como é a sigla. Aí também tenho a nomeação dos bispos de Curitiba para atuar dentro da arquidiocese fazendo esse trabalho de coordenação das atividades migratórias em nome da igreja como um todo. Para mim, tem sido muito bom apesar das dificuldades, mas é uma possibilidade também para eu mergulhar no universo cultural que tem sua diversidade de acordo com os povos, então, é muito bom para mim.

P: E desde que você chegou aqui, quais foram as principais dificuldades que você teve? Em que você tenha falado: é difícil trabalhar desse jeito pois falta isso ou aquilo.

L: Quanto igreja, a igreja faz de tudo para facilitar esse trabalho, mas não depende só dela, depende também de governo, das políticas públicas. É verdade que você, por exemplo, pensando na situação dos próprios migrantes, aqui temos duas outras salas em que estudam português, que é um dos primeiros problemas que eles encontram ao chegar, principalmente aqueles que vem de países que não falam português, mas se você ver o número de migrantes que tem na cidade, duas ou três salinhas aí não dão conta, quase não representa nada, apenas um sinal. Embora que hoje, graças a Deus, tenha também outras instituições que começam a acordar diante dessa situação facilita um pouquinho mas não muita coisa, e também pensando em dificuldade, as dificuldades dos migrantes acabam tendo um reflexo sobre a gente porque se você não consegue resolver a situação do outro, e o outro vem ao teu encontro, por exemplo, tem muitos aí que não trabalham, tem muitos aí

que não tem condição de pagar o aluguel, tem muitos aí que não vão para a escola, tem muitos aí às vezes, mesmo sendo doentes, não tem acesso à saúde e às vezes por questão possibilidade financeira. Tem o sistema SUS, mas você sabe como que funciona. Melhor do que nada, mas também as coisas andam com lentidão

P: E às vezes não adianta, né?

L: Às vezes não adianta. Isso são coisas que mexem com a nossa realidade e o nosso objetivo, sendo que as coisas não dependem só da gente. Por exemplo, Curitiba é uma das cidades que não tem uma casa de passagem, de acolhida voltada para esse público. Se alguém chegar aqui e dizer que não tem onde ficar é duro você dizer para a pessoa que você não tem, e você não tem, mas, sabendo que ela vai ficar na rua ou vai ter que procurar outras saídas, são desafios, são dificuldades. Uma vez que para os migrantes são problemas acaba sendo uma dificuldade para você.

P: Quais são os principais problemas que eles trazem? Eles chegam com quais dificuldades?

L: Para quem está chegando, praticamente está precisando de tudo. O idioma é óbvio para quem veio de um país que não fala português, mas todas essas questões que acabamos de falar também fazem parte. A pessoa vem em busca de melhores condições, mas às vezes as coisas acontecem com uma demora tamanha.

Normalmente as principais necessidades são: moradia, educação, saúde, trabalho, documentos. Hoje para muitos, pelo menos pelos públicos que a gente atende, no caso dos migrantes, tem uma pequena facilidade para resolver os documentos, no caso dos haitianos ainda na base de um visto humanitário facilita, inclusive aqueles que são do Mercosul facilita também pois tem portarias migratórias que ajudam para resolver isso, mas às vezes também têm migrantes que chegam e que não tem nenhum tipo de acordo com Brasil e dificulta cada vez mais para resolver as questões burocráticas, documentações. Então, essas portarias dão uma pequena melhoria, porque antes só se fazia na base do casamento e de filhos, mas tendo essas possibilidades já ajuda bastante.

P: Dos migrantes haitianos que vem para cá? Hoje eles precisam ir até Brasília? Como se dá esse processo para conseguir o visto de moradia e trabalho?

L: Normalmente, tem certos documentos a Polícia Federal pede aos imigrantes, e esses documentos tem que vir de suas respectivas embaixadas, ou Brasília, ou São Paulo. No caso dos haitianos, é Brasília mesmo. Renovação de passaporte, certidão

consular, certidão de solteiro para quem quer casar aqui. Mas como a embaixada nos credencia, pelo menos para receber os documentos, aqui recebemos esses documentos e encaminhamos para Brasília, e a embaixada sempre vai cobrar o valor dela, e ela tem que cobrar, mas para encaminhar os documentos para lá, por conta da nossa missão aqui, ela cobra para mandar os documentos de volta e cobra a taxa do documento.

P: Eu imagino que essa cobrança seja necessária porque embaixada precisa se sustentar, mas você acha que essa cobrança é um valor [...] ele parece um valor alto, não é?

L: É um valor alto sim, porque para renovar um passaporte no Haiti não precisa de tanto dinheiro assim.

P: Por que será que é mais caro, não é?

L: Comparando com a taxa que a embaixada anda cobrando aqui, eu vejo que é muito mais caro. Duas, três vezes mais caro.

P: Tomara que eu esteja errado, mas parece que a ideia é dificultar mesmo.

L: Normalmente as embaixadas não levam em consideração esse lado afetivo, sentimental, patriótico. O que a gente tem notado é a gana que interessa.

P: Como é que o pessoal encontra a Pastoral do Migrante? São as redes? Quem indica para ele?

L: Também tem as redes, e os primeiros que chegaram e que foram atendidos também sabem dos serviços e, infelizmente, temos o lado negativo que é a atuação dos coíotes. Porque tem imigrantes que chegaram a me falar que desde os seus países de origem, principalmente no caso dos haitianos, já tinham coíotes que sabiam da presença e do trabalho da pastoral aqui em Curitiba ou em outras cidades. Como são coíotes, cobram um valor x da pessoa dizendo que ao chegar no país, vá até tal cidade, tal endereço que já vai ter tudo para você. Então, tem essa rede de máfia, de criminosos que fazem essa situação acontecer. Nesses casos só quando as pessoas chegarem no lugar é que vão se dar conta que tinham sido enganadas.

Além dessas indicações por pessoas que nos conhecem, outras instituições também, a própria Polícia Federal. Se alguém chegar na Polícia Federal precisando de algum documento, a própria polícia vai dizer que aqui está o endereço da pastoral, o pessoal dali vai te ajudar.

P: Qual é a função principal da pastoral? O que ela faz de maneira principal? Que eu possa falar: vá na Pastoral que ela vai te ajudar.

L: Tem várias coisas, várias funções. Parte da Pastoral é feita aqui mesmo, por exemplo: cadastro de migrantes recém-chegados, orientação para documentação, certidão consular de solteiro, passaporte, orientação para traduções de documentos, tradução juramentada, agendamento na Polícia Federal, impressão de guias de recolhimento de taxas para Polícia Federal, mediação com embaixadas que existem aqui no Brasil, serviço de busca de emprego, assistência gratuita na área de direito, assessoria jurídica e serviço de comunicação, apoio para saúde, saúde física, espiritual e mental, aulas de português, um pouco, não muito e quando for possível, ajudar com certas taxas, a pessoa que não tem como pagar na polícia tem aquela carta de hipossuficiência que é feita aqui, visitas às famílias, a parte religiosa nos interessa também quanto pastoral. Não significa chamar as pessoas para serem católicas, não. Mas é celebrar a vida, celebrar a fé com elas, aquelas que são católicas a gente reza aqui, temos uma missa mensal na língua deles, mas também aqueles que não são estamos próximos, procuramos suas igrejas, enfim. Todo nosso trabalho vai nessa direção.

P: É muita coisa. E de tudo isso, o que a Pastoral tem mais dificuldade para fazer?

L: Realmente a maioria das pessoas que vem, vem em busca de emprego.

P: E aí vocês têm que indicar? Fazer parcerias com empresas?

L: Muitas empresas hoje nos conhecem, a verdade é que procuram pouco comparando com o início quando sete ou oito anos atrás, quando eu estava aqui a primeira vez, não parava de tocar o telefone daqui porque empresas e empresários estavam procurando mão de obra. Então, a cada hora, duas horas, aqui tinha uma empresários fazendo entrevista com os migrantes. Isso diminuiu muito, mas de vez em quando alguns vem por aqui para procurar um ou outro.

L: Como a situação não está fácil, não só no Brasil, mas principalmente no Brasil nos últimos anos, eu ouvi alguns relatos de, principalmente, haitianos que vieram para cá e hoje já não estão mais aqui, foram buscar um outro lugar.

L: Sim, sim. Tem uma migração que ainda continua...

P: Que ainda não está definida.

L: Não está. Tem gente daqui para o Chile, do Chile para cá, daqui para os Estados Unidos, então ainda tem muitas pessoas procurando uma estabilidade.

P: E o Estado, o governo do Paraná ou o governo federal, eles têm alguma relação com a Pastoral ou nada?

L: Nós já tivemos conversa, mas não tem nenhum investimento do governo. Na conversa que tivemos, ele demonstra interesse em saber como está a situação dos migrantes, nós também apresentamos as mesmas situações de sempre, as dificuldades. Inclusive, você deve saber da existência do Conselho Estadual das Migrações, o CERMA?

P: Exato.

L: É um conselho composto entre representantes do governo e da sociedade civil, e hoje mesmo temos um encontro com eles. Então, tem coisas que são debatidas, mas as soluções são bem lentas mesmo.

P: Se dependesse de você, e se você pudesse resolver tudo, como faria isso? O que você acha que é mais precário hoje? O que você acredita que tem que ser prioridade?

L: Como nós estamos dizendo, o objetivo do migrante é alcançar um nível de vida melhor do que ela tinha antes, e essa melhoria de vida passa obviamente por um bom emprego, que a pessoa tenha condição de ter um bom trabalho que daria para a pessoa uma condição de tranquilamente pagar suas contas, comer, economizar alguma coisa, ter sua própria casa, tudo isso. Então se eu tivesse poder, se dependesse de mim para resolver certas coisas, as primeiras coisas que eu tentaria resolver seriam essas, o que é urgente para as pessoas.

P: Eu imagino. Sem emprego não tem o que fazer.

L: Uma coisa interessante, Marcus. Às vezes a sociedade enxerga de maneira negativa. O migrante não vem só para trabalhar, porque como se trata de uma pessoa que está a caminho, certeza que carrega consigo muitos valores, coisas boas, e sendo ela bem acolhida, pode se tornar protagonista do desenvolvimento do próprio país de destino. E o Brasil tem esse privilégio que é para poucos, de ter essa diversidade cultural, cada estado, cada região é o retrato disso. Aqui mesmo onde a gente está, se você conversasse com o pessoal da comunidade, os mais anciãos vão dizer que para você que há cinquenta, sessenta, setenta anos atrás aqui não era nada, mas só que hoje já temos a segunda ou terceira geração italiana que de alguma maneira transformaram a cara de Santa Felicidade. Então, a possibilidade de quando tem espaço para a pessoa se integrar acaba sendo um elemento positivo dentro da nova comunidade também.

P: É. Eu torço todos os dias para que a economia dê uma melhorada, para que a gente volte a ter boas vagas de emprego. Melhora a vida de todo mundo.

L: Sim, sim.

P: Não é só de quem precisa (do emprego).

L: Faz bem para todos. Isso é bom para todos.

P: Então é isso, Padre. Quero te agradecer. Eu espero que esse meu trabalho ajude de alguma forma, até porque é o que eu mais espero. A gente dedica tanto tempo da nossa vida para isso, e a gente quer ver resultado.

L: Ok. Sem problemas. Estamos à disposição.

Entrevista realizada pelo pesquisador em 25 de setembro de 2019

Identificação do entrevistado: BATISTA, Ana Bela.

P: Qual é a sua função aqui? E o que o CEIM propõe? O que ele faz? Por exemplo, eu sei que se trata de uma questão de atendimento de todos esses imigrantes, mas de uma maneira mais formal.

B: Eu sou a coordenadora, estamos aqui no CEIM desde janeiro desse ano. Nove meses. Peguei o CEIM aqui, e que ele foi criado em 4 de outubro de 2016, e quando eu comecei em janeiro ele estava com 4.700 atendimentos em nove meses completados agora no mês de setembro já com 11.300 atendimentos. Então, nós, de janeiro até agora: 4.800 atendimentos.

Que foi feito em dois anos e meio a gente já está fazendo em nove meses.

Isso não é mérito, não é que a gente seja mais capaz do que a equipe anterior, eu acho que aumentou a procura do centro. Talvez a forma que nós ampliamos a forma de atendimento. Então, eles buscam no CEIM todas as suas necessidades, eles vêm aqui procurar essa ajuda. Não é só vir e regularizar documentação para ir à Polícia Federal. Qualquer problema que eles têm, eles procuram, acham que aqui é o apoio e a gente procura atender da melhor forma possível. Não deixar eles irem embora de ser uma resposta, e a gente procura sempre ajudar. E isso vai nas redes sociais deles, e aí todo mundo vêm nos procurar, por qualquer razão. Deixou de ser um centro de informação para ser um centro de referência. Então, isso fez com que o número aumentasse bem. Em agosto nós fizemos 806 atendimentos.

É uma procura muito grande. Então, eu acho que essa procura é diversa, de todos os assuntos, de todos os temas, desde saúde, escola, regularização documental, reconhecimento de documentos escolares, universitários, tudo tem aqui.

P: Me parece que talvez o atendimento de vocês, lógico que tem a questão da procura, mas ele é mais acolhedor então?

B: Sim. Bem mais acolhedor. A meta nossa aqui é acolher mesmo, de forma humanizada e com maior respeito e muitos deles vêm aqui agradecer, e o que eles falam do atendimento da gente aqui.

P: Eu percebi muito que é isso que falta. Não tratar ele como mais um número, como mais um papel, mas como ser humano.

E eles falam pra vocês como eles descobriram o CEIM? É indicação? De onde vem isso?

B: Muitos chegam e falam: meu primo, meu amigo, me indicou. Eles já vêm com essa indicação, porque a gente não tem essa divulgação. Não temos nada para divulgar o material, e é por indicação. Inclusive, essa semana eu atendi um que está vindo de Manaus, já estava há um ano em Manaus e estava só com a solicitação de refúgio, e eu perguntei porque é que ele veio para cá. Ele falou: em primeiro lugar, Manaus não tem nada, os estados do Norte não têm nenhum local que atenda, que nos ajude, nos dê uma orientação. Ele não sabe onde se pode fazer um documento, não sabe para onde se dirigir, é zero informação. Ele falou: a gente não consegue tirar documentos, não consegue pedir uma autorização de residência porque não tem aonde. Nós não sabemos por onde começar. Nem que relação de documentos a gente precisa. E eu disse: não tenho informação. Então, ele está vindo pra cá porque nós sabemos que aqui tinha. Eles lá em Manaus que aqui tem esse Centro Estadual de Informação que ajuda em tudo o que eles precisarem. E eles estão vindo. Já vem para cá procurando aqui, o Centro.

P: Sim. Eu lembro que nos documentos que você passou, dos dados, tinham as maiores demandas deles, o que eles mais procuram. Dessas demandas, veja se os dados que eu levantei até agora conferem com o que acontece aqui.

B: As demandas de agosto, tem tudo aqui. Tem vaga de trabalho, regulamentação documental, orientação jurídica, e essa orientação jurídica é a justiça gratuita que a gente encaminha para a Defensoria Pública do Estado, para as faculdades que tem os núcleos de advogados que ajudam os imigrantes, que a Positivo, a Unicuritiba, a Federal. Então, a gente encaminha, não é a orientação jurídica mesmo, é

encaminhamento para a justiça gratuita. Aulas de português, atendimento psicossocial, cadastro único, atendimento de saúde, visto de reunião familiar, que isso aqui a gente conta muito com a ajuda da ONU, da OIM. Defensoria pública da União, OIM, Rede de Educação, certidão consular, na tradução juramentada que eles vêm pegar aqui, delegacia e boletim de ocorrência, Detran, Conare, programa Mais Médicos, naturalização, Carteira de Trabalho, renovação da Carteira de Trabalho, visto religioso, cursos gratuitos, vistos de estudante, primeiro RG de filhos de imigrante, armazém da família. Então, você vê todas as necessidades que eles têm, eles vêm buscar aqui. Todas possíveis. A gente mudou um pouco nosso cadastro em agosto e aparecem todos esses assuntos que eles vêm buscar.

P: Deixa eu ver uma coisa. É, os haitianos estão atrás dos venezuelanos. Então eles continuam com uma demanda grande.

B: Sim. Continuam com uma demanda grande.

P: Aqui é um órgão subordinado ao governo do Estado, é isso?

B: Sim. O CEIM, esse aqui, é o único no Brasil. O único órgão estadual que tem no Brasil, que dá suporte para quem precisa.

P: Isso que eu ia te perguntar, pois o rapaz falou que não tinha lá em Manaus, não é?

B: Não. É o único que tem no Brasil.

P: O CEIM faz alguma parceria com ONGs, alguma coisa?

B: Nada, nada, nada. Não temos parceria com ninguém.

P: Eu vi que o trabalho que vocês fazem é bem parecido com o trabalho da Pastoral do Migrante. Só que aqui vocês parecem atender um número maior.

B: É que a Pastoral é mais concentrada na imigração haitiana.

P: Isso. É por causa do Padre Gustov.

B: E também, como padre, ele tem uma autorização mais aberta com o Consulado do Haiti, e é o único que consegue pedir as certidões consulares para o Haiti. Nós não podemos pedir. Então, é feito por lá. Mesmo eles vindo aqui, a gente encaminha para a Pastoral do Imigrante, e por isso que eles vão muito lá, e também a Pastoral do Imigrante, como é uma pastoral deles, eles distribuem cesta básica, e aí eles já vão lá, muitos deles cadastrados, para receber essa cesta básica lá da Pastoral.

P: Aqui é um trabalho, lógico, até pela limitação, de puro e simples encaminhamento?

B: De encaminhamento.

P: Certo. E qualquer situação financeira aqui não tem como dar o suporte?

B: Nada. Inclusive, nós tivemos dois casos gravíssimos sexta e ontem. Na sexta morreu um venezuelano de 21 anos. Teve um AVC. Já estava aqui quase um ano trabalhando registrado, e tivemos que trazer a mãe dele, aí a OMI entrevistou e trouxe. Ela chegou ontem à tarde para ver o corpo do filho que estava ainda no necrotério para poder fazer ontem à tarde a cremação. Aí a OIM interferiu e conseguiu trazê-la em um voo para ela chegar aqui ontem.

Quando foi ontem, morreu antes de ontem, domingo à noite para segunda [...] o venezuelano estava aqui e a mulher estava lá para vir pra cá, mas como ela estava grávida e tinha um bebê muito novinho, aí morre a mulher dele. Aí o rapaz estava para ir para lá. A OIM não tem como ajudar daqui para lá. E aí está esse caso encaminhado para a Casa da Acolhida e do Regresso para ver se ele consegue passagem, mas mesmo assim vai conseguir chegar lá, mas vai demorar. Porque ele vai chegando de rodoviária em rodoviária, pedindo, e aí ele vai demorar mais uma semana, talvez mais.

P: Você falou dessa Casa da Acolhida, como é?

B: A Casa da Acolhida e do Regresso. É na rodoviária. Se você for lá, consegue bastante dados. É a Casa da Acolhida e do Regresso, fica na rodovia.

P: Bom saber. Qual é o seu olhar, não necessariamente como funcionária, sobre o que daria para melhorar? O que que você vê e fala: a gente não consegue ajudar, mas poderia?

B: Uma casa de acolhida aqui em Curitiba. Tem muita gente em situação de rua. Cansa de chegar aqui, principalmente rapazes. Eles se aventuram mais. As famílias procuram vir com mais segurança, tentando alugar algum lugar para ficar, e os rapazes vêm e chegam aqui, não conseguem trabalho e acabam em situação de rua, durante um bom tempo. Nós temos dois aí que estão se batendo, e essa semana passada eles não vieram, e o termômetro que eu tenho é quando eles somem daqui é porque já estão colocados. Quando eles não estão, praticamente vêm aqui diariamente em busca de vagas de trabalho. E quando eles não vêm eu fico feliz, porque significa que já estão trabalhando e que os problemas deles não tem, e quando tem algum eles vêm aqui.

P: O ideal é não aparecer, não é?

B: É. O ideal é não aparecer. Tem uns que somem, e eu lembro, a gente conversa muito com eles, faz uma relação até de amizade, e quando some aí você vai [...] graças à Deus está tudo bem. Então eles ficam, vêm diariamente.

P: Essa casa de acolhida deveria ser uma casa de acolhida específica para os imigrantes?

B: Para os imigrantes. Ia ser tipo uma casa de passagem, em que ele fica um determinado período até ele arrumar um emprego e começar a trabalhar. Isso falta demais aqui em Curitiba, a gente vê pela rua aí muita gente em situação de rua, principalmente rapazes. E é um perigo, porque você sabe que a situação de rua acaba levando-os a procurar sobrevivência de qualquer forma.

P: Sim. Isso pode aumentar uma série de problemas sociais.

B: Nós temos um imigrante, ele é congolês, não, ele é de Gana. E ele ficou em situação irregular desde janeiro e passou um mês, dois, três e não conseguia e aí com três meses ele tinha uma condição bem vulnerável, sujo porque está na rua, e estando na rua não consegue renovar a documentação porque tem que ter um endereço, não renovando ele fica irregular e irregular não consegue trabalho e uma coisa vai gerando outra.

E ele já veio aqui um dia bem alterado, dá para perceber que ele está usando droga, pelo jeito dele a gente percebeu que ele estava, ele está em uma situação bem difícil. O nome dele é Prince (Devo ocultar?), e ele sumiu um tempão e eu aqui fiquei super preocupada porque eu sei que não é trabalho e que ele estava na rua. Fiquei preocupada de doença, de ter alguma coisa que aconteceu, não apareceu mais aqui. Quando foi semana passada ele apareceu e eu fiquei superfeliz. Disse que fiquei tão preocupada e ele falou assim: eu tenho vergonha de vir aqui.

E aí, é assim. Então tem casos que chega aqui e mexe muito com o emocional da gente, todo dia é uma tragédia, uma história, é complicado.

P: Tem que ter força. E é mais ou menos nessa linha que eu te pergunto: a gente tem um limite, a gente não consegue ajudar até onde gostaríamos, não é?

B: A gente tenta. Qual é o nosso apoio quando vemos uma situação dessa? Nós ligamos em todas as igrejas que existem, que a gente encontra, que tem na lista, de qualquer religião, para nos ajudar nesse acolhimento. Em alguns casos tivemos sucesso de encontrar pessoas que acolhiam, tanto haitianos como venezuelanos, cubanos também. Já conseguimos esse acolhimento temporário, mas alguns a gente não consegue, que é o caso do Prince, onde nós não conseguimos. É o caso

de mais dois venezuelanos que estão também na rua, que a gente não conseguiu, mas a maioria a gente tem conseguido.

P: O que eu tenho enxergado do problema e que não adianta de absolutamente nada fazer toda uma diplomacia para facilitar a entrada, se vai entrar e não vai ter suporte.

B: Eu sempre digo assim: você convida alguém para ir à sua casa, aí você abre a porta e pessoa fica em pé, e você não convida para sentar, não oferece uma água, entendeu? É mais ou menos isso.

Apesar, que o que eles comentam em relação a outros países, é que a gente ainda tem uma acolhida muito mais humanitária. Porque eles têm a dificuldade, um mês, dois meses, a maioria, mas esse é o período máximo e já vão se colocando, tendo trabalho, não é cem por cento, mas a maioria já chega e já se coloca, e já tem a assistência à saúde, já tem todos os direitos garantidos como nós brasileiros com exceção de votar. Mas eles acham isso maravilhoso, porque eles chegam e tem acesso à saúde, a tudo, é Bolsa Família, é uma série de benefícios que eles recebem. Eu acho que a acolhida [...] só falta mesmo essa casa de passagem para esses que chegam numa situação dessa forma.

P: Muito bem. A função do meu trabalho, que já comentei para você, é tentar fortificar essa ideia de proposta de solução. Essa conversa que eu tenho com vocês tem me ajudado muito. Se eu começar a pensar o que eu posso fazer para ajudar, não só eu como pessoa, entende? Porque eu não vou solucionar o problema se acolher alguém, eu preciso fazer com que o Estado tome essa atitude. E com a ajuda de vocês eu espero conseguir.

Tem um primeiro passo: um centro de acolhida deveria ser comum em todas as grandes cidades.

B: Acho que São Paulo tem, inclusive está nessa novela que está passando, ali fala muito sobre imigração, até os haitianos.

P: É mesmo? É aquela do horário das seis?

Ana Bela Batista

B: É, é nesse horário. Fala todo esse problema do imigrante, o que eles passam quando chegam.

P: Eu não consigo acompanhar. Mas é basicamente isso. Eu quero agradecer pela sua fala, sempre que venho conversar com você, já é a segunda vez, você sempre

me contou muita coisa significativa. Espero que o trabalho que eu faça de alguma forma possa ajudar vocês também.

Entrevista realizada pelo pesquisador em 03 de julho de 2019

Identificação do entrevistado: ENTREVISTADO 1.

P: Faz tempo que você está morando aqui?

E1: Dois anos e meio.

P: Dois anos e meio? E me diga uma coisa. Por que você escolheu o Brasil?

E1: Eu não vou dizer que a escolha foi minha. Eu acho o seguinte: eu tenho o meu cunhado aqui, na hora de falar com ele, ele falou comigo de uma possibilidade para que eu possa estudar.

E ele sabe bem que eu sou fã do estudo mesmo. Então eu não queria tipo [...] eu não tive um interesse muito grande, mas existem muitas leis, então eu decidi de fazer um pedido de visto que tem lá na embaixada do Haiti aqui no Brasil, que é um visto humanitário, eu acho.

P: Exato.

E1: Eu fiz, então tudo deu certo. Então eu cheguei aqui. O motivo é mais para estudar. Eu acredito que o estudo, mesmo, pode melhorar muitas coisas, e também lá, quando você faz um estudo fora, lá de volta são outras coisas.

P: Eles reconhecem melhor?

E1: É. Outras coisas. Tipo, eu acho que o motivo é o seguinte mesmo. Depois vem as coisas, depende do que vai acontecer. Se vou ficar ou não, mas eu acho que vou voltar.

P: Entendi. Então, se terminar a faculdade, você pretende voltar?

E1: É. A ideia é voltar. Mas sei lá, ainda não sei o que poderia acontecer.

P: Sim. Às vezes você arranja um emprego bom aqui.

E1: É.

P: Vamos ver. Tomara que sim. E a sua família mora lá ainda?

E1: Uhum.

P: De qual cidade você é?

E1: Porto Príncipe.

P: E para vir para cá, você veio de avião?

E1: De avião. Eu fiz uma viagem de três aviões. Um de Porto Príncipe até Curaçao, Curaçao até Manaus, Manaus até aqui.

P: Ok. E essa passagem não é muito barata, né?

E1: Não, não é.

P: Eu imagino. E me diga uma coisa: você está dois anos e meio aqui, é isso que você tinha me falado?

E1: É.

P: Você sente saudade da família?

E1: Saudade de tudo, saudade de tudo! Faltam as coisas. Eu, principalmente, não consegui me inserir mesmo naquela comunidade. Cada um é cada um, mas, de modo geral, eu acho que nossa comunidade, a comunidade haitiana não se integra muito, falta bastante.

P: É isso que eu ia te perguntar. Então você tem uma certa dificuldade para se sentir integrado aqui?

E1: É. Isso é muito forte aqui. A gente precisa disso, a gente precisa fazer parte, mesmo, da sociedade. A gente já está aí, a quantidade de haitianos que já estão aqui, a gente precisa mesmo se integrar.

P: Entendo. Então, como já tem muitos haitianos aqui, seria mais do que necessário que vocês já estivessem integrados, é isso?

E1: É isso. Mas eu acho que o problema é um preconceito [...] tem gente que já faz uma ideia sobre você e nem sabe quem é você. Você é haitiano, você não tem nada de bom para trazer. Então é errado.

P: Isso é uma coisa que me incomoda muito, é por isso que eu resolvi estudar as migrações lá há seis anos atrás, e aí eu percebi que aqui em Curitiba tinha muito mais haitianos. Não sei se você teve esse contato com outros haitianos que vieram para cá, não conseguiram nada, e depois foram embora, foram para outro lugar?

E1: É, isso aconteceu muito [...] conheço bastante haitianos que estavam morando aí, mas foram embora, por causa disso, por não conseguir trabalho, não conseguir ter amizades, tudo isso. Os haitianos que ficaram aqui, ficaram mais pelo motivo de estudar. Porque eu acho que aqui em Curitiba o estudo é um pouquinho mais fácil do que em outras cidades.

P: Como você descobriu a universidade federal?

E1: Como eu já tinha falado com você, eu tenho meu cunhado que já fala tudo, sobre as possibilidades, as políticas migratórias, e isso facilita minha orientação.

P: Você já conheceu alguma outra cidade do Brasil ou morou só aqui?

E1: Só aqui. Só visitar, mas não ficar.

P: Você está morando em qual bairro?

E1: Aqui mesmo no centro.

P: Então você vai ao centro politécnico, pois você tem aula lá...

E1: Sim.

P: E pega o ônibus?

E1: Sim.

P: Você falou que tem dificuldade, não só você, mas qualquer haitiano, de se integrar. Mas quando você tem sua folga, um momento de lazer no final de semana, o que você costuma fazer? Você se encontra com outros haitianos?

E1: Resumindo o que eu quero dizer, eu vou falar para mim e também de modo geral. De modo geral, a gente não faz nada. Por que? Porque aqui mesmo, para se divertir, para nós, parece uma coisa impossível. Às vezes a gente tenta fazer uma coisa lá em casa e tipo na hora já batem na porta, portanto, lá na vizinha pode fazer barulho como se nada fosse. Então, na hora de fazer um passeio na rua também, principalmente à noite, as pessoas já estavam com medo de você. Exemplo: um dia eu estava andando na rua e a pessoa estava bem tranquila, e na hora que ela deu uma olhada para trás, ela viu que eu sou um negro e já começava a arrumar as coisas, a bolsa, telefone. Como se eu fosse um ladrão.

P: Se trata de um ato de racismo, não é? Ela nem sabe que você é haitiano.

E1: É, nem sabe.

P: Então você acaba não tendo muita opção porque [...]

E1: Às vezes você tem que [inaudível] algumas coisas. Você é estrangeiro, haitiano, negro, e com qualquer coisa você pode sofrer bastante. Sem precisar, tipo prova. Então, tem que cuidar.

P: Você diria que tem amigos brasileiros ou não?

E1: Não. Amigos não. Eu falo com alguns, mas amigo? Acho que não. Porque a palavra amigo é forte. Precisa ter campo, interação. Não tenho.

Pessoalmente, eu sou um cara bem complicado mesmo. Porque eu sempre ando questionando as coisas. Isso faz com que eu sempre tenha dúvida, e por isso, também, eu tomo muito cuidado porque eu não quero ter problemas com ninguém. Eu já sei como funcionam as coisas aqui. Às vezes eu fico longe das pessoas, mas não é meu objetivo.

P: Em que dia você está no centro politécnico? Você tem aula em quais dias?

E1: Todo dia. Eu sempre pego todas as matérias.

P: O que você acha que o governo poderia te dar? O que o governo poderia fazer por você e que não faz? Ou que prometeram e não fizeram? Alguém te dá algum suporte?

E1: Eu não sei. Eu não sei porque eu não tenho informações sobre a política, mas para mim o governo não deve para a gente, para mim. O que eu preciso, a gente precisa, é integração. Social, cultural, é isso que a gente precisa. A gente não precisa receber ajuda, dinheiro, a gente precisa fazer parte da sociedade, fazer parte como indivíduo.

P: Como você acha que dá para fazer isso? Que ideia você tem?

E1: A sociedade precisa entender que a gente é gente também, gente que tem cultura, que tem conhecimento, que tem uma língua, que tem um pacote de coisas, coisas ruins também, que pode acrescentar à diversidade daqui. A gente pode fazer coisas maravilhosas, como a gente faz lá no Canadá, Estados Unidos, França. A gente tem uma comunidade lá bem forte, a gente tem uma participação grande nas coisas. Aqui é uma luta muito difícil, que vai levar tempo porque a cabeça das pessoas tem uma formatação. Para conseguir arrumar o mundo precisa de tempo. A faculdade, principalmente a universidade federal, faz muito trabalho nesse sentido, agora falta a população, falta a sociedade tomar consciência para facilitar essa integração.

P: Um problema que a gente tem é que, ao contrário do Canadá, da França ou dos Estados Unidos, não recebemos muitos imigrantes. Temos uma quantidade muito pequena de imigrantes em nossa população, e não sabemos lidar com isso. E é isso que estou tentando mudar, e igual você mesmo falou: “vai levar tempo”, mas quanto menos tempo, melhor. Alguém precisa fazer alguma coisa.

E1: É. Alguém precisa. Eu vou tentar trazer a minha contribuição. Eu acho que é bom vocês fazerem trabalhos sobre a gente, mas a gente deveria ter voz, a gente agora precisa falar mesmo. Porque você tenta explicar o que a gente sente, mas você não sabe o que a gente sente. Quando você fala e quando eu falo, são duas coisas diferentes. O que eu falo é o que eu realmente senti, o que eu realmente vivi, e o que você fala é o que eu vivi. Então eu acho que seria melhor a gente mesmo colocar voz.

P: É dando acesso à universidade que eu acho que a coisa começa, não é?

E1: É.

P: Você já tem ideia do que vai fazer em seu trabalho de conclusão de curso?

E1: Ainda não. Mas vai ser um trabalho sobre identidade haitiana, cultura haitiana e migração. Eu quero trazer isso de um jeito que as pessoas saibam que a gente tem identidade, e essa identidade faz parte de nossa cultura, e nossa cultura é diferente da sua, mas a diferença não quer dizer que a gente não pode viver junto. É a diferença que faz cada cultura ter seu valor. Se não fosse isso, todo mundo seria igual.

P: Seria chato demais.

E1: É. Eu tenho coisas que quero aprender com você, e você também tem. É isso que faz a vontade de conhecer as pessoas, a vontade de viajar. Não é só conhecer a Europa, o europeu. Não.

Tem um colega meu na faculdade que disse que não entendeu o que eu vim fazer aqui. Tem um cara que saiu do Canadá para fazer intercâmbio aqui, e ele disse que é como se o cara fosse um rei. Todo mundo é o cara, ele é canadense. Ele falou que nunca viu tanta gente com você assim (fazendo referência às pessoas que se aproximaram do canadense).

P: À princípio é isso. Obrigado. Por mais que tenhamos conversado pouco, você me ajudou bastante.

E1: De nada.

Entrevista realizada pelo pesquisador em 02 de julho de 2019

Identificação do entrevistado: ENTREVISTADO 2.

P: Bom dia. Tudo bem?

Estive na última quarta-feira nas aulas de português com a professora Márcia. Fizemos uma pesquisa e você me passou seu número. Poderia conversar com você um pouco? Aqui pelo whats mesmo!

E2: Bom dia. Eu lembro de você. Não tem problema para conversar comigo.

P: Obrigado! Vou fazer algumas perguntas e gostaria que você me respondesse. Pode ser? O objetivo é que você me explique com calma o que anda acontecendo.

E2: Você pode começar, por favor.

P: Beleza! Poderia me contar como é a sua rotina durante o dia?

Um exemplo: eu acordo cedo todos os dias e pego o ônibus para ir trabalhar no centro. Pego apenas um ônibus que geralmente está cheio. Trabalho o dia todo e, ao final do dia, quando sobra tempo, mais uma vez pego o ônibus e vou para a academia que fica no bairro Ahú. De lá, sigo andando até minha casa que fica no mesmo bairro.

E2: Eu levanto nove horas, tomo um banho, eu como e eu [inaudível] com uma bicicleta para pedalar e ir ao trabalho. Depois que eu caminho de depósito de meus [inaudível] volto para minha casa para ler um pouco. Vou para o curso de português depois. Eu venho e tomo um banho e eu leio o que nós lemos na sala, depois eu assisto os filmes em português, após [inaudível] eu vou dormir [inaudível].

P: Beleza. E em qual desses lugares você gosta mais de estar? Onde se sente mais à vontade?

E2: Onde eu estou agora, na casa do meu irmão, em Guaíra.

P: E aqui no Brasil você tem amigos brasileiros?

E2: Não tenho

P: Muita gente me diz que é difícil fazer amizades com brasileiros.

E2: Não sei, sou novo aqui.

P: Está há quanto tempo aqui no Brasil?

E2: 4 meses

P: Tomara que consiga ficar bem aqui no Brasil! Espero conseguir te ajudar com essa pesquisa.

Mesmo estando pouco tempo aqui, já sofreu algum preconceito? Alguém não te ajudou ou te tratou mal por ser estrangeiro?

E2: Sim uma vez. Mas eu não sei, mas estou sempre distante, mesmo para minha família.

P: Poderia me contar o motivo?

E2: Enquanto eu estava em um mercado na fila para pagar e assisti de longe. Ele estava me dizendo coisas que eu não entendo, pois eu estava há apenas 2 meses aqui.

P: Sente muita saudade da sua família?

E2: Sim. Mas me sinto mal porque eu não estou trabalhando.

P: Por que você acha que não conseguiu emprego? Não te dão chance?

E2: Não sei porquê.

P: Você gostaria de trabalhar em qual função?

E2: Qualquer coisa, mas eu preciso de tempo para a universidade no próximo ano.

P: Pretende fazer qual curso na universidade?

E2: Engenheiro industrial, mas eu preciso fazer um curso técnico para pagar minha universidade e só depois eu vou para universidade.

P: Uma última pergunta. Por que escolheu o Brasil?

E2: Eu tenho meus irmãos e uma irmã aqui. Mas eu era um jogador de vôlei para o meu país e um bom jogador de futebol, mas era um tempo perdido.

P: É mesmo? Eu quis ser jogador de futebol aqui no Brasil, mas é muito difícil. Optei por estudar, fazer faculdade.

E2: É verdade. Como no Haiti.

Entrevista realizada pelo pesquisador em 02 de julho de 2019

Identificação do entrevistado: ENTREVISTADO 3.

P: Bom dia. Tudo bem? Estive na última quarta-feira nas aulas de português com a professora Márcia. Fizemos uma pesquisa e você me passou seu número. Poderia conversar com você um pouco?

E3: Bom dia. Eu estou bem graças a Deus, e você? Pode-se, Marcus.

P: Tudo certo! Obrigado pela oportunidade de conversar contigo.

Vou fazer algumas perguntas e gostaria que você me respondesse por um áudio aqui no Whats. Pode ser? O objetivo é que você me explique com calma o que anda acontecendo. Não precisa ser agora. Pode me responder quando puder.

E3: Tá bom. Pode fazer.

P: Vou perguntando aos poucos e a gente vai conversando. Poderia me contar como é a sua rotina durante o dia?

Um exemplo: eu acordo cedo todos os dias e pego o ônibus para ir trabalhar no centro. Pego apenas um ônibus que geralmente está cheio. Trabalho o dia todo e, ao final do dia, quando sobra tempo, mais uma vez pego o ônibus e vou para a academia que fica no bairro Ahú. De lá, sigo andando até minha casa que fica no mesmo bairro.

Pode me responder por áudio quando puder. Fica mais fácil

E3: Valeu! Eu vou responder depois quando eu tiver tempo. Tá bom, muito obrigado.

P: Eu é que agradeço! Até mais

E3: Beleza.

P: Boa tarde, Gina! Tudo bem?

E3: Bom dia, Marcus! Eu estou bem, graças a Deus. E você, tudo bem?

P: Tudo bem comigo! Obrigado por perguntar. Poderia me ajudar com a minha pesquisa? Preciso bastante da sua ajuda. Já fiz essa pesquisa anteriormente e foi bem tranquilo. Eu fazia as perguntas e ele, o entrevistado, me respondia por áudio. Foi bem rápido.

E3: Me desculpe, Marcus. Meu celular eu não consegui carregar, não sei o que aconteceu e por isso eu não fiz ontem. Me desculpe.

P: Não tem problema. Você pode me responder aos poucos. Vou fazendo uma pergunta por vez. Tudo bem?

E3: Sim. Pode-se, Marcus.

P: Ok. Obrigado

E3: Eu vou fazer agora. A minha rotina durante o dia é: eu acordo cedo todos os dias, e a primeira coisa que eu faço é orar, e depois eu tomo café da manhã, fazer a leitura, cuidar do meu sobrinho porque a mãe dele vai trabalhar, e 11 horas eu preparo o almoço. Às vezes eu ia ao mercado para comprar algumas coisas que faltavam. E ao meio dia, eu oro de novo, depois eu descanso um pouquinho, eu brinco com ele e 13 horas eu me preparo para trabalhar. Eu não pego ônibus porque meu trabalho é perto, e depois da meia noite eu acabo de trabalhar, volta à minha casa, a pé, e às vezes eu pegava um Uber. Isso é a minha rotina do dia. Obrigado, senhor Marcus. Gostou?

P: Puxa! Que vida corrida. Mas é assim que você vai conquistar muitas coisas.

E3: Muito obrigada, Marcus! Porque você deu a oportunidade para fazer isso. Que Deus abençoe sempre a sua vida.

P: Eu é que agradeço! E por que escolheu o Brasil?

E3: Eu escolhi o Brasil! Por isso, primeira coisa é que eu gosto, segundo, tem trabalho. Por isso que eu escolhi o Brasil.

P: E já tinha algum conhecido morando por aqui?

E3: Sim! já tinha, a minha irmã. Quando eu estava lá no Haiti, eu assistia muitas coisas que tem no Brasil, por exemplo, músicas, futebol brasileiro e novela.

P: E você frequenta outros lugares nos seus dias de folga? Um shopping, parque?

E3: Sim! Às vezes eu vou lá. Na verdade, eu tenho só um dia de folga, e neste dia eu fui lá na aula do português.

P: Bacana! Sorte que te encontrei por lá. E você tem amigos brasileiros?

E3: É. eu tenho mulheres e homens.

P: É difícil fazer amigos brasileiros?

E3: A maioria do pessoal que falou comigo não tem. Pra mim não é difícil, né. Encontrei muita gente para conversar comigo lá, na rua e no meu trabalho tem. Eu fiz amizade com eles e tem os que não fiz. De qual o amigo você está falando, Marcus? Por favor me diga.

Vamos continuar depois, beleza? Agora vou trabalhar.

P: Quando falo de amigos, são pessoas mais próximas, em quem você pode confiar. Que você conversa quase todos os dias.

E3: Eu não tenho um amigo que eu fale com ele todos os dias. Só e os amigos do meu trabalho.

P: Você já sofreu preconceito aqui no Brasil?

E3: Sim. Eu já sofri preconceito aqui.

P: É muito triste isso. Pode me contar como foi?

E3: É, né. muito triste mesmo. Eu posso te contar depois, tá?

P: Ok! Esqueci de perguntar pra você, Gina. De qual cidade você veio lá no Haiti?

E3: A minha cidade é Aquin. Ela se situa no sul do Haiti.

P: Legal! Já achei aqui no mapa. Tem praias muito bonitas

E3: Sim! tem muito.

ANEXO 1 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA

**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA****O pesquisador se compromete a:**

- I. Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- II. Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5°, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Curitiba, 26 de junho de 2019.

ASSINATURA

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO

1. Nome

2. Idade _____ 3. Profissão/ocupação _____

4. Seu emprego é formal (tem registro em carteira de trabalho)?

Sim.

☐

Não.

☐

Não tenho emprego.

☐

5. Quanto empregos já teve aqui no Brasil? _____

6. Quais funções você já realizou em todos os empregos que teve?

7. Caso ainda não tenha conseguido um emprego no Brasil, qual foi o motivo?

Não estou buscando emprego

☐

Não encontro vagas em minha área de trabalho

☐

Nenhuma empresa me chamou para a vaga

☐

Outro motivo

☐

8. Se a resposta foi “Outro motivo”, pode me contar qual foi?

9. Qual é a sua escolaridade?

Ensino primário ou fundamental

☐

Ensino secundário ou médio

☐

Curso superior (universidade ou faculdade)

☐

Outra formação

☐

10. Fala quais idiomas?

Kreyòl ayisyen (Créole)

Não falo ☐ Sei o básico ☐ Falo bem ☐ Sou fluente ☐

Francês

Não falo ☐ Sei o básico ☐ Falo bem ☐ Sou fluente ☐

Português

Não falo ☐ Sei o básico ☐ Falo bem ☐ Sou fluente ☐

Inglês

Não falo ☐ Sei o básico ☐ Falo bem ☐ Sou fluente ☐

11. Mora no Brasil faz quanto tempo? _____

12. Em quais cidades do Brasil já morou?

13. Morava em qual país e cidade antes de vir para o Brasil?

País: _____ Cidade: _____

14. Em que cidade e bairro você mora atualmente?

Cidade: _____ Bairro: _____

15. Marque os itens que estão presentes em sua casa

Rede de esgoto	<input type="checkbox"/>
Água	<input type="checkbox"/>
Telefone	<input type="checkbox"/>
Luz elétrica	<input type="checkbox"/>
Geladeira	<input type="checkbox"/>

Televisão	<input type="checkbox"/>
Máquina de lavar roupa	<input type="checkbox"/>
Forno micro-ondas	<input type="checkbox"/>
Computador	<input type="checkbox"/>
Internet	<input type="checkbox"/>

16. Por que escolheu o Brasil para morar?

17. Quem te indicou o Brasil ou Curitiba para morar?

Amigo ☐ Familiar ☐ Outro ☐

18. Se a resposta anterior foi “Outro”, quem foi? _____

19. Qual foi o trajeto que você fez desde o Haiti até chegar em Curitiba?

20. Usou quais meios de transporte para sair do Haiti e chegar até aqui?

Avião ☐ Ônibus ☐ Carro ☐ Caminhão ☐

Barco ☐ Outro ☐

21. No Brasil, você fez ou faz uso de quais serviços públicos?

Saúde (hospitais, postos de saúde)

Educação (escolas, bibliotecas)

Serviço social (atendimento com assistentes sociais)

Previdência social (contribui com algum imposto)

Outros

☐
☐
☐
☐
☐

22. Algum órgão público já te ofereceu ajuda? Se a resposta for sim, pode me contar mais sobre essa ajuda?

23. Além da sua casa e das aulas de português, quais são os outros lugares que você frequenta? Podem ser igrejas, parques, bares, quadras esportivas, *shoppings centers*, entre outros.

24. Em que bairro esses lugares ficam? Caso não saiba, pode responder com o endereço ou o nome do lugar.

25. Você tem amigos brasileiros? Se a resposta for sim, quantos amigos são?

26. Deseja permanecer no Brasil e se tornar um cidadão brasileiro?

27. Já sofreu preconceito no Brasil por algum dos motivos abaixo? Se a resposta for sim, marque aqueles motivos que representam a causa do preconceito.

O fato de eu ser estrangeiro

A cor da minha pele

Minha cultura

Minha condição social

Outro motivo

28. O que falta para o Brasil ser um lugar bom para você morar? Escreva aquilo que você gostaria de ver acontecendo aqui.

29. Quer contar mais sobre a sua história? Quer me fazer algum pedido? Deixe seu contato que a gente se fala! Pode ser o WhatsApp ou qualquer outra forma de contato da sua preferência.

WhatsApp: _____

Outro contato: _____

Muito obrigado pela participação! Suas respostas e contribuição serão muito importantes para construirmos um futuro muito melhor!

Prof. Marcus de Souza